

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Bruna Ribeiro Troitinho**

**“O CAMINHO CERTO É A ESCOLA, É NOSSA PORTA DE SAÍDA”:  
PERSPECTIVAS E TRAJETÓRIAS DE HAITIANOS NA UFSM**

**Santa Maria, RS  
2019**



**Bruna Ribeiro Troitinho**

**“O CAMINHO CERTO É A ESCOLA, É NOSSA PORTA DE SAÍDA”:  
PERSPECTIVAS E TRAJETÓRIAS DE HAITIANOS NA UFSM**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Clara Mocellin

Santa Maria, RS  
2019

Troitinho, Bruna Ribeiro

"O caminho certo é a escola, é nossa porta de saída":  
perspectivas e trajetórias de haitianos na UFSM / Bruna  
Ribeiro Troitinho.- 2019.

118 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Clara Mocellin

Coorientadora: Maria Catarina Chitolina Zanini

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2019

1. Estudantes Haitianos 2. Imigração Haitiana 3.  
Relações Raciais 4. UFSM I. Mocellin, Maria Clara II.  
Chitolina Zanini, Maria Catarina III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

---

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a Bruna Ribeiro Troitinho. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: [brunari.troitinho@gmail.com](mailto:brunari.troitinho@gmail.com)

**Bruna Ribeiro Troitinho**

**“O CAMINHO CERTO É A ESCOLA, É NOSSA PORTA DE SAÍDA”:  
PERSPECTIVAS E TRAJETÓRIAS DE HAITIANOS NA UFSM**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

**Aprovado em 20 de fevereiro de 2019:**



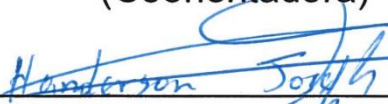
---

**Maria Clara Mocellin, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



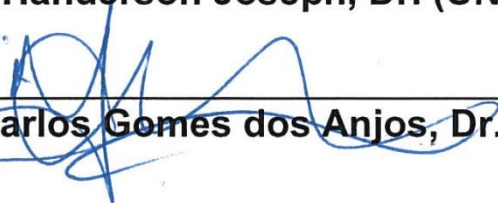
---

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)**  
(Coorientadora)



---

**Handerson Joseph, Dr. (UNIFAP)**



---

**José Carlos Gomes dos Anjos, Dr. (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2019



## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possibilitada pelo apoio e compreensão de inúmeras pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta pesquisa e, de maneira especial, agradeço:

-à minha família pelo apoio durante minha caminhada acadêmica, em especial, aos meus pais, Maria da Conceição Ribeiro Troitinho e Gilberto Troitinho, por todo amor, paciência e apoio emocional e financeiro para realização deste sonho e à minha querida avó, Maria Ribeiro de Sousa, o suporte essencial na minha infância;

-à todos os ingressantes da Resolução nº 041/2016 que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, de modo especial, aos interlocutores desta pesquisa que confiaram e compartilharam seus conhecimentos enriquecendo meu aprendizado pessoal;

-à minha orientadora, Maria Clara Mocellin, pela confiança ao longo da realização deste trabalho;

-aos professores e colegas que estiveram presentes ao longo da minha caminhada acadêmica até aqui, em especial a professora, Maria Catarina Chitolina Zanini, por cada ensinamento durante as disciplinas de Teoria das Identidades e Leituras Etnográficas que muito contribuíram nas reflexões deste trabalho;

-aos colegas do NECON, Diana Patrícia Bolaños, Filipe Seefeldt de César, Luana Isabel, Luís Augusto Bittencourt Minchola, pela amizade, pelas discussões que muito enriqueceram minha caminhada acadêmica e pessoal;

-às colegas do GT Negros- NECON, especialmente, Maria Rita Py Dutra com sua generosidade compartilha saberes acadêmicos e pessoais desde a minha graduação me incentivando na caminhada dentro das Ciências Sociais;

-aos colegas do MIGRAIDH que me acolheram em 2013 e 2017 e compartilharam sua experiência na temática da migração, assim como o enriquecimento desta pesquisa através das atividades de extensão desenvolvida dentro do grupo;

-aos colegas de extensão, no Afroriente e no Pré-Universitário Popular Alternativa, que trouxeram a leveza durante a realização da pesquisa e mostraram a importância de manter os vínculos com a sociedade;

-ao meu namorado, Felipe Michalski, pelo companheirismo durante a realização desta pesquisa e por me auxiliar na primeira revisão deste trabalho;

-às minhas amigas pelo apoio, mesmo estando em diversos cantos do Brasil: Jocieli Decol, Bruna Ramires, Cássia Carpenedo, Cecília Maieron e Laura Lorenzi Botassoli;

-aos meus companheiros do apartamento 301 pela descontração, convívio e amizade;

-por fim, à União, à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de acessar a educação pública de qualidade e pelo fomento a realização desta pesquisa.





## RESUMO

### **“O CAMINHO CERTO É A ESCOLA, É NOSSA PORTA DE SAÍDA”: PERSPECTIVAS E TRAJETÓRIAS DE HAITIANOS NA UFSM**

AUTORA: Bruna Ribeiro Troitinho  
ORIENTADORA: Maria Clara Mocellin

A presente pesquisa tem como temática a migração internacional cujo universo de pesquisa são estudantes haitianos que ingressaram na Universidade Federal de Santa Maria, por meio da Resolução N<sup>o</sup>041/2016. A pergunta norteadora dessa pesquisa é como as trajetórias dos estudantes haitianos emergem explicações sobre as relações raciais no Brasil? O objetivo geral é descrever as trajetórias desses sujeitos e analisar o impacto delas em suas percepções sobre as relações raciais no Brasil. Os objetivos específicos são (i) contextualizar a mobilidade haitiana e o sistema de ensino, (ii) descrever o espaço no qual a pesquisa é realizada e (iii) analisar as trajetórias vinculadas as explicações feitas pelos sujeitos da pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. Através de um estudo etnográfico e com entrevistas semiestruturadas buscou-se analisar as teorias dos estudantes sobre as relações raciais no Brasil. Percebeu-se que as experiências anteriores de migração (“eu sou de viagem”) somadas ao nacionalismo haitiano são fatores necessários para definir as visões dos interlocutores sobre racismo no Brasil. De acordo com a perspectiva deles, no que tange a questão racial, o Brasil se apresenta como uma alternativa comparando-se com outros países da migração haitiana.

**Palavras-chave:** Estudantes imigrantes haitianos. Transnacionalismo. Racismo.



## ABSTRACT

### "THE RIGHT WAY IS THE SCHOOL, IS OUR GATEWAY OF EGRESS": PERSPECTIVES AND TRAJECTORIES OF HAITIAN IN UFSM

AUTHOR: BRUNA RIBEIRO TROITINHO  
ADVISOR: MARIA CLARA MOCELLIN

The present research has as its theme the international migration whose research universe are Haitian students who joined the Federal University of Santa Maria (UFSM-Brazil), through Resolution No. 041/2016. The guiding question of this research is how do the trajectories of Haitian students emerge explanations about race relations in Brazil? The general objective is to describe the trajectories of these subjects and to analyze their impact on their perceptions of race relations in Brazil. The specific objectives are to (i) contextualize Haitian mobility and the education system, (ii) describe the space in which research is carried out, and (iii) analyze the trajectories linked to the explanations made by the research subjects about race relations in Brazil. Through an ethnographic study and semi-structured interviews, we sought to analyze the students' theories about race relations in Brazil. It was realized that previous experiences of migration ("I am traveling") coupled with Haitian nationalism are necessary factors to define the views of the interlocutors about racism in Brazil. According to their perspective, on the issue of race, Brazil presents itself as an alternative comparing itself with other countries of Haitian migration.

**Keywords:** Haitian immigrant students. Transnationalism. Racism.



## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Lançamento da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFSM.....  | 14 |
| Figura 2 – Mapa do Haiti referente à localização dos estudantes .....   | 19 |
| Figura 3 – Roda de conversa GT Negros/Necon com os estudantes migrantes da<br>Resolução 41/2016 no Hall do Restaurante Universitário Campus I.....                              | 29 |
| Figura 4 – Diagrama sobre a organização do sistema educacional haitiano.....  | 44 |
| Figura 5 – União Universitária e Hall do Restaurante Universitário.....   | 55 |
| Figura 6 – Prédios 74 A,B,C e Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e<br>Humanas.....  | 56 |
| Figura 7 – Fotos de Louverte .....  | 59 |
| Figura 8 – Estudantes Haitianos em frente ao Centro de Convenções.....  | 60 |
| Figura 9 – Reunião do Comitê Representativo de Imigrantes e Refugiados da<br>UFSM com a PROGRAD, PRAE e Coordenação do curso de Letras<br>sobre Acessibilidade linguística..... | 66 |
| Figura 10 – Página do Facebook Imigrantes e Refugiados UFSM.....  | 67 |
| Figura 11 – Assembleia dos estudantes sobre o estatuto do Comitê Representativo<br>de Imigrantes e Refugiados da UFSM .....   | 68 |



## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Nacionalidades dos ingressantes da Resolução 041/2016 até o primeiro semestre de 2018..... | 61 |
| Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes nos cursos na UFSM até o primeiro semestre de 2018.....        | 62 |
| Gráfico 3 – Cursos dos estudantes Haitianos na UFSM.....   | 63 |





## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Informações gerais sobre os sujeitos da pesquisa..... | 19 |
| Tabela 2 – Ingressantes por cota na UFSM (2008-2016) .....       | 75 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |   |
|-----------|---|
| ACNUR     | – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados                                     |
| BSE       | – Benefício Socioeconômico  |
| CAPES     | – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Nível Superior                                      |
| CEU       | – Casa do Estudante Universitário   |
| CNig      | – Conselho Nacional de Imigrações   |
| CONARE    | – Comitê Nacional para Refugiados   |
| CSVM      | – Cátedra Sérgio Vieira de Mello  |
| CT        | – Centro de Tecnologia  |
| GECAP     | – Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa                              |
| GT Negros | – Grupo de Trabalho Negros  |
| IES       | – Instituições de Ensino Superior   |
| JAI       | – Jornada Acadêmica Integrada   |
| MIGRAIDH  | – Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional |
| MINUSTAH  | – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti                                    |
| NECON     | – Núcleo de Estudos Contemporâneos  |
| ONU       | – Organização das Nações Unidas   |
| PEC-G     | – Programa Estudante-Convênio Graduação   |
| PEC-PG    | – Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação   |
| PRAE      | – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil  |
| PROGRAD   | – Pró-Reitora de Graduação  |
| REUNI     | – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais                                    |
| RU        | – Restaurante Universitário   |
| SEPPIR    | – Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial                                 |
| SISU      | – Sistema de Seleção Unificada  |
| UEH       | – Universidade Estadual do Haiti  |
| UFABC     | – Universidade Federal do ABC   |
| UFFS      | – Universidade Federal da Fronteira Sul   |
| UFPR      | – Universidade Federal do Paraná  |
| UFRGS     | – Universidade Federal do Rio Grande do Sul   |
| UFRJ      | – Universidade Federal do Rio de Janeiro  |
| UFSC      | – Universidade Federal de Santa Catarina  |
| UFSCAR    | – Universidade Federal de São Carlos  |
| UFSM      | – Universidade Federal de Santa Maria   |
| UNICAMP   | – Universidade Estadual de Campinas   |
| UNILA     | – Universidade Federal da Integração Latino-Americana                                     |
| USP       | – Universidade de São Paulo   |



## SUMÁRIO

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 13  |
| <b>2</b> | <b>DA ÁFRICA AO HAITI: O ITINERÁRIO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA COM HAITIANOS NA UFSM</b> .....                                   | 23  |
| 2.1      | DESAFIOS SUBJETIVOS NO CAMINHO ATÉ O “OBJETO DE PESQUISA” .....   | 23  |
| 2.2      | ETNOGRAFANDO COM ESTUDANTES HAITIANOS: INSERÇÃO NO CAMPO E METODOLOGIA.....   | 27  |
| 2.3      | TRANSNACIONALISMO, MOBILIDADE HAITIANA E REDES.....   | 33  |
| 2.4      | A INDISPENSÁVEL APROXIMAÇÃO COM O SISTEMA EDUCACIONAL HAITIANO.....   | 42  |
| <b>3</b> | <b>“MINHA FAMÍLIA É A UFSM NO BRASIL”: SOCIBAILIDADE DOS ESTUDANTES HAITIANOS</b> .....                                       | 53  |
| 3.1      | SITUANDO A UFSM: HISTÓRICO E ESPAÇO FÍSICO.....   | 53  |
| 3.1.1    | <b>Dados sobre os ingressantes da Resolução 041/2016 até o ano de 2018</b> .....  | 61  |
| 3.2      | O COMITÊ REPRESENTATIVO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS DA UFSM.....   | 63  |
| 3.3      | OUTRAS DIMENSÕES DA SOCIABILIDADE: RELIGIÃO E AFETOS.....   | 70  |
| 3.4      | PERSISTÊNCIA DA COLONIALIDADE E DO CONFINAMENTO RACIAL NA UFSM?.....  | 72  |
| <b>4</b> | <b>“QUEM É FILHO DE DESSALINES NÃO ABAIXA A CABEÇA”<sup>31</sup>: PERSPECTIVAS HAITIANAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO</b> ..... | 79  |
| 4.1      | REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO HAITIANA .....  | 79  |
| 4.2      | HISTÓRICO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL.....   | 86  |
| 4.3      | CONSTRUÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS BRASILEIRAS PELOS ESTUDANTES HAITIANOS .....  | 94  |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 103 |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 107 |
|          | <b>APÊNDICE</b> .....   | 115 |
|          | <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA</b> .....  | 117 |



## 1 INTRODUÇÃO

Em 2017, quando no mestrado decidi estudar migração retornei ao Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH). Exatamente no primeiro dia, conheci o Brunel (27 anos, direito) que me chamou atenção pela sua fala. O tom combativo, demarcando que o Haiti não era somente a imagem de pobreza que vemos nos grandes jornais brasileiros: “A mídia fala pra você coisas do Haiti que não são verdades. Ela fala que meu país só tem pobreza, mostra as casas destruídas no terremoto e você pensa que aquilo é o Haiti. Você que está na universidade como estudante tem de pesquisar mais sobre o Haiti”. Esta fala do Brunel foi um gatilho que me impulsionou a questionar minha própria formação acadêmica, pois apesar de ser formada em RI pouco sabia sobre Haiti. Neste encontro, o Brunel demonstrou seu interesse por pesquisar as migrações internacionais, solicitando ajuda para elaboração de um resumo com o intuito de participar da Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM. Eu e mais duas integrantes do projeto nos dispusemos a auxiliá-lo nesse resumo. Realizamos alguns encontros na sala do MIGRAIDH para estruturá-lo. O Brunel foi o primeiro interlocutor que convivi diretamente durante a fase exploratória desta pesquisa.

A presente dissertação tem como objetivo descrever e analisar trajetórias e interações de estudantes haitianos ingressantes na UFSM por meio da Resolução N.041/2016, que instituiu o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade. A UFSM é uma das Instituições de Ensino Superior (IES) conveniadas ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) por meio da Cátedra Sérgio Vieira Mello (CSVM), que objetiva a “prestação de serviços comunitários diretamente aos refugiados e a inclusão dos mesmos na vida universitária” (ACNUR, 2017). A Cátedra prevê que as IES assumam o compromisso de incorporar a temática do refúgio nas três áreas: pesquisa, ensino e extensão. De acordo com dados do relatório anual da CSVM de 2017, são 17 Instituições de Ensino Superior que possuem a Cátedra, sendo que outras 5 apresentaram planos de trabalho que estavam sendo analisados. Do total de 17, apenas 9 possuem processo de admissão diferenciada<sup>1</sup> e 7 possuem

---

<sup>1</sup> Das 9 instituições com processo facilitado, seis são universidades públicas que apresentam alguns processos específicos para o ingresso de refugiados. Somente a UFSM e a UFPR ampliam as vagas para migrantes, como se verá a seguir. A UFABC criou uma resolução que garante cota para

políticas de reingresso para refugiados. São mais de 100 vagas ofertadas por essas IES. O convênio entre a UFSM e o ACNUR foi selado em 2015 por intermédio do MIGRAIDH.

Figura 1 – Lançamento da Cátedra Sérgio Viera de Mello na UFSM



Fonte: MIGRAIDH (2015).

A Resolução foi proposta no ano de 2014, quando o MIGRAIDH viajou para regiões do Rio Grande do Sul onde se concentravam as migrações internacionais. Numa dessas viagens, na cidade de Lajeado, vários migrantes haitianos questionaram sobre a universidade, como poderiam ingressar nela, falaram das dificuldades de estudar e, como se verá nessa dissertação, muitos vieram com o sonho de estudar no Brasil. O MIGRAIDH realizou ao longo do ano em questão uma pesquisa analisando as resoluções existentes na UFSM e em outras universidades do Brasil sobre o

---

refugiados, mas com um número específico de 12 vagas distribuídas nos cursos de bacharelado interdisciplinar (UFABC, 2017). A UFRGS também abriu um edital específico para refugiados no ano de 2017 com 32 vagas em 19 cursos de graduação exigindo para o ingresso a aprovação no CELPEBRAS, que garante a certificação de proficiência em língua portuguesa (URFGRS, 2017). A UFSCAR, a partir da Resolução N.71/2015, instituiu seleção de refugiados a uma única vaga anual em cada curso de graduação (UFSCAR, 2015). A UFES garante o ingresso de refugiados políticos por meio da análise de documentos e seleção que são feitas por cada colegiado dos cursos, que decidem a quantidade de vagas, a seleção e a decisão dos casos (UFES, 2018). A UFPR abriu processo para refugiados e portadores do visto humanitário, mas com vagas em cursos específicos cujas coordenações de cursos analisaram os documentos com tradução (UFPR, 2018).



ingresso de imigrantes residentes no país e foram constatadas que as resoluções não conseguiam responder às demandas dessa nova migração. Portanto, desde dezembro de 2014 a proposta de uma resolução que respondesse a essa demanda tramitou em diversos órgãos responsáveis dentro da UFSM.

Ela [a resolução] foi se moldando ao longo do tempo e a gente assinou o acordo com o ACNUR em setembro de 2015, instituindo a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, a qual nós [MIGRAIDH] seríamos os responsáveis. Nesse momento solene da assinatura, vieram representantes do ACNUR, o reitor, as autoridades participaram e falaram da importância do momento, e aí chegou-se a comentar um pouco sobre a importância da resolução. Nesse momento, houve um diálogo com Reitoria sobre uma ligação do secretário nacional de justiça que falou sobre a importância da universidade se inserir no tema do refúgio, da importância do tema, enfim, da universidade estar aberta a participar disso, já que ele também havia sido convidado, mas por diversos motivos não pôde vir. Ali, o tema das migrações tomou uma dimensão maior na universidade, uma dimensão institucional. Por meio da Cátedra, assumiu uma responsabilidade com o ACNUR e, de certa forma, com o Ministério da Justiça com o CONARE, que passou a incentivar mais as Cátedras naquele momento. Depois disso, ela seguiu sendo discutida nas Pró-Reitorias, pelo Fórum de Graduação, até que em 2016, em 21 de outubro, ela passou pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, o CEPE, e foi aprovada definitivamente. A partir disso, começou a se discutir como seria o ingresso para o ano de 2017, pois já queríamos que começasse logo (Entrevista com Luís Augusto Minchola, integrante do MIGRAIDH que participou ativamente do trâmite da resolução 04/04/2018).

Com a resolução, houve a criação na instituição vagas suplementares que correspondem ao percentual de até 5% do número total das vagas de cada curso por intermédio da aprovação dos respectivos colegiados, independente do número de vagas ociosas (UFSM, 2016a). A criação de vagas suplementares é um dos avanços que torna a resolução da UFSM uma das mais efetivas, pois cria vagas para o ingresso de ao menos um estudante em todos os cursos. Quanto ao ingresso de migrantes, ao ampliar para imigrantes em situação de vulnerabilidade, a mesma garante as demandas dos haitianos, grupo vulnerável, que tem uma ampla presença no estado do Rio Grande do Sul. Isto porquê de acordo com a resolução, a situação de vulnerabilidade é “aquele portador do visto humanitário, ou permanente por razões humanitárias, emitido pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg)” (UFSM, 2016a).

O processo de ingresso de Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade garantiu a participação no ano de 2018 da UFSM, única brasileira, na reunião da Together<sup>2</sup> na Organização das Nações Unidas (ONU), lançada em 2016

---

<sup>2</sup> É uma iniciativa global liderada pelas Nações Unidas com o objetivo de mudar percepções e atitudes negativas em direção a migrantes e refugiados e fortalecer o contrato social entre as sociedades de residência e migrantes e refugiados. A previsão da ONU é que no segundo semestre de 2018 sejam

com o objetivo de promover o respeito, segurança e dignidade a refugiados e migrantes, combatendo a xenofobia e a discriminação. A reunião que aconteceu em janeiro de 2018 selou o compromisso da universidade com o tema das migrações e do refúgio.

Os sujeitos que ingressaram na UFSM por meio desta resolução apresentam trajetórias distintas que resultam em diferentes interações. Há os mais jovens e os mais experientes, em sua maioria homens e há diferenças entre a história de seus países. Essas trajetórias distintas resultam em diferentes interpretações sobre as relações sociais no país de residência. A trajetória é definida nesta pesquisa de acordo com Bourdieu (2000, p. 189) como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Contudo, enfatizo a narrativa a partir dos sujeitos buscando compreender “as marcas que os sujeitos imprimem às suas existências, que não estão incorporadas à noção de agente social” (KOFES, 2001, p. 24).

Tendo isso em mente, procurei responder a seguinte questão: como, a partir das trajetórias dos estudantes haitianos, emergem narrativas sobre as relações raciais no Brasil? Para responder à questão acima, recorri a técnica da observação participante. Esta é uma pesquisa etnográfica que busca descrever e interpretar as interações dos estudantes haitianos na UFSM. Compreendo por etnografia a conjunção entre o trabalho de campo e ao que Clifford Geertz (2008) denomina de “descrição densa”, mas devo destacar que os protagonistas dessa descrição são sempre os sujeitos pesquisados.

Como um método aberto de investigação num terreno onde cabem as pesquisas, as técnicas não diretivas – fundamentalmente, a observação participante e as entrevistas não dirigidas – e a residência prolongada com os sujeitos do estudo, a etnografia é o conjunto de atividades que se costumam designar como “trabalho de campo”, e cujo resultado se emprega como evidência para a descrição. **Os fundamentos e características desta flexibilidade ou “abertura” residem, precisamente, em que são os atores**

---

firmados dois Pactos Globais: um sobre refugiados e outro para migrantes, onde os 193 Estados-membros assumam o compromisso com a temática. As estratégias da campanha são: (i) envolver e mobilizar cidadãos globais para mostrar suporte a migrantes e refugiados; (ii) falar às comunidades que hospedam migrantes e refugiados, bem como às pessoas que podem sentir alguma ameaça física ou econômica da presença de migrantes e refugiados; (iii) criar uma narrativa forte e persuasiva de solidariedade para com os migrantes e refugiados e mostrar os benefícios das migrações para as nações, respeitando as preocupações legítimas das nações receptoras; (iv) fornecer uma plataforma de histórias de e por refugiados e migrantes e das comunidades anfitriãs que se beneficiaram em recebe-los; (v) ajudar as comunidades, os migrantes e os refugiados a se conhecerem melhor (TOGETHER, 2018).

**e não o investigador, os privilegiados para expressar em palavras e em práticas o sentido de sua vida, sua cotidianidade, seus feitos extraordinários e seu devir.** Este status de privilegio reapresenta a centralidade do investigador como sujeito assertivo de um conhecimento preexistente convertendo-o melhor num sujeito cognoscente que deverá recorrer ao árduo caminho do desconhecimento ao reconhecimento (GUBER, 2001, p. 7, tradução minha, grifo meu)<sup>3</sup>.

Ao meio-dia, a fila no Restaurante Universitário (RU) do Campus I na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) cresce tanto que percorre um caminho de aproximadamente 120 metros alcançando a Biblioteca Central. São pelo menos vinte minutos de fila de espera. Às vezes sozinha nessa fila, ficava olhando aquela multidão<sup>4</sup> e me perguntando: qual a história por trás de cada rosto? A fila dá várias voltas, por muitas vezes ficamos tão próximos que é possível escutar o que as pessoas estão dizendo. Cheguei em Santa Maria no ano de 2012, quando ainda não havia sido implantado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Portanto, era raro encontrar sotaques “nacionais”. Em sua maioria, eram sotaques regionais, gaúchos. Assim como os sotaques, as cores das pessoas tinham pouca variedade para o número de estudantes que a UFSM possuía. Poucas vezes eu realizava refeições no RU Campus I porque estava cursando Relações Internacionais no centro e só poderia usar o RU Centro. No segundo semestre de 2016, passei a jantar no RU Campus I porque ingressei num curso noturno. Nesse horário, eu via as famílias que vivem na Casa do Estudante (CEU), via os estudantes indígenas e começava a enxergar a diversidade que ao longo dos anos foi crescendo na universidade. Quando ingressei no mestrado de Ciências Sociais, em 2017, passei a almoçar e jantar praticamente todos os dias no RU Campus I, onde eu observava como crescia a diversidade de cores e sotaques, que ao final desse ano se expandiram para o Francês, *Créole* e Lingala. O meu primeiro contato com eles foi pela fila, onde eu os observava e ficava imaginando suas trajetórias até a UFSM. Posteriormente, o RU transformou-se no cenário de muitos encontros entre eu e os sujeitos desta pesquisa.

---

<sup>3</sup> Do original em espanhol: Como un método abierto de investigación en terreno donde caben las encuestas, las técnicas no directivas - fundamentalmente, la observación participante y las entrevistas no dirigidas— y la residencia prolongada con los sujetos de estudio, la etnografía es el conjunto de actividades que se suele designar como "trabajo de campo", y cuyo resultado se emplea como evidencia para la descripción. Los fundamentos y características de esta flexibilidad o "apertura" radican, precisamente, en que son los actores y no el investigador, los privilegiados para expresar en palabras y en prácticas el sentido de su vida, su cotidianidad, sus hechos extraordinarios y su devenir. Este status de privilegio replantea la centralidad del investigador como sujeto asertivo de un conocimiento preexistente convirtiéndolo más bien en un sujeto cognoscente que deberá recorrer el arduo camino del desconocimiento al reconocimiento (GUBER, 2001, p. 7).

<sup>4</sup> Segundo dados do site do Restaurante Universitário da UFSM, são servidas 3500 refeições no almoço no RU Campus I entre os horários de 11h às 13h30min.

A maioria dos relatos dos estudantes vieram de conversas informais no dia-a-dia da universidade, pois apesar do tempo que eles vivem no Brasil, há ainda algumas dificuldades na fala e na compreensão do português. Uma das minhas principais preocupações durante toda a pesquisa foi uma interação dialógica e não-violenta. Para isso, busquei reduzir a violência simbólica que a entrevista pudesse ter sobre os estudantes, objetivando ter uma relação de “escuta ativa e metódica” (BORDIEU, 2008, p. 695), pois muitos alegaram não se sentir à vontade em conversas gravadas, mesmo que fossem com o celular. Além do mais, destaco que quase toda nossa conversa foi realizada em português, o que por vezes foi uma barreira para aqueles que tinham dificuldades com o idioma, eventualmente contornada falando em inglês ou espanhol. Em casos específicos do estudante não dominar nenhum desses idiomas que eu tenho mais proficiência, solicitava que ele escrevesse em francês ou mostrasse na internet o que estava dizendo. Por isso, todas as vezes que apresento entre aspas, as falas estão alteradas para melhor compreensão do português.

Sobre as justificativas para a realização desta pesquisa, destaco a emergência do tema das migrações, haja vista a crise humanitária no Mediterrâneo que eclodiu em 2015. No Brasil, o debate se politizou e se tornou necessário, primeiramente com o aumento da migração haitiana que desvelou as dificuldades do Estado brasileiro em gerir a questão, bem como escancarou o racismo e a xenofobia da sociedade brasileira (DIEHL, 2017). Além disso, destaco o momento histórico, a aprovação da Nova Lei da Migração, que entrou em vigor no ano de 2018, como também o novo fluxo migratório venezuelano que coloca novos desafios tanto para as autoridades quanto para a sociedade brasileira a respeito das migrações. Ademais, as perspectivas do atual governo sobre a temática das migrações, inclusive as manifestações, até o momento, da saída do Brasil do Pacto Global de Migrações da ONU reverberam a necessidade de pesquisas sobre as migrações apresentando suas diversas nuances. Esta pesquisa pode servir como um incentivo para novas pesquisas, haja vista que com a Resolução 041/2016, a cidade de Santa Maria, RS, tem recebido uma nova comunidade de migrantes tornando necessárias pesquisas para compreender os processos sociais que se desenvolvem na cidade, em específico, na universidade.

Conhecemos nessa dissertação a trajetória, os projetos migratórios, o cotidiano de Brunel, Josaphat, Faustin, Joan Luck Joseph, Louverture, Timas e Jean Max-Júnior Bendy, todos ingressantes pela Resolução 041/2016 na UFSM. A fim de zelar pela integridade dos sujeitos dessa pesquisa, seus nomes foram trocados para

manter o anonimato. Para melhor facilitar a compreensão do texto, apresento a tabela abaixo com dados genéricos dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 1 – Informações gerais sobre os sujeitos da pesquisa

| Nome                         | Curso                    | Idade | Lugar de Origem   | Estado Civil | Situação jurídica | Ingresso na UFSM | Período no Brasil |
|------------------------------|--------------------------|-------|-------------------|--------------|-------------------|------------------|-------------------|
| <b>Brunel</b>                | Direito                  | 27    | Jerémie           | Solteiro     | Visto Humanitário | 2017.2           | 5 anos            |
| <b>Louverture</b>            | Relações Internacionais  | 28    | Gonaives          | Casado       | Visto Humanitário | 2018.1           | 5 anos            |
| <b>Josaphat</b>              | Economia                 | 38    | São Luís do Sul   | Casado       | Visto Humanitário | 2017.2           | 5 anos            |
| <b>Faustin</b>               | Estatística              | 37    | São Luís do Sul   | Casado       | Visto Humanitário | 2017.2           | 5 anos            |
| <b>Joan Luck Joseph</b>      | Engenharia da Computação | 25    | Ilha de La Gonave | Solteiro     | Visto Humanitário | 2017.2           | 4 anos            |
| <b>Timas</b>                 | Enfermagem               | 25    | Ilha de La Gonave | Solteiro     | Visto Humanitário | 2017.2           | 4 anos            |
| <b>Jean Max-Júnior Bendi</b> | Relações Internacionais  | 26    | Cabo Haitiano     | Solteiro     | Visto Humanitário | 2018.1           | 3 anos            |

Os próprios participantes

Fonte: Elaborada pela Autora (2018).

Conforme a Tabela acima, todos os estudantes são possuidores do visto humanitário e estão, em média, há quatro anos no Brasil. Sobre a localização, cada um dos meus interlocutores veio de departamentos diferentes, como se verá no mapa abaixo. Josaphat e Faustin se conheciam desde a infância e moravam perto. Já Joan Luck Joseph e Timas se conheceram em Santa Maria, apesar de residirem próximos. Os demais vieram de outros departamentos, sendo que nenhum deles são do departamento onde está localizado a capital, Porto Príncipe, mas todos migraram para a capital ou para a República Dominicana em busca do sonho do ensino superior. Com isto, destaco que esses estudantes “são de viagem”, como muitos se descrevem, confirmando a mobilidade haitiana conforme descrito no próximo capítulo. Eles migraram em busca de melhores condições de suas cidades para Porto Príncipe, onde todos começaram cursos universitários, mas por decorrências da vida saíram do Haiti em busca do caminho certo, que para eles se apresenta como o ensino.

Figura 2 – Mapa do Haiti referente à localização dos estudantes



Fonte: Elaborada pela autora e por Priscilla Pellenz Eich<sup>5</sup> (2018).

A dissertação está estruturada a partir dos objetivos específicos dessa pesquisa, que norteiam as discussões de cada capítulo. O primeiro capítulo, intitulado **Da África ao Haiti: o itinerário da pesquisa etnográfica com haitianos na UFSM** aborda de maneira geral o objeto de estudo, o trabalho de campo e a pesquisa realizada com os estudantes. Na primeira seção, descrevo o percurso subjetivo até o objeto de pesquisa, como fui me aproximando do Haiti. Na segunda seção, discorro sobre minha inserção no campo e minhas escolhas metodológicas. Na terceira, trago uma discussão teórica sobre transnacionalismo, mobilidade haitiana e redes. Por fim, uma breve contextualização do sistema educacional haitiano.

O segundo capítulo **Espaços de Sociabilidade de estudantes haitianos** objetiva descrever os espaços nos quais os estudantes haitianos buscaram ingressar dentro da universidade. A primeira seção é dedicada à apresentação dos cursos que os estudantes ingressaram e como foi a adaptação no que tange ao ensino. A segunda seção é dedicada ao Comitê Representativo dos Imigrantes e Refugiados, a fim de descrever e analisar a organização política dos estudantes. A terceira seção é dedicada a analisar a inserção dos estudantes haitianos em grupos de pesquisa, em órgãos executivos da universidade e no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

<sup>5</sup> Publicitária. Contato: priscillapellenz@gmail.com.

No terceiro e último capítulo **“Quem é filho de Dessalines não abaixa a cabeça”**: **perspectivas haitianas sobre o racismo brasileiro**, abordo as narrativas dos estudantes haitianos sobre as relações raciais no Brasil. A primeira seção é dedicada aos personagens da Revolução Haitiana que são evocados pelos estudantes como sinal diacrítico de sua postura frente a questões raciais brasileiras. A segunda seção é dedicada às relações raciais brasileiras. A terceira seção visa analisar a partir das trajetórias como emergem distintas narrativas para as relações raciais brasileiras.





## **2 DA ÁFRICA AO HAITI: O ITINERÁRIO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA COM HAITIANOS NA UFSM**

O presente capítulo tem como objetivo geral apresentar o universo de pesquisa, a minha inserção em campo e a construção do meu objeto de estudo a partir da minha trajetória acadêmica, bem como as discussões teóricas que me auxiliaram a defini-lo. Em primeiro lugar, apresento questões de cunho subjetivo que me levaram a desenvolver esta pesquisa. Em segundo lugar, os caminhos até a construção do trabalho de campo, desde as primeiras negociações à consolidação do campo, expondo discussões metodológicas e éticas para a realização da pesquisa. Por fim, apresento historicamente a imigração haitiana para o Brasil, para o estado do Rio Grande do Sul e Santa Maria. Aqui exponho brevemente a história social e educacional do país que será explorado ao longo da dissertação.

### **2.1 DESAFIOS SUBJETIVOS NO CAMINHO ATÉ O “OBJETO DE PESQUISA”**

Esta seção é dedicada à descrição das minhas escolhas até a atual pesquisa bem como a construção do meu olhar antropológico. De acordo com Peirano (1995) a pesquisa etnográfica depende da biografia do autor, das escolhas teóricas, do contexto e da relação do pesquisador com o pesquisado. Com isso, parto do primeiro item: a biografia do autor. Sou filha de um gaúcho, branco, que migrou na década de 1980 para o Pará, impulsionado pela expansão agrícola e em busca de emprego. Na época de sua migração, onde hoje é a microrregião de Redenção, existiam as recém-municipalizadas Xinguara e Rio Maria, grandes fazendas e pequenas vilas as quais, mais tarde, se transformaram em cidades. Portanto, sou filha de um migrante interno que durante toda minha infância o escutei fazer planos de retorno à terra natal e enaltecê-la. Durante todo o período que estive em casa era sagrado o chimarrão pela manhã, músicas gauchescas aos sábados e churrasco no domingo, assim como as férias de dezembro no Rio Grande do Sul. Minha mãe, uma mulher negra, por sua vez, migrou da cidade de Colméia, quando ainda era Goiás, para Xinguara e posteriormente Redenção, no Pará. No caso dela, a migração não representou uma ruptura cultural, pois foi entre regiões próximas.

Em 2012 migrei para a cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, para cursar Relações Internacionais. Na mala, muitas roupas de verão, fotos de familiares e

amigos, alguns livros, um punhado de farinha de puba e muitos sonhos sobre as experiências que teria nessa nova morada. Contudo, vieram na mala alguns medos por conta de algumas experiências vividas nas férias de dezembro, uma vez que era quando eu tinha contato com a minha família branca. Minha família paterna vive na pequena cidade de Planalto–RS, localizada a pouco mais de 300 quilômetros de Santa Maria, visitava-os nas férias de fim de ano. Dentre as muitas lembranças que tenho das férias de verão no Rio Grande do Sul, algumas deixaram marcas na minha identidade, pois foram as primeiras vezes que me lembro de ser apontada como: “olha, um tatá negra!”, “olha, o Troitinho de quem são os negrinhos com ele?”. Em todas essas situações, eu e meu irmão estávamos com os nossos primos ou o nosso avô, brancos de olhos claros, passeando pela pequena cidade. Era nessas férias que eu passava pela “experiência vivida do negro”, me descobria objeto dentro de um mundo branco e que minha existência era demarcada pelo meu corpo, minha raça e meus ancestrais (FANON, 2008).

Nos primeiros anos de faculdade tentei usar as máscaras brancas. Para continuar a reflexão com Frantz Fanon, busquei estratégias para me adaptar a esse novo mundo, que além de branco, tem um tradicionalismo muito forte. Em Santa Maria, aprendi a tomar chimarrão, mas quando chega setembro<sup>6</sup> compreendo que estou adaptada a viver aqui, mas que sempre serei “alguém de fora”. No ensaio intitulado “O Estrangeiro” Georg Simmel (2005) descreve a figura do estrangeiro como “sempre considerado como alguém de fora, como um não membro do grupo, portanto, as relações se dão a partir de certo parâmetro de distanciamento objetivo, mas partindo das características essenciais de que também ele é um membro de um outro determinado grupo”. Dessa forma, mesmo que haja uma interação entre os “locais” e o “estrangeiro”, este último é sempre lembrado como não pertencente do grupo ao qual está inserido fisicamente, pois ele veio de outro lugar. Trago Simmel para explicar como as migrações demarcaram minha trajetória e minhas relações no interior do Rio Grande do Sul, apontada como “alguém de fora”: “esse sotaque não é daqui, é da Bahia (ou nordeste)?”.

---

<sup>6</sup> No estado do Rio Grande do Sul o mês de setembro se celebra, o mês do gaúcho, em homenagem a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Essa celebração é resultado do surgimento de centros tradicionalistas a partir de 1947, quando foi organizada a primeira Ronda Gaúcha, e da expansão do movimento tradicionalista gaúcho pelo estado. No ano de 1964, uma lei estadual oficializou a Semana Farroupilha (14-20 de setembro de cada ano), tornando oficiais os desfiles realizados no dia 20 (OLIVEN, 1991).

Como apresentei na minha história pessoal, a temática das migrações e racismo estiveram presentes, contudo, não cheguei a desenvolver pesquisa sobre o primeiro tema até o desenvolvimento desta dissertação. Meu primeiro contato com as migrações se deu em 2013, quando ingressei no Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH). Naquela época, o grupo estava iniciando e eu estava nas discussões teóricas a respeito das migrações. Como a questão racial era uma questão íntima na qual eu tinha muitas angústias e não encontrava possibilidade de pesquisa dentro do meu curso, busquei a Disciplina Complementar de Graduação Estudos Étnico-Raciais do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, onde conheci o Grupo de Trabalhos Negros (GT NEGROS-NECON), através do qual conheci muitos militantes do movimento negro santa-mariense e teóricos como Frantz Fanon e Achille Mbembe. Foi nos encontros do GT NEGROS-NECON que encontrei respostas no compartilhamento das experiências diárias e encontrei um diálogo profundo com o continente africano. No curso de Relações Internacionais, no Grupo de Pesquisa em Capacidade Estatal, Defesa e Segurança (GECAP), passei a desenvolver pesquisas sobre segurança no continente africano, especialmente na África Austral por ser este o tema do professor que me orientava.

Em busca de uma conciliação entre as macroteorias das Relações Internacionais e a minha realidade, comecei a pesquisar no ano de 2015 a Política Externa do Brasil para o continente africano a fim de realizar um diálogo com a atuação do movimento negro. Nos textos do professor José Flávio Sombra Saraiva (1993; 1996, 2012), é destacado como a diplomacia brasileira construiu um discurso culturalista na década de 1960, apresentando a identidade do Brasil com a África como condição suficiente para uma relação “especial” entre os dois lados do Atlântico. O discurso culturalista incluía para excluir, pois destacavam a africanidade que existe no Brasil, mas, por outro lado negavam todas as denúncias do movimento negro a respeito do racismo brasileiro e da Democracia Racial. Incomodada com essa discussão, realizei a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada: Em Busca de Uma Política Externa Africana Afirmativa: Uma Análise dos Governos Geisel e Lula.

Junto ao desenvolvimento dessa pesquisa, participei projetos de extensão com o intuito de compartilhar o conhecimento produzido, especialmente sobre África, para a comunidade santa-mariense. Um desses projetos de extensão é o Afroriente,

programa de rádio vinculado ao GECAP, o qual eu e outros pesquisadores do grupo fundamos e mantemos até os dias de hoje. O Afroriente discute temáticas sociais e políticas da África e do Oriente Médio e foi através desse projeto que tive os primeiros contatos com jovens africanos estudantes. Além disso, o Afroriente me aproximou culturalmente da África e a cada novo programa descobri novos cantores, encontrei ritmos musicais e passei a enxergar a complexidade dos países africanos a partir da diversidade musical.

Ingressei no mestrado em Ciências Sociais em 2017 objetivando continuar na pesquisa sobre política externa e movimento negro, mas com uma análise antropológica a partir do movimento negro. Na disciplina de Teorias da Identidade, já no mestrado, entrei em contato com uma discussão sobre migrações, no grupo de estudos da professora Maria Catarina e nas orientações com a professora Maria Clara, me reaproximei da temática das migrações. A primeira ideia que veio à minha mente foi estudar os estudantes africanos que estavam na universidade pelo Programa Estudante Convênio – Graduação (PEC-G) e Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), objetivando discutir a África imaginada no Brasil com a África que está no Brasil. Contudo, pela dificuldade de acesso a esses estudantes e pelas burocracias da própria universidade, até meados de 2017 não tinha dados e, dado o curto prazo do mestrado, comecei a pensar em novas alternativas.

A Alessandra Jungs, integrante do MIGRAIDH desde o ano de 2013, me relatava sobre o trabalho de extensão que o grupo estava desenvolvendo. Foi através dela que acompanhei os primeiros passos da Resolução 041/2016 e soube que já haveria ingresso em 2017. Como estava angustiada com a dificuldade dos PEC-G e PEC-PG e com a diversidade que estava por chegar a UFSM através dos ingressantes da resolução, decidi que iria acompanhar os primeiros ingressantes a fim de realizar minha pesquisa sobre migrações. Com o intuito de discutir o Atlântico Negro, me reaproximei do MIGRAIDH, participei da extensão que era o acompanhamento do primeiro semestre dos ingressantes e comecei a visualizar uma possibilidade de discussão sobre a interação e a percepção dos estudantes sobre o racismo.

Após a banca de qualificação, percebi que o Atlântico Negro era uma discussão grandiosa para um trabalho de mestrado. Passei a dedicar toda a minha pesquisa aos estudantes haitianos. Encontrei um Haiti desafiador, pois ao longo do curso de Relações Internacionais ignorei toda a sua história e diversidade. A única disciplina

que discutiu o Haiti foi Organizações Internacionais, cuja perspectiva era um estado falido que precisa das Organizações Internacionais Governamentais, como a ONU, para existir. Foi provocante conhecer o “país mais pobre da América Latina” através dos meus interlocutores porque descobri um país de luta e resistência. É esse país que convido você a conhecer nesta dissertação.

## 2.2 ETNOGRAFANDO COM ESTUDANTES HAITIANOS: INSERÇÃO NO CAMPO E METODOLOGIA

A mudança das lentes de análise das Relações Internacionais para a Antropologia foi um pouco difícil, pois meu olhar priorizava grandes fatos e se esquecia, por vezes, dos pequenos, do dia-a-dia. Acostumada com fontes não-humanas, como livros e documentos, lidar com os depoimentos etnográficos e manter o olhar atento para os imponderáveis da vida real (MALINOWSKI, 1984) foi talvez o maior desafio para a realização dessa pesquisa. Por isso, demorei a me inserir no campo acreditando que eu precisava imergir mais nos teóricos para compreender o trabalho de campo e treinar o meu olhar.

No ano de 2017, mantive contato com o grupo de estudantes que ingressou naquele ano por meio das atividades de extensão desenvolvidas pelo MIGRAIDH. Tais atividades eram compostas por reuniões semanais de acompanhamento dos estudantes migrantes no meio acadêmico, como estavam sendo as primeiras aulas, se havia problemas com professores e colegas de turma. Neste acompanhamento, percebia que existiam diversas demandas, uma vez que cada um vinha de uma realidade com uma história diferente e isso fazia com que as experiências fossem diversas. Durante esse ano de 2017, interagi com os três estudantes que moravam na Casa do Estudante no centro, pois os via com mais frequência. Almoçávamos juntos quando coincidiam os horários no Restaurante Universitário.

As reuniões semanais que relatei acima aconteciam no Campus Sede da UFSM, no bairro Camobi, conforme a Figura 3, pois é onde se concentra a maioria dos ingressantes. Portanto, foi esse o espaço onde se realizou a maior parte do campo que descrevo nesta pesquisa. Era no final dessas reuniões, no ônibus voltando para o centro da cidade que eu conversava com o Brunel sobre como eu poderia apresentar minha pesquisa aos demais estudantes e quais estratégias eu utilizaria para me apresentar ao grupo, pois, eu precisava me apresentar como uma pesquisadora e não

mais como a “menina do MIGRAIDH” que eles buscavam quando precisavam de alguma informação a respeito do funcionamento do sistema universitário. Havia, de minha parte, um grande temor de invadir demais o espaço dos estudantes e que eles se incomodassem. Dessa forma, mantinha uma observação, mas com muito distanciamento.

Em novembro de 2017, aconteceu a ocupação na Reitoria da UFSM em resposta aos atos racistas<sup>7</sup> que ocorreram na universidade naquele período. Organizei juntamente com a professora Maria Rita Py Dutra, do GT Negros-Necon, uma roda de conversa com os migrantes no sábado, dia 25 de novembro, sobre a construção do racismo no Brasil, de acordo com a Figura 4. Nesta conversa, eles falaram sobre as diferenças que viam no racismo no Brasil e nos países de origem, sobre o que estava acontecendo na universidade. A maioria não estava sabendo das manifestações racistas, pois não faziam parte dos Centros envolvidos na questão. Participaram desse diálogo diversos ingressantes da resolução, como haitianos, congoleses e uma angolana. Percebi nesse dia diferentes formas de lidar com a questão racial de acordo com essa diversidade de nacionalidades presentes. Os haitianos compartilharam a história política do país para enfatizar os quão orgulhosos eles eram da sua história.

O interessante desse relato é que, pela primeira vez, falei com eles sobre a minha pesquisa, mas ainda estava com receio, por isso não fui logo convidando eles a participarem. Esperei depois da reunião para conversar com alguns individualmente e perguntar sobre a possibilidade de participarem da pesquisa. Como era dia de distribuição de alimentos<sup>8</sup> no Restaurante Universitário, pude somente conversar com Faustin e sua companheira<sup>9</sup>, que me falaram sobre a sua mudança para o novo apartamento<sup>10</sup>, e que eles não tinham nada de móveis para levar. Acabei por me

---

<sup>7</sup> Em setembro e novembro de 2017 estudantes negros da UFSM sofreram ataques por meio de pichações nos Diretórios Acadêmicos do curso de Direito e posteriormente de Ciências Sociais. Foram escritos nomes de estudantes dos cursos citados com frases racistas. Com exigências que se descobrisse a autoria dos casos e que a universidade tivesse posturas antirracistas, os estudantes negros ocuparam a Reitoria.

<sup>8</sup> Na UFSM, aos sábados, o Restaurante Universitário distribui alimentos para os moradores da Casa do Estudante a partir das 17h.

<sup>9</sup> Por enquanto, a companheira de Faustin será identificada assim porque até o presente momento da pesquisa não consegui aproximação com ela. Apesar de conversamos esporadicamente nas reuniões e via facebook, creio que sua timidez interfira nas interações com a pesquisadora.

<sup>10</sup> Os estudantes da UFSM que possuem o Benefício Socioeconômico ficam por alguns meses alojados na União Universitária até que consigam vagas nos apartamentos. Os quartos da União são grandes, divididos entre os sexos, com beliches suportando entre 20 a 40 pessoas. Há casos de pessoas que ficaram semanas, outras ficaram um semestre. Isso depende das vagas e da Diretoria da Casa do Estudante, unidade responsável pela alocação dos estudantes nos apartamentos.

envolver com o problema deles e deixei de lado a conversa sobre a pesquisa, pensando quem poderíamos acionar para ajudar com pelo menos o básico: um fogão e uma geladeira para que eles se mudassem de fato.

Figura 3 – Roda de conversa GT Negros/Necon com os estudantes migrantes da Resolução 41/2016 no Hall do Restaurante Universitário Campus I



Fonte: Acervo da autora (2018).

Ao final, consegui começar, de fato, o trabalho de campo no ano de 2018 quando comecei a fazer conversas individuais, conforme o APÊNDICE A, buscando compreender suas individualidades para então entender como eles se relacionavam com o grupo. Preferi o termo conversas, pois apesar de um roteiro preparado previamente, nem sempre conseguia segui-lo à risca. Os interlocutores traziam questões a mais, às vezes eu tinha que explicar a pergunta para aqueles com dificuldades de português, ou na resposta vinha uma pergunta que abria novo diálogo. Essas conversas eram marcadas pelas redes sociais e eram realizadas na sala do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) com hora marcada. Geralmente quando havia mais pessoas do NECON dentro da sala, eu convidava os interlocutores a irmos a Biblioteca Setorial das Ciências Sociais, que é um prédio próximo ao do NECON e que tem cabines de estudos a disposição dos estudantes, pois entendia que a privacidade possibilitava que eles compartilhassem suas experiências comigo.

Minha apresentação ao grupo como pesquisadora aconteceu num sábado explicando os meus interesses de pesquisa e como se dava a metodologia da

Antropologia. Os que estavam presentes receberam muito bem a pesquisa, uma vez que ter alguém interessado em saber sobre suas vidas e seu país contribuía para que mais pessoas conhecessem suas histórias. Ademais, destaco a relação de confiança que foi construída ao longo de 2017 através da minha atuação no MIGRAIDH. É com essa grande responsabilidade de colocar no papel todas as expectativas e esperanças depositadas nesta pesquisa que inicio esta dissertação. Devo evidenciar que esta pesquisa é o resultado de muitas trocas ocorridas entre eu e os meus interlocutores, pois compreendo a etnografia conforme descrito por Magnani.

[...] a **etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte**, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Ressalto que apesar dos meus esforços em transcrever o ponto de vista dos estudantes pesquisados, compreendo que sempre a narrativa será minha interpretação de um ponto de vista, uma ficção, uma inscrição do discurso social (GEERTZ, 2008). Devo ressaltar também que a fala dos meus interlocutores está com a minha interpretação, pois optei por dialogar com eles sem a presença do gravador. Isto porque percebi que o mesmo engessava nossas conversas e a espontaneidade era perdida, pois isso remetia a seriedade que o fazer pesquisa representava para eles e, portanto, assumiam a performance de informantes, preocupando-se demasiadamente com “a resposta correta”. Destaco isto porque durante a realização desta pesquisa, trabalhei no MIGRAIDH na equipe de permanência dos estudantes e por conta disso muitos dados foram conseguidos através das trocas e negociações que se davam neste ambiente e, assim, por mais próximos que estávamos, percebia que o “eu” e “eles” era uma constante no relacionamento com os estudantes pesquisados. Portanto, ao longo dessa dissertação, será exposto o meu ponto de vista a respeito dos acontecimentos, visto que “o sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode reproduzir o ponto de vista de seu objeto, e constituí-lo como tal, ressitando-o no espaço social, senão a partir deste ponto de vista singular [...]” (BOURDIEU, 2008a, p. 713).



No decorrer do trabalho de campo realizado nesta pesquisa, por diversas vezes, realizei o duplo ofício do etnólogo: transformar o exótico no familiar e/ou; transformar o familiar em exótico (DA MATTA, 1987). Em virtude do contato quase que constante com os estudantes, seja via MIGRAIDH ou encontros casuais no ambiente ao qual a pesquisa se realizou a nossa proximidade, trazia um sentimento de familiaridade, isto é, são jovens estudantes assim como eu que deixaram seus lares em busca de um sonho. Por outro lado, quando começávamos a interagir, percebia quão exótico, no sentido de Roberto Da Matta “um elemento situado fora do meu mundo diário, do meu universo social e ideológico dominante” (DA MATTA, 1987, p. 159) era as experiências dos estudantes haitianos na UFSM.

Esse duplo jogo de exótico e familiar só era possível acontecer porque existiam muitas subjetividades se encontrando quando eu estava fazendo meu trabalho de campo. Eu, uma jovem negra<sup>11</sup> brasileira de vinte e poucos anos em busca de uma formação acadêmica que se lança ao desafio antropológico onde “para descobrir é preciso relacionar-se” (DA MATTA, 1987, p. 169) e que por diversas vezes fui afetada pelo trabalho de campo, pelas histórias e trajetórias as quais essa dissertação toca. “E tudo indica que tal intrusão da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa antropológica, é um dado sistemático da situação” (DA MATTA, 1987, p. 169). A pesquisa antropológica, ao aceitar esse peso emotivo e a presença da subjetividade na pesquisa, não pretende deixar de lado o papel ético que o antropólogo possui.

O compromisso profissional de encarar os assuntos humanos de forma analítica não se opõe ao compromisso pessoal de encará-los sob uma perspectiva moral específica. (...) O distanciamento provém não do desinteresse, mas de um tipo de interesse flexível o bastante para enfrentar uma enorme tensão entre moral e observação científica, uma tensão que se faz aumentar à medida que a percepção moral se aprofunda e a compreensão científica avança (GEERTZ, 2001, p. 46).

É encarando esse compromisso moral e científico que optei por manter os nomes dos meus interlocutores em sigilo, tendo em vista que se trata de um grupo vulnerável. Apesar de alguns interlocutores assinalarem que não se importavam que

---

<sup>11</sup> Em algumas conversas com meus interlocutores já fui questionada sobre minha identidade, uma vez que, na visão de alguns, eu sou uma “negra brasileira” porque meus traços negroides não são tão destacados como o deles. Na perspectiva dos meus interlocutores eu era uma *blan*, categoria que engloba raça, classe e nacionalidade. Essa categoria apresenta diversos significados como demonstrado por Handerson (2015), mas no caso específico eu era categorizada por eles a partir da minha nacionalidade.

o nome verdadeiro fosse utilizado, decidi que todos os nomes seriam resguardados. O sigilo é uma escolha metodológica importante, porque conforme Bourdieu (2008a), se inteirar das estruturas de poder que envolvem o pesquisado é um cálculo necessário por parte do pesquisador a fim de evitar violências no decorrer da pesquisa. Dessa forma, todos os nomes que se referem aos haitianos são fictícios e escolhidos por eles quando eu solicitei.

Acredito que todo antropólogo, quando está no campo e acessa certas informações, fica se questionando como a pesquisa pode devolver algo de útil aos interlocutores. Durante o primeiro semestre de 2018, me angustiei diariamente por compreender as estruturas de poder que engessavam a participação plena desses estudantes dentro dos espaços de sociabilidade (o que será melhor discutido no capítulo 2) e me questionava o que eu poderia fazer para ajuda-los nessa inserção. Nas férias de julho, relendo o diário de campo, percebi que se repetia o desejo desses estudantes em ingressarem em grupos de pesquisa e extensão. Voltando em agosto para Santa Maria, perguntei aos estudantes se eles tinham interesse na pesquisa científica. Os contemplados com as bolsas<sup>12</sup> que a UFSM disponibilizou se inseriram em grupos de pesquisa e extensão. Por outro lado, alguns dos que não foram contemplados se inseriram voluntariamente em grupos nos seus cursos. Com esses dados, falei com o presidente do Comitê Representativo, o Timas, sobre a possibilidade de fazer um curso sobre preparação à iniciação científica para os ingressantes. A demanda era tanta que em dois dias de divulgação nas redes sociais, tivemos vinte inscritos e fui obrigada a dizer a Timas que mais do que esse número seria difícil trabalhar. Com esse curso de iniciação científica, passei a me reunir com os ingressantes aos sábados para discutirmos pesquisa científica. Dos meus interlocutores Timas, Louverture, Joahn Josph Luck e Jean Max-Júnior Bendy fizeram parte do grupo.

Todas as imagens que fazem parte do meu arquivo pessoal foram solicitadas as autorizações por meio de conversas pessoais nas redes sociais, *Facebook* ou *WhatsApp*. Devo destacar que através dessas mídias digitais troquei muitas

---

<sup>12</sup> Em maio de 2018 foram ofertadas nove bolsas distribuídas em pesquisa, ensino e extensão visando a inclusão dos estudantes imigrantes e refugiados da universidade. As bolsas foram concedidas através da Chamada Pública N. 014/2018 e contou com a colaboração da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Essas bolsas foram distribuídas em projetos que já estavam registrados na universidade em áreas nas quais havia ingressantes.

conversas com eles. Algumas era eu mesma que ia atrás de alguma informação, outras eram os próprios estudantes que procuravam para marcar uma conversa ou perguntando algo sobre a estrutura burocrática da UFSM.

### 2.3 TRANSNACIONALISMO, MOBILIDADE HAITIANA E REDES

Brunel é natural da cidade de Jérémie, capital do Departamento Grand'Anse, no oeste do Haiti, com uma população de aproximadamente 135 mil pessoas, segundo o censo de 2015. O primeiro movimento migratório de Brunel foi para a capital Porto Príncipe, a cerca de 300 quilômetros de Jérémie, quando ingressou em Engenharia Civil na Universidade Estadual do Haiti. As irmãs de Brunel migraram para os Estados Unidos na década de 1990 e é com as remessas delas que o irmão se manteve em Porto Príncipe e a partir da experiência delas alimentou o seu desejo de sair do Haiti.

Em busca de realizar esse sonho, Brunel conseguiu vir para estudar no Brasil no ano de 2012 através da Capes. Ele ingressou em Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no mesmo ano. No ano de 2014, durante uma viagem de férias ao Haiti, resolveu ficar no país, pois não estava gostando do curso. Contudo, permanecia o desejo de estudar e principalmente, migrar novamente. Durante aquele ano, em contato com um amigo aqui no Brasil pelas redes sociais, Brunel foi informado sobre a abertura do edital do Programa Pró-Haiti na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Ainda em 2014, Brunel ingressou em Engenharia das Energias Renováveis na UNILA, onde permaneceu até 2016, quando ingressou na UFSM no curso de direito. Brunel relata que suas mudanças de curso se deram por se sentir deslocado e frustrado com os cursos.

A trajetória de Brunel servirá de base para as discussões teóricas que seguem nesta seção. Primeiro porque o deslocamento humano em busca de melhores oportunidades faz parte da história da humanidade. Segundo, compreenderemos a dimensão histórica-cultural da diáspora haitiana. A partir da história do Haiti é possível entender como a mobilidade haitiana é uma parte central da identidade dos meus interlocutores. Busquei compreender a migração como um “fato social total” (SAYAD, 1998), pois entendo que o migrante está em contato com um universo qualificado de sentidos sociais, políticos, econômicos e culturais. O migrante é, para o Estado de residência, uma força de trabalho provisória, temporária, isto é, o trânsito dele no

território só é aceito enquanto ele estiver empregado, uma vez que “como migrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento” (SAYAD, 1998, p. 55). Sobre essa provisoriedade, Sayad (1998) nos alerta para as “ilusões” criadas no processo migratório.

Na medida em que a presença do imigrante é uma presença *estrangeira* ou que é percebida como tal, as “ilusões” que a ela estão associadas e que até mesmo a constituem podem ser enunciadas como o que se segue: são, para começar, a ilusão de uma presença necessariamente *provisória* (e, correlativamente, se nos colocamos do ponto de vista da emigração, ilusão de uma ausência igualmente provisória), mesmo quando a presença (ou essa ausência), provisória de direito, verifica-se, nos fatos e sempre *a posteriori* e apenas *a posteriori* (não podemos deixar de insistir no caráter retrospectivo dessa “descoberta” e na necessidade prática do retardamento dessa descoberta, ou seja, da dissipação da ilusão) [...] (SAYAD, 1998, p. 18).

Entretanto, essa provisoriedade esperada não existe na maioria dos casos, e o migrante permanece vivendo em dois espaços ao mesmo tempo, pois está, de fato, no país de residência, mas mantém relações com o país de origem. Isto significa que o migrante está numa constante relação de pertencimento e não pertencimento social. Esse dualismo interfere no processo de construção de suas identidades. O termo acadêmico que foi cunhado para esta definição é o “transnacionalismo”, o “transmigrante”, que mantém uma complexa relação familiar, econômica, social, religiosa e política com ambos os espaços.

Chamamos essa nova conceituação de “transnacionalismo” e descrevemos o novo tipo de migrantes como transmigrantes. Definimos o transnacionalismo como o processo pelo qual os imigrantes constroem campos sociais que ligam o país de origem e o país de assentamento. Os imigrantes que constroem tais campos sociais são designados “transmigrantes”. Os transmigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas, políticas - que atravessam fronteiras. Os transmigrantes tomam ações, tomam decisões e sentem preocupações dentro de um campo de relações sociais que liga seu país de origem e seu país ou países de assentamento” (SCHILLER et al., 1992, p. 1, tradução minha)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Do original em inglês: We call this new conceptualization, “transnationalism”, and describe the new type of migrants as transmigrants. We have defined transnationalism as the processes by which immigrants build social fields that link together their country of origin and their country of settlement. Immigrants who build such social fields are designated “transmigrants”. Transmigrants develop and maintain multiple relations- familial, economic, social, organizational, religious, political that span borders. Transmigrants take actions, make decisions, and feel concerns within a field of social relations that links together their country of origin and their country or countries of settlement”(SCHILLER et al., 1992, p. 1).

Este conceito foi desenvolvido na década de 1990, principalmente por meio da observação da experiência haitiana nos Estados Unidos. O governo haitiano nessa década oficializou a diáspora como o 10º Departamento<sup>14</sup>. Dessa forma, possibilitando a participação efetiva dos haitianos que se encontravam fora do país e caracterizando o Haiti como um Estado-Nação transnacional (SCHILLER; FOURON, 1997). O termo transnacionalismo obriga a uma reflexão sobre o Estado-Nação tradicional das Ciências Sociais, especialmente na Ciência Política, pois se o transmigrante consegue participar politicamente, economicamente e socialmente nos dois países, o de residência e o de origem, a tradição do nacionalismo vira o foco das críticas, uma vez que perde um de seus principais pilares, a territorialidade.

A equação nação=Estado=povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular (HOBBSAWM, 1990, p. 32).

Esse Estado que se construiu ao longo do século XIX e que ainda hoje é o modelo vigente recebeu várias críticas sobre suas capacidades de manter a autonomia e soberania diante dos efeitos da globalização. Se de um lado os teóricos acreditavam que o Estado seria “desterritorializado” com a ascensão de novos atores globais e da própria circulação das pessoas (APPADURAI, 1997; SASSEN, 2000), por outro lado, alguns apostaram na reconfiguração de forças do Estado, que regulariza esse processo de globalização (SANTOS, 2000). Neste trabalho, penso o transnacional a partir da perspectiva de Schiller et al. (1992), entendendo-o a partir das pessoas, das relações sociais dos sujeitos dessa pesquisa. Com o foco nos agentes desse processo, podemos discutir a migração transnacional como um processo de longa duração, que percebe a globalização como um estágio em processos históricos contínuos e, portanto, os fluxos de migração transnacionais são respostas à intensificação ou afrouxamento da globalização (LEVIT; JAWORSKY, 2007). Dessa forma, mesmo que as fronteiras políticas do Estado-Nação continuem

---

<sup>14</sup> No ano de 1991 o presidente, Jean-Bertrand Aristide, fez um ato simbólico de cumprimentar os “diásporas” como o décimo departamento. Portanto, a diáspora é um departamento simbólico e político, contudo, do ponto de vista geográfico e jurídico é inexistente. Segundo Handerson (2015) nesse período existiam nove departamentos e em 2003 criou-se o décimo departamento geográfico, Nippes, ao sul do Haiti.

fortes, a vida social dos sujeitos perpassa essas fronteiras ao estabelecerem relações sociais em pelo menos dois países distintos.

No artigo “Laços de Sangue”: os fundamentos raciais do Estado transnacional de Nina Glick Schiller e Georges Fouron (1997), os autores destacam “[...] o nacionalismo é uma forma de identidade racial. A identidade nacional é um conceito marcado pela raça no sentido em que se considera que as diferenças humanas têm por base uma variação biológica que se manifesta em aspectos físicos diferentes” (SCHILLER; FOURON, 1997 p. 34). Contemporaneamente, as reconfigurações de identidade racial ligadas ao Estado-nação surgem de diversas maneiras. Por exemplo, o Haiti ainda é um Estado-nação que mantém a retórica racial (SCHILLER; FOURON, 1997). Portanto, para alguns casos de transmigrantes, principalmente aqueles oriundos do Sul global, a raça atravessa todas as experiências de deslocamento.

[...] a raça permeia todos os aspectos da experiência dos migrantes transnacionais, é importante analisar vários componentes. Primeiramente, experiências e identidades migrantes são imagens da posição de seus países dentro da ordem racial global assim como eles são afetados pela localização social e de seu grupo racial dentro do Estado-nação (SCHILLER et al., 1992, p. 18, tradução minha)<sup>15</sup>.

Assumi para a presente pesquisa que a migração é um direito humano (REDIN, 2010), portanto, busco compreender a mobilidade humana e a circulação das pessoas enquanto partes integrantes dessas sociedades. Assim, compreendo que: “mais do que a noção de emigração [...] é a noção de mobilidade que permite descrever essa itinerância que molda as vidas haitianas, colapsando as escalas local, nacional e transnacional num único espaço social pelo qual transitam pessoas, moedas e mercadorias” (NEIBURG, 2013, p. 8 apud HANDERSON, 2015, p. 44).

**O haitiano gosta muito de viajar.** [...] Se eu tenho alguém na minha família que migrou? Sim, meu pai antes de eu nascer ficou 5 anos na Martinica, depois quando eu tinha 13 anos ele foi pra Guadalupe também ficou por 5 anos. Ele me disse para viajar. Também tenho um tio que está há 27 anos nos Estados Unidos conseguiu construir uma casa no Haiti e depois em 2001 levou a família para lá. Tenho primas na França que também já tem família por lá, tem filhos (Joan Luck Joseph, 25 anos, engenharia da computação, março de 2018, grifo meu).

---

<sup>15</sup> Do original em inglês: “[...] race permeates all aspects of the transnational migrant’s experience, it is important analyze its several components. First of all, migrant identity and experience are shaped by position of their country within the global racial order just as they are affected by the social location of their racial group within the nation state (SCHILLER et al., 1992, p. 18).

A mobilidade haitiana é desafio para os pesquisadores, pois ela rompe com a lógica lugar de origem x destino com um fluxo unidirecional (HANDERSON, 2015). Ela se apresenta num primeiro diálogo com os diversos estudantes que ingressaram em Santa Maria: “Eu sou de viagem, todo haitiano é da viagem” (TIMAS, setembro de 2018). “Estudar Relações Internacionais representa conhecer outras culturas e depois eu poder viajar e representar meu país no mundo” (Louverture, 28 anos, relações internacionais, abril de 2018). A viagem é um dos principais aspectos socioculturais dos haitianos que tive contato na UFSM. Quando conversei pela primeira vez com Jean Max-Júnior Bendy, senti certo incômodo ao ser questionada diversas vezes por ele sobre o porquê de estudar o mestrado no Brasil. Em sua perspectiva, eu deveria estar cursando em algum país do exterior, ainda mais sendo formada em Relações Internacionais. Em suas perguntas vinha um tom de incredulidade, pois para ele o caminho a seguir seria numa oportunidade fora. “Quero terminar Relações Internacionais aqui e vou para outro país fazer o mestrado, pode ser até na América do Sul, mas vou para outro país” (Jean Max-Júnior Bendy, 26 anos, Relações Internacionais).

Segundo dados do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE), existem em torno de 4 a 5 milhões de haitianos vivendo no estrangeiro. A mobilidade faz parte da cosmovisão do haitiano e mover-se pelo mundo é o sonho de muitos dos meus interlocutores. Conforme Handerson (2015), a mobilidade está ligada a história do Haiti desde a colonização, primeiro com a vinda dos escravizados africanos e após com a libertação e independência teria surgido a cultura do *marronage*<sup>16</sup> e da própria migração, pois os filhos da elite foram se formar na França (LOGAN, 1930). Ainda, segundo o autor, “Não seria um exagero dizer que o sonho da maioria da população é *pati* (partir) ou *vwayaje* (viajar) ou afirmar que seria quase impossível encontrar uma casa no Haiti da qual não há um membro dela no exterior, as casas e as redes familiares geralmente têm, no mínimo, alguém no *peyi etranje* (país estrangeiro)” (HANDERSON, 2015, p. 67).

A história do Haiti no século XX ilumina os fluxos da mobilidade haitiana e dá suporte à compreensão da constituição desse sonho de partir que muitos haitianos

---

<sup>16</sup> Esse termo se refere ao fenômeno da fuga dos negros dos trabalhos forçados e das situações impostas pelo sistema colonial para lugares “onde reconstituíam a solidariedade étnica, recriavam as tradições antepassadas e redescobriam a unidade espiritual para melhor afrontar os senhores brancos (HURBON, 1988, p. 67). “Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans)nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos” (HANDERSON, 2015, p. 67).

alimentam. Durante esse século, houve quatro fluxos migratórios haitianos em consequência de desestabilizações políticas-sociais justapostas a interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos na região, assumindo o papel de “polícia internacional no Ocidente”<sup>17</sup>. Essa postura dos Estados Unidos objetivou afastar as potências europeias das Américas e demarcar sua atuação como potência hegemônica na região. Nos anos de 1914 até 1934, o Haiti passou pela ocupação estadunidense sob o argumento que o país era um ambiente inseguro. Além disso, é preciso ter em mente o projeto de combate à crença do *Vodu*, interpretado pelo invasor como símbolo da barbárie (HURBON, 1987). Com campanhas “anti-supersticiosas”, o *Vodu* foi estigmatizado nas produções hollywoodianas com a finalidade de enquadrá-lo como culto satânico que deveria ser banido (HURBON, 1987; MARQUES, 2013). Durante esse período, o Haiti foi obrigado a seguir o caminho da civilização: combater a religião tradicional, *Vodu*, e ao *Créole*. Portanto, a ocupação marcou o início da interferência externa, especialmente dos Estados Unidos, no Haiti.

É o fim de 111 anos de independência formal, uma independência duramente conquistada, que se foi dissolvendo pelo entreguismo, das classes dirigentes locais e pelos apetites expansionistas dos Estados Unidos [...]. É o início da neocolonização do Haiti por parte do imperialismo ianque, o começo de um período de modernização, o qual, sem mudar as bases, pretende modificar o conjunto (PIERRE-CHARLES, 1990, p. 183).

Contudo, é durante a ocupação americana que surge o movimento indigenista cujo objetivo é resgatar a cultura nacional, valorizando o *Vodu* como religião e como expressão do povo, assim como o *Créole*. Os nomes desse movimento são Jean Prince-Mars e Jacques Roumain. O primeiro, com sua obra *Ainsi parla l’Oncle*, convida os haitianos a recusarem o complexo de inferioridade imposto pelos Estados Unidos sobre o *Vodu*, buscando nele a originalidade, a “haitianidade” (HURBON, 1987, p. 71). Sobre a mobilidade durante a ocupação, os haitianos migraram para Cuba e República Dominicana devido ao crescimento das indústrias estadunidenses de cana-de açúcar. A estimativa é de que em torno de 80 mil haitianos migraram até 1944 para Cuba em busca de emprego (HANDERON, 2015).

O segundo momento dessa mobilidade inicia na década de 1950, com o período da Ditadura de François Duvalier (1957-1971) reconfigurando o perfil dos

---

<sup>17</sup> A política do Big Stick, desenvolvida pelo presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, cujo discurso era “com fala macia e um grande porrete, você vai longe”. Durante a vigência dessa doutrina nas relações internacionais dos EUA, as intervenções nos países vizinhos objetivavam evitar a participação da Europa no continente americano.



migrantes que eram intelectuais, profissionais cujo destino era os Estados Unidos, Canadá e França. A primeira eleição com voto universal do Haiti foi em 1957, quando o candidato Duvalier se apresentou como representante do movimento indigenista, sacerdote do *Vodu*, o médico participante de projetos comunitários e que prometia combater a opressão de militares e proprietários de terra (HURBON, 1988; MARQUES, 2013; TROUILLOT, 1990). O período prévio à eleição de Duvalier foi marcado por uma crise de hegemonia dos grupos tradicionais, resultando na “impossibilidade da burguesia formular um discurso político, mesmo através de uma classe interveniente” (TROUILLOT, 1990, p. 146). Após assumir o poder, “Papa Doc”, como ficou conhecido Duvalier, transformou-se “ditador antimulato e anticomunista, submisso ao Departamento de Estado Americano (...) favorável à abertura da ilha aos dólares dos turistas americanos” (ANTONIE, 1992, p. 13). A partir do ano de 1964, a imigração haitiana para os Estados Unidos aumentou em consequência da autoproclamação de Duvalier como “presidente vitalício”. O regime ditatorial perpetuou-se com Jean-Claude Duvalier, “Baby Doc”, o filho de François Duvalier, que assumiu o poder após o falecimento do pai. Segundo Handerson (2015), é nesse segundo fluxo que o fenômeno *boat people* (embarcações precárias que saíam do norte do Haiti em direção as Bahamas a fim de alcançar Miami) teve seu auge, chegando a aproximadamente 70 mil haitianos chegando vivos ao final de 1981.

A resistência haitiana ao regime ditatorial acirrou-se no ano de 1984, quando começaram as manifestações populares anti-Duvalier na cidade de Gonaives. Essas manifestações se espalharam pelo país e em 1986 os levantes haitianos alarmaram os Estados Unidos, que solicitaram em janeiro daquele ano a saída de Jean Claude da presidência do Haiti. A negativa de Jean Claude só aumentou a violência no país, resultando no corte da ajuda econômica dos Estados Unidos ao Haiti em 31 de janeiro de 1986, cortando uma renda importante para a manutenção desse regime (BARBOSA, 2015). Em 7 de fevereiro do mesmo ano, Duvalier e a esposa deixam o país.

Com o fim da ditadura, o país parecia ingressar numa nova fase de sua história, marcada pela realização de eleições democráticas, em 1990. O sufrágio, realizado em dezembro com monitoramento internacional, conferiu, com expressivos 67% dos votos, vitória a Jean- Bertrand Aristide, sacerdote de esquerda (ex-padre católico, tinha sido expulso dos Salesianos em 1988), que se proclamava adepto da teologia de libertação e não desfrutava da simpatia dos Estados Unidos. Aristide tomou posse em fevereiro de 1991 e, poucos meses depois, em setembro do mesmo ano, seria deposto por um golpe de estado promovido por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país, liderados pelo General Raoul Cédras. O Presidente deixou o país em busca de asilo nos Estados Unidos e o governo militar responsável

pelo golpe nomeou, logo em seguida, o civil Marc Bazin, como Primeiro-Ministro. A partir daquele ano, os enfrentamentos cresceram significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um quadro econômico desalentador. **A deposição de Aristide motivaria um verdadeiro êxodo em direção ao Canadá e à costa da Flórida, para onde expressivos contingentes de haitianos se dirigiram em precárias balsas** (TELEMAQUE, 2012, p. 22 apud BARBOSA, 2015, p. 75).

O terceiro fluxo da migração haitiana é marcado novamente pelas instabilidades políticas do Haiti. Aproximadamente 100 mil pessoas deixaram o Haiti no ano de 1991 em direção aos países vizinhos, República Dominicana e Cuba, ou aos Estados Unidos. Segundo Handerson (2015), o último fluxo registrado é o que se iniciou em 2010, cujo objetivo era fugir de diversos problemas como econômicos, educacionais, de saúde, situação política, mas que foram agravados pelo terremoto de janeiro daquele ano. É durante esse último período que os meus interlocutores saíram do Haiti em busca de melhores oportunidades.

O Brasil se tornou um país de chegada de migrantes a partir de seu crescimento econômico, dos grandes eventos (Copa de 2014 e Olimpíadas 2016) que atraíram imigrantes para a mão-de-obra e também da crise econômica de 2008, que atingiu os grandes centros e mudou a lógica da migração para Sul-Sul. O *boom* migratório para o Brasil se sobressai quando comparado com países como os Estados Unidos, destino tradicional de imigração, que na década de 2010 teve um crescimento de 23% enquanto que o Brasil teve um percentual de 450% (UEBEL, 2015). O fato do Brasil ter se tornado foco das migrações a partir de 2010 deve-se em parte ao já demonstrado crescimento da economia interna e, por outro lado, devido às próprias dinâmicas do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2006) que, em consequência da divisão internacional do trabalho, atraiu grande parte da mão-de-obra disponível internacionalmente. Essa mão-de-obra disponível se deslocou para Brasil em função do excedente de empregos na construção civil para dar conta dos grandes eventos internacionais. No Brasil, entre 2011 e 2013, a concentração dessa migração ocorreu nas regiões que mais tinham ofertas de emprego: a Sudeste e a Sul, sendo o estado de São Paulo o que mais recebeu, seguido de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (UEBEL, 2015).

Durante esse período, no Rio Grande do Sul, as cidades que mais receberam imigrantes foram Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Lajeado impulsionadas pela busca de mão-de-obra para indústria e construção civil para vagas que os gaúchos não desejavam mais (DIEHL, 2017; UEBEL, 2015). Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre os anos de 2007 e 2014, os

principais grupos de migrantes no estado do Rio Grande do Sul eram da América do Sul, os países fronteiriços, Europa e Estados Unidos. O Haiti aparece nesses dados em décimo lugar, ademais Senegal e Angola apresentam respectivamente a 22º e 30º colocação (UEBEL, 2015, p. 105). Somando haitianos, senegaleses e angolanos temos um número menor que a quantidade total de imigrantes alemães, italianos ou estadunidense. Ao analisarmos a origem étnica dos migrantes no Rio Grande do Sul percebe-se que 74% representam a cor branca enquanto que os haitianos representam apenas 2% da população migrante no estado (UEBEL, 2015). Os dados aqui apresentados corroboram na discussão sobre o impacto da migração haitiana nas cidades onde chegaram deu-se por motivos de ordem étnico-racial e de xenofobia.

Os migrantes não são seres isolados nesse processo migratório, por isso constituem suas redes de contato que informam sobre o processo e as oportunidades. Essas redes geralmente se constituem entre pessoas que vivem no país de destino e aquelas que desejam migrar a esse país. Nesta pesquisa, compreendo rede como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (MASSEY et al., 1988, p. 396).

Conversando com o Faustin e o Josaphat descobri que os dois são amigos de infância e estudaram juntos em Porto Príncipe antes de virem ao Brasil. Ambos têm um amigo que veio em 2011 para estudar na UFSC pela Capes. Foi esse amigo que os acolheu quando eles chegaram ao Brasil em 2013. **Foi esse amigo que incentivou a vinda deles ao Brasil porque falava de como o país estava crescendo com os eventos esportivos chegando.** [...] Para minha surpresa Faustine e Josaphat conheceram Brunel na UNILA em 2015 e foi o próprio que os avisou sobre o edital de Santa Maria (ANOTAÇÕES DIÁRIO DE CAMPO, março de 2018).

As redes são importantes não somente para o processo de migrar como também para permanecer no país de migração. É o caso de Faustine e Josaphat: ambos são suporte um do outro desde o período em que chegaram no Brasil. Atualmente, vivem no mesmo apartamento na CEU. Se por um lado essas redes trazem o conforto de “estar em casa fora de casa”, por outro lado “As redes também dificultam a aculturação, já que reforçam laços fortes dentro dos domicílios de imigrantes e entre os domicílios de imigrantes, além de comprometerem a assimilação do idioma” (COSTA DE SÁ, 2015, p. 121). Alguns dos estudantes haitianos que estão aqui na UFSM apresentam dificuldades com o português, apesar de estabelecidos há mais de 3 anos no país. Em grande medida, essas dificuldades advêm da

permanência em redes sociais haitianas que acabam por facilitar o diálogo em *créole* ou francês, utilizando o português para as relações de trabalho. Por exemplo, Josaphat trabalhou por um ano e dois meses como auxiliar de limpeza e depois de cozinha de uma empresa. Durante esse período, aprendeu em português as palavras que precisava para exercer as atividades do trabalho como: vassoura, pá, rodo, pano, cenoura, cebola. Como ele estava hospedado na casa de um amigo haitiano juntamente com Faustine, não fez um curso de português, falava apenas o básico para se comunicar no dia a dia. Iniciou o curso de português quando se matriculou na UNILA. Outro caso é Jean Max-Júnior Bendy, que também apresentava alguns desafios ao se comunicar em português. Durante o curso de escrita científica, realizado no segundo semestre, por vezes quando trabalhávamos com interpretação e produção de texto, percebia dificuldades básicas com o idioma.

#### 2.4 A INDISPENSÁVEL APROXIMAÇÃO COM O SISTEMA EDUCACIONAL HAITIANO

Esta seção é dedicada a uma aproximação com sistema educacional haitiano. Com base nos relatos dos estudantes, análise dos documentos oficiais do Ministério da Educação e Formação Profissional do Haiti e alguns autores, busquei compreender como foi a educação dos meus interlocutores antes da migração. “No Haiti, o sistema [educacional] é Francês. Você faz quatro exames do Estado para terminar o Secundário, às vezes você termina com 18 ou 17. Depende se você passa nos exames. Se não passa, faz de novo. É difícil conseguir passar nos exames” (Josaphat, 38 anos, Economia). Há dois pontos importantes nessa fala do Josaphat, os quais serão explorados nessa seção: primeiro a afirmação que o sistema educacional do Haiti é ainda colonizado pela França. A segunda são os exames realizados pelo Estado durante o período escolar que são garantidores das desigualdades sociais. Num país onde 80% da população vive abaixo da linha da pobreza, a existência de um sistema educacional dominado pelo setor privado é um indício que a educação é um luxo para poucos.

As desigualdades educacionais no Haiti existem desde a fundação do Estado que importou o modelo francês, em 1804. Conforme Francois (2009), a jovem nação não tinha a educação como prioridade, uma vez que o foco era o medo de um provável retorno dos colonos. Em contrapartida, quando a educação era pautada pelos governos, ela era vista como direito de algumas classes específicas, como é o caso

do governo de Jean-Pierre Boyer (1818-1843), o qual previa para a admissão de uma criança numa escola primária o envio de uma petição mencionando os serviços prestados pelo pai ao governo, que deveria ser enviada direto ao Presidente da República, e conforme sua decisão, a Comissão de Instrução Pública autorizaria a admissão da criança (FRANCOIS, 2009). O resultado desta política foi a perpetuação de um sistema educacional apenas para filhos da elite, enquanto que as massas camponesas ficaram relegados à exclusão do acesso à educação. Foram realizadas significativas reformas no sistema durante o século XIX, tais como a Concordata<sup>18</sup> de 1860 com o Vaticano, a qual autorizava o investimento na educação haitiana, mas elas seguiram com o modelo desigual. Por um lado, o Estado haitiano concedia à Igreja Católica a missão de evangelizar e educar o povo, contudo, as escolas congregacionais que foram convidadas a instalarem-se no Haiti nesse período edificaram a missão de formar uma elite cristã.

Escolas religiosas fundadas nessa circunstância, especialmente nas cidades favoreceram o desenvolvimento de uma pequena elite. Uma grande lacuna se instalou entre as crianças da cidade e as do campo onde uma grande parte da população vivia. A educação permanece inacessível para a maioria das crianças. Filhos de pais pobres e aqueles que vivem no campo são os mais afetados<sup>19</sup> (FRANCOIS, 2009, p. 18, tradução minha).

O sistema educacional haitiano é definido conforme as classes sociais, concretizando o objetivo de formar elites separadas das classes populares (JOINT, 2008). Esta desigualdade do sistema de ensino haitiano se confirma com os dados oferecidos pelo Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (2007), que apontam que no nível pré-escolar apenas 5,5% das escolas são públicas. No ensino fundamental nos ciclos 1 e 2 são 8% as escolas públicas e o terceiro ciclo e o ensino médio representam apenas 9%. Estes dados demonstram um setor público que se estagnou nos últimos anos, enquanto o setor privado continua sua expansão e é responsável por aproximadamente 85% da educação básica haitiana. O resultado dessas desigualdades é uma oferta escolar inadequada para a demanda

---

<sup>18</sup> A Concordata estabeleceu o catolicismo como religião oficial e iniciou um período de perseguição aos praticantes do *Vodu*. O objetivo da Concordata era, portanto, elevar o Haiti à “civilização, o oposto da barbárie e da superstição representadas pela africanidade radical” (HURBON, 1987, p. 70).

<sup>19</sup> Do original em Francês: Les écoles religieuses fondées en cette circonstance surtout dans les grandes villes ont favorisé le développement d’une petite élite. Un grand écart s’est alors installé entre les enfants des villes et ceux de la campagne ou habitait une grande partie de la population. L’éducation reste inaccessible à la majorité des enfants. Les enfants des parents pauvres et les enfants de ceux qui habitent à la campagne sont majoritairement les plus touchés.

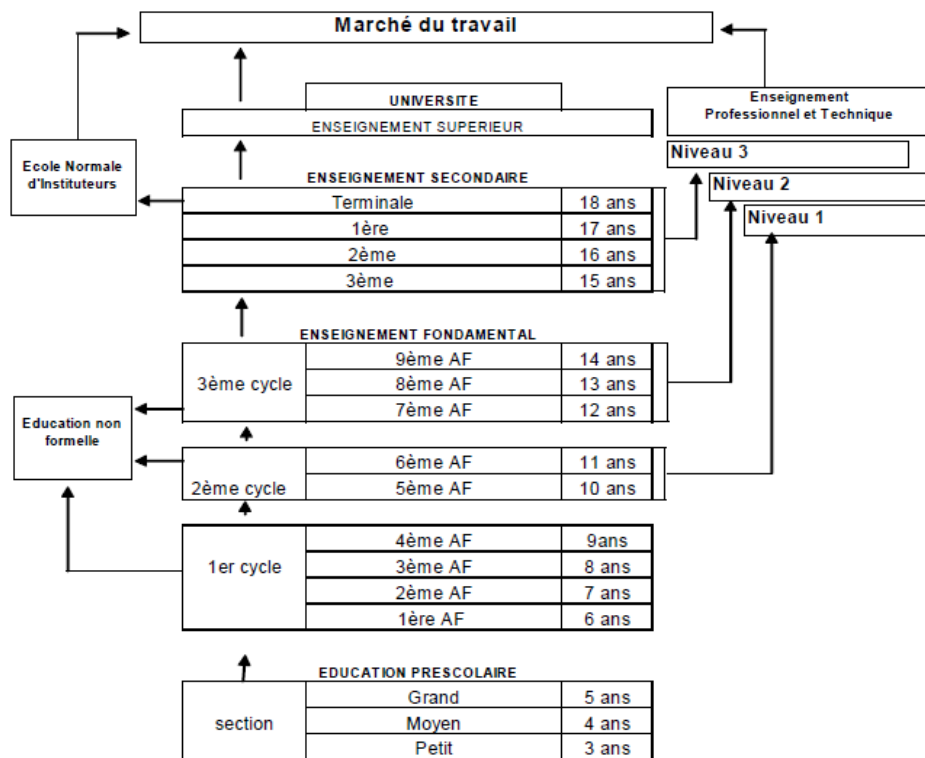
representando, segundo o censo escolar, em mais de 500 mil crianças em idade escolar sem acesso à educação, contribuindo para o aumento dos mais de 3 milhões de analfabetos do país (HAITI, 2011). O sistema educacional haitiano se divide em quatro etapas: *Préscolaire* (Pré-escola), *Enseignement fondamental* (Ensino Fundamental), *Enseignement secondaire* (Ensino Médio) e *Enseignement Supérieur* (Ensino Superior), conforme se observa na figura de número quatro. A primeira etapa atende crianças entre 3 e 5 anos de idade, não é obrigatória e visa o desenvolvimento emocional, psíquico e social das crianças (HAITI, 2011). Com a reforma Bernard de 1982<sup>20</sup> e o Plano Nacional de Educação e Formação de 1997, o ensino fundamental foi reorganizado e dividido em três ciclos (conforme se observa na figura abaixo), sendo os dois primeiros ciclos obrigatórios e gratuitos no plano legal, que diz respeito às crianças de 6 a 11 anos cursam (o que equivale, no Brasil, do primeiro ao sexto ano). Para que a criança avance em cada um desses ciclos do ensino fundamental, há uma avaliação nacional. O Ensino Médio é um ciclo com quatro anos de duração, baseado em três áreas de conhecimento: uma geral, uma pedagógica e outra profissional. Nesse estágio da formação, segundo os meus interlocutores, as provas finais são divididas em seções conforme o interesse dos alunos desde o início do Ensino Médio (HAITI, 2011). A título de exemplo, divide-se em seções a) filosofia, cultura geral e sociologia; b) letras, línguas, outras de humanas; c) matemática e física; d) biologia, química, geologia. Cada uma dessas seções representa uma área do conhecimento que os estudantes vão se “especializando” durante o Ensino Médio para ingressar na faculdade, uma vez que eles têm mais horas-aulas daquelas disciplinas referentes à seção escolhida. Segundo eles me relataram, você escolhe uma das seções e um mês antes do exame o Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional faz o sorteio de qual disciplina será a prova de cada seção. O ensino de escolas haitianas, principalmente os poucos recursos humanos, são tecnicistas, o que mais tarde acarreta na dificuldade de ingresso nas universidades.

Figura 4 – Diagrama sobre a organização do sistema educacional haitiano

---

<sup>20</sup> A reforma Bernard de 1982 foi uma das maiores reformas do sistema educacional haitiano. É a partir desta reforma que o Créole foi admitido como língua oficial para a formação das crianças. Contudo, incluiu uma tecnicidade ao ensino da rede pública, aumentando ainda mais as diferenças entre as camadas empobrecidas e a elite haitiana.

Diagramme 1. Schéma d'organisation du système éducatif haïtien



Fonte: Haiti (2007, p. 13).

Nas escolas privadas, em especial as congregacionais, há uma seleção dos mais “fortes”, pois os alunos que não aprovam nos exames aplicados ao final das etapas escolares pagam uma taxa que vai aumentando proporcionalmente ao número de reprovações (JOINT, 2008; MARQUES, 2013). As taxas de aprovação nessas avaliações são relativamente baixas. Nas avaliações do ensino fundamental é em torno de 60% e no ensino médio aproximadamente 48% (HAITI, 2007). O sistema escolar é, portanto, um reproduzidor das desigualdades, diminuindo a oportunidade de permanência de estudantes das camadas mais pobres nas escolas particulares.

Você é praticamente um herói quando consegue terminar o Secundário com 18 anos. As provas são muito difíceis. Quando eu terminei eu fui o único do meu colégio a tirar nota boa em química. Comecei Bioquímica com 19 anos e um dia eu estava voltando da aula e o meu vizinho disse:

-Veio um diretor procurando por professores e eu te indiquei, vai lá que ele está precisando.

Dei aula de química por um mês para os alunos da parte final do ensino médio, no Philo, desisti porque ele não tinha condição de me pagar. (Timas, 25 anos, Enfermagem).

O sistema educacional haitiano é dominado pelas escolas privadas, que se dividem em cinco categorias, resultando em diferentes graus de capacidade em

oferecer educação de qualidade e manter um quadro de professores capacitados e pagos em dia. Essa múltipla realidade escolar haitiana aparece no relato acima de Timas, que cursou desde a pré-escola até o ensino médio num colégio congregacional com capacidade em recursos humanos, professores capacitados, e recursos físicos, os materiais didáticos. Por outro lado, após terminar o ensino médio, foi dar aula no College Nouvelle Jerusalem que, com menor condição econômica, apesar de ser particular, não conseguia manter os salários dos professores.

De acordo com Joint (2008), há seis modelos de escolas no Haiti: I) liceus: escolas públicas frequentadas pelas camadas populares. Há a fama que os professores são bem remunerados e bons, mas que devido à falta de controle dos responsáveis existem problemas de faltas e atrasos. Os estudantes vêm dos bairros populares, zonas rurais e cidade de províncias. As famílias que têm rendimentos médios e regulares preferem colocar suas crianças nas escolas privadas, que se dividem em quatro categorias; II) “escolas borlete” (de loteria): escolas privadas cujos alunos que frequentam essas foram rejeitados em outras por não conseguirem pagar as taxas regulares. Os responsáveis podem negociar a forma de pagamento e os professores não tem salários fixos. A precariedade estrutural e de recursos humanos resulta numa má qualidade educacional, entretanto são a maioria das escolas na zona rural; III) “onde se leva a sério”: são escolas privadas com nível médio onde os alunos que pagam as taxas regulares, tem acompanhamento pedagógico, contudo ainda são inferiores às congregacionais pelos salários pagos aos professores. São geralmente as melhores da zona rural; IV) congregacionais: privadas onde os pais pagam regularmente as taxas, os professores têm um salário regular ao final do mês e o rendimento é relativamente alto em comparação com as duas categorias anteriores, pois geralmente os professores são bem formados e há materiais didáticos. Nessas escolas, há uma separação dos alunos, ordenados por sua condição financeira: pela manhã, estudam aqueles que pagam regularmente as taxas da escola; no turno da tarde, seria reservado para aqueles que não têm condições, mas as escolas recebem por causa de caridade; V) escolas internacionais: durante o ano de 2000, existiam apenas 5 dessas escolas, localizadas em grandes centros urbanos. Eram dirigidas por estrangeiros, os professores haitianos que ali lecionavam deveriam ser muito bem qualificados e seus programas educacionais são baseados nos seus países de origem, como Estados Unidos, Canadá e França. Os estudantes são filhos de funcionários estrangeiros ou da elite haitiana, que se preparam para seguir os estudos no exterior.



As desigualdades do sistema escolar haitiano se refletem também geograficamente, uma vez que as escolas, centros de formação profissional e as universidades se concentram na zona urbana, principalmente no departamento Oeste, mais precisamente Porto Príncipe e suas proximidades. Alguns departamentos tem uma cobertura educacional muito precária, como é caso de Nippes, Noroeste, Centro e Grande-Anse (HAITI, 2011).

Jean Max-Júnior Bendy (26 anos, Relações Internacionais) cursou o ensino básico na *Calhoun Spady Missionary School* (Escola Missionária Calhoun Spady), escola adventista. A família de Jean Max-Júnior Bendy teve condições econômicas acima dos demais entrevistados, pois o pai é formado em direito e a mãe é enfermeira e atualmente vive no Canadá. Com as remessas do estrangeiro por parte da mãe e o trabalho do pai, eles conseguiram pagar os estudos dos cinco filhos, inclusive incentivaram todos a se graduarem. Segundo relato de Jean Max-Júnior Bendy, “o haitiano tem a ideia de mandar o filho fazer a pós-graduação fora porque o diploma de fora vale mais”, por isso ele se orgulha em dizer que tem um irmão fazendo mestrado no Canadá e outro no México e segue sonhando em seguir os passos dos irmãos. Todos seus irmãos se formaram no Haiti, assim como ele, que é formado em Economia.

Joan Luck Joseph (25 anos, Engenharia da computação) estudou o ensino fundamental na *École Santte Bernadette* (Escola Santa Bernadete) e o ensino médio na *École Saint François d'Assise* (Escola São Francisco de Assis). Ambas as escolas são privadas. Segundo ele, “Se tu pode pagar, é melhor pagar para deixar pública para quem não pode pagar”. De acordo com seu relato, a família de agricultores vive no interior de La Gonâve, pagou educação básica privada aos cinco filhos com o dinheiro oriundo do trabalho rural e da migração do pai, primeiro para Martinica, antes de Joan Luck Joseph nascer, e posteriormente, para Guadalupe, quando o jovem já estava com 13 anos, permanecendo cinco anos em cada um dos territórios. No caso da família de Joan Luck Joseph, é o dinheiro proveniente da diáspora que garantiu o acesso à educação. Conforme demonstraram Sebastião Nascimento e Omar Ribeiro Thomaz (2010, p. 12), a maioria dos jovens haitianos almeja não um diploma universitário, mas um passaporte e um visto “para se juntar a amigos, familiares ou conhecidos na diáspora ou então para abrir um novo caminho e garantir, com remessas periódicas de dinheiro, **as chances de sobrevivência digna e de algum tipo de acesso à educação para os familiares mais jovens**”.

Por outro lado, Faustin (37 anos, Estatística) e Josaphat (38 anos, Economia) são frutos da escola pública haitiana e representam uma parte da população haitiana que não consegue acesso às escolas privadas. No ensino fundamental, ambos estudaram na *École Nationale de Saint Louis du Sud* (Escola Nacional de São Luís do Sul), uma das duas únicas escolas públicas da cidade. Josaphat morava a pouco mais de 5 quilômetros da cidade e, segundo ele, em março ajudava a família a colher milho, feijão, cana-de-açúcar. “O Haiti de hoje não é o que conheci. Não tinha problema, tinha tudo pra comer, podia jogar comida fora. As pessoas jogavam as comidas como de milho”. Com esse relato, Josaphat dizia que em sua época o Haiti tinha melhores condições, principalmente para os agricultores, como é o caso de sua família.

Josaphat migrou pela primeira vez para Porto Príncipe quando estava no Ensino Médio em busca de uma escola melhor. Durante o Ensino Médio, Josaphat reprovou duas vezes no terminal. Segundo ele, nesse período as pessoas pagam aulas particulares para aprovar no exame nacional. Ele próprio, por exemplo, pagou aulas particulares de química aos sábados e no sorteio caiu biologia, uma disciplina que ele não gostava, e por isso seu rendimento foi ruim. Josaphat tentou por dois anos seguidos ingressar na Universidade Estadual do Haiti. Conforme seu relato, a prova era “muito difícil, por mais que eu tava preparado eu não consegui. Pra tu entrar na UEH precisa estudar muito mesmo”. Na terceira tentativa, ele decidiu tentar numa particular (durante nossas conversas ele não a nomeou) onde ingressou para cursar Ciências Contábeis.

Por sua vez, Faustin (37 anos, Estatística) saiu de São Luís do Sul para cursar o Ensino Médio em Porto Príncipe no *Lycée Louis Joseph Janvier*. Como conseguiu terminar direto o Ensino Médio, Faustin deu aulas numa escola privada para o sétimo ano, contudo não gostou da experiência e saiu no mesmo ano. Faustin foi aprovado no primeiro vestibular para a Universidade Estadual do Haiti no curso de Economia.

Sobre o Ensino Superior, a única universidade pública do país, a Universidade Estadual do Haiti (UEH), foi fundada em 1944. A UEH resulta da unificação de outras faculdades que existiam no Haiti desde o século XIX, como a Escola de Direito fundada por Antenor Firmin em 1860, a Escola de Medicina em 1861, a Escola de Ciências em 1902, Agricultura em 1924 e a Escola de Etnologia em 1941 por Jacques Roumain (MARQUES, 2013). Durante a ditadura de Duvalier, *Papa Doc*, a gestão da universidade esteve centrada no Estado e na contenção das mobilizações estudantis, conforme mostrou Marques (2013). A constituição de 1987 reconheceu “O Ensino Superior é livre. Ele é oferecido pela Universidade de Estado do Haiti, que é autônoma

e por Escolas Superiores Públicas e Privadas aprovadas pelo Estado” (HAITI, 1987). A UEH representa uma referência na formação de profissionais e de intelectuais, formando inclusive os ex-presidentes François Duvalier, Ertha Pascal Trouillot e Jean-Bertrand Aristide. Apesar das dificuldades estruturais, a UEH sempre foi muito concorrida e os estudantes provenientes das escolas públicas encontram dificuldades em aprovar no exame de ingresso, pois as escolas focadas na educação tecnicista pós-reforma Bernard não conseguem prepará-los para um exame de conhecimentos gerais, humanidades, lógica e matemática, beneficiando aqueles educados no sistema francês das escolas particulares (MARQUES, 2013).

Com o fim da ditadura Duvalier, o sistema universitário foi ampliado e diversificado com instituições privadas. Durante a década de 1990, a partir de projetos de cooperação internacional, universidades privadas e centros de formação estabeleceram-se em Porto Príncipe, criando um polo educacional centralizado na capital (NASCIMENTO; THOMAZ, 2010). As universidades, sejam elas privadas ou públicas, careciam de infraestrutura para acomodar e hospedar os estudantes vindos de fora de Porto Príncipe, inclusive aqueles que não tinham condições para manter os custos da capital (HAITI, 2007). As universidades se distribuíam na capital em diversos centros sem um campus central, encarecendo o deslocamento dos estudantes. Na década de 2000, a UEH passava por uma crise interna em consequência da mobilização estudantil pressionando por reformas universitárias, pela política trabalhista e por enfrentamentos diretos com a MINUSTAH, gerando interrupção das aulas (MARQUES, 2013; NASCIMENTO; THOMAZ, 2010). O terremoto de 2010 agravou a situação universitária, uma vez que 90% das instituições de ensino superior estavam concentradas na região atingida pelo sismo, ocasionando a destruição de 72% das estruturas físicas das instituições, além da perda de recursos humanos. Dos 53.516 estudantes matriculados morreram 2.906 e dos 3.598 professores morreram 147 (NASCIMENTO; THOMAZ, 2010). Após os acontecimentos de 2010, muitos professores e alunos migraram a fim de continuar seus estudos onde havia recursos. Além disso, nas ruínas de Porto Príncipe ficaram os recursos estruturais que as famílias podiam garantir minimamente condições para os estudantes.

Sobre a pesquisa nas universidades, Nascimento e Thomaz (2010) constataram a debilidade das instituições, tanto a UEH quanto as privadas, na manutenção de realização de pesquisas. Esse fato é importante, porque quando conversei com os ingressantes sobre a necessidade de realizar iniciação científica na graduação foi unânime, inclusive com os estudantes congolezes e marfinenses, que

as universidades só investem em pesquisa no mestrado, as quais são bem escassas. No curso de iniciação científica que realizei com os ingressantes da resolução no segundo semestre de 2018, todos relatavam seu interesse em prosseguir os estudos no mestrado, mas que essa opção teria que obrigatoriamente ocorrer fora do Haiti, haja vista os poucos recursos que o país tem.

São seis as instituições privadas que oferecem programas de mestrado: INUQUA, UNDH e UNIQ, com vários programas de mestrado, e UC, CREFI, ESIH e UNAH, com respectivamente um programa de mestrado em cada instituição. Apenas quatro universidades privadas oferecem titulação de doutorado, mas correspondem unicamente à graduação na carreira médica, concluída com a obtenção de um doutorado profissional em ciências médicas. Além das universidades Notre-Dame d'Haïti, Lumière e Quisqueya, existe uma terceira instituição privada que oferece a formação em Medicina, a Universidade Royale d'Haïti, mas cuja Faculdade de Medicina teve seu registro suspenso em 2009 pelo MENFP, com a demanda de adaptações curriculares. Praticamente dois terços das instituições privadas de ensino superior atestam acolher atividades de pesquisa e empregar números que variam entre um e 20 pesquisadores por instituição. Metade delas, contudo, estão situadas no extremo inferior desse espectro de pesquisadores ativos, com pelo menos um, mas não mais que 5 pesquisadores ativos, e 36% do total não desenvolvem qualquer atividade de pesquisa e não abrigam qualquer pesquisador (NASCIMENTO; THOMAZ, 2010, p. 83).

Com esta breve abordagem do sistema educacional haitiano, busquei mapear como os jovens que estão em Santa Maria acessaram a educação e onde eles se localizam na sociedade haitiana. Visto que uma parcela da população não tem acesso à educação, poucos conseguem terminar o ensino básico e é limitado o número de haitianos que conseguem ingressar no ensino superior. Por isso, reconheço que estou lidando com uma amostra que não representa a totalidade da sociedade haitiana, mas sim uma elite haitiana. Contudo, não devo partir do pressuposto que meus interlocutores são privilegiados, pois compreendo que a realidade econômica e social do Haiti apresenta diferenças da brasileira. Por exemplo, Josaphat é filho de agricultor em *Saint Louis du Sud*. Ao questioná-lo sobre a agricultura no Haiti, ele me disse

Na verdade, minha mãe era comerciante. Quando eu falo comerciante é porque sabe no Haiti tem o que se chama de comércio paralelo, comércio informal. Na verdade, no Haiti mesmo que tenha as leis, o comércio é bastante informal. Minha mãe trabalha com isso e meu pai trabalhava na agricultura, mas não é uma agricultura como aqui no Brasil. Aqui quando você fala em agricultura você pensa em pessoas muito ricas que tem capital e tem máquinas. **Lá no Haiti é pequena propriedade, com pequena produção, as ferramentas são muito antigas tipo pá de ferro** [Josaphat me mostrou no notebook pessoas trabalhando em enxadas e disse que é assim que o pai dele fazia a agricultura na sua cidade porque não tinha como alugar cavalos e material] porque ainda se usa muito a força humana. Por exemplo, o arado é feito de força humana porque tem que alugar o cavalo e as vezes você não tem condições para isto (Josaphat, abril de 2018, grifo meu).

Usarei a família de Josaphat para compreender algumas das realidades econômicas e sociais haitianas. A pobreza no Haiti se concentra na zona rural, assim como é nessas localidades que há mais dificuldade no acesso à educação. Contudo, é o setor rural que sustenta as receitas do estado haitiano (NASCIMENTO; THOMAZ, 2010). Dos meus interlocutores, Josaphat, Faustin e Joan Luck Joseph são de famílias da zona rural haitiana. Neste caso específico, a mãe é comerciante informal que vai à cidade vender o que é produzido na agricultura familiar a partir de ferramentas rudimentares.

Atualmente, embora o problema da falta de título, 80% das famílias rurais têm acesso à terra e oito de dez parcelas pertencem aos seus agricultores. No entanto, a terra é cultivada com ferramentas rudimentares: a enxada, o facão e a picareta são os principais insumos capital da agricultura. **Eles não têm acesso ao arado, os tratores com duas rodas ou até quatro rodas, nem ao semeador manual ou mecânico. Eles são, portanto, privados de todos os meios facilitar o trabalho da agricultura.** Além da falta de supervisão e meios para cultivar suas terras, os camponeses são muitas vezes vítimas de desastres naturais, como inundações, seca, tempestades que levam produtos agrícolas (FRANCOIS, 2009, p. 182, tradução minha, grifo meu)<sup>21</sup>.

Resultando desse precário setor agrícola que o pai de Josaphat comprou um imóvel na capital e com o aluguel conseguia pagar a universidade de contabilidade numa instituição privada para o filho. Com os acontecimentos de 2010, a possibilidade de financiamento dos estudos de Josaphat chegou ao fim com as ruínas do imóvel da família. Para Josaphat, o “caminho certo é a escola, a única saída é a escola”, uma vez que ele não via perspectiva de trabalho no Haiti e sonhava em conseguir continuar os estudos fora do seu país. Estudar fora do Haiti se apresentou como única oportunidade para muitos jovens que tiveram seu sonho do ensino superior destruído pelo terremoto.

O Brasil aparece como janela de oportunidade quando anuncia um pacto com o Haiti através do Programa Pró-Haiti, cujo objetivo era contribuir com a formação de recursos humanos para reconstrução do Haiti. De acordo com Fritznel Alphonse e José Rivair Macedo (2017), das 500 bolsas anunciadas, apenas 89 candidatos foram

---

<sup>21</sup> Do original: Actuellement, bien que se pose le probleme d'absence de titre de propriete, 80% des menages ruraux ont acces a la terre et huit parcelles sur dix appartiennent a leurs exploitants. Cependant les terres sont cultivees avec des outils les plus rudimentaires : la houe, la machette et la pioche sont les principaux intrants em capital de l'agriculture. Ils n'ont acces ni a la charrue, ni au tracteurs a deux roues voire a 4 roues, ni au semoir manuel, voire mecanique. Ils sont donc depourvus de tous moyens pouvant leur faciliter le travail de l'agriculture. En plus du manque d'encadrement et de moyens pour cultiver leurs terres, les paysans sont souvent victimes des catastrophes naturelles comme les inondations, la secheresse, les tempetes qui emportent les produits agricoles.

selecionados, os quais ingressaram nas universidades: UNICAMP, UFSC, UFSCAR e UFRGS no ano de 2011. Para Josaphat, o Brasil veio como oportunidade em 2012, quando foi anunciado o visto humanitário por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) com a Resolução Normativa nº97/2012, cujo objetivo era conceder 1.200 vistos por ano a haitianos. Outro impacto importante na decisão de Josaphat de migrar foi a visita da presidenta Dilma Rousseff em fevereiro de 2012 ao Haiti, anunciando que “estamos abertos a receber cidadãos haitianos”<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Reportagem no G1 sobre a viagem de Dilma Rousseff ao Haiti em 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/02/estamos-abertos-receber-cidadaos-haitianos-diz-dilma-no-haiti.html>. Acesso em: 5 de outubro de 2018.

### **3 “MINHA FAMÍLIA É A UFSM NO BRASIL”: SOCIBAILIDADE DOS ESTUDANTES HAITIANOS**

Este capítulo se dedica a discussão sobre as sociabilidades dos estudantes haitianos dentro da UFSM. A primeira seção é destinada à apresentação do espaço físico da universidade, pois é neste ambiente que acontecem as interações dos ingressantes, já que os mesmos vivem quase que totalmente a instituição. A segunda seção apresenta a constituição e atuação do Comitê Representativo dos Imigrantes e Refugiados da UFSM, bem como os dilemas de participação dos demais ingressantes. A terceira seção é dedicada às agências individuais de alguns dos ingressantes. A última seção apresenta um panorama das ações afirmativas na universidade em questão.

#### **3.1 SITUANDO A UFSM: HISTÓRICO E ESPAÇO FÍSICO**

A UFSM foi fundada em 1960, a primeira universidade federal fora das capitais, localizada a 290 quilômetros de Porto Alegre. No seu início, a universidade contava com as Faculdades de Farmácia, Medicina e Odontologia. A federalização da universidade ocorreu no ano de 1965. Em 1970, foi fundado o Hospital Universitário de Santa Maria, em 1978 criou-se as Pró-Reitorias e a divisão em centros de ensino. Em 2004, incorporou-se o ensino a distância, em 2008 a implementação das cotas e em 2009 a criação de novos cursos com o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse breve histórico encontra-se no site oficial da universidade. Apresentarei também a constituição física da universidade, pois, além do lugar de ensino, é a moradia dos meus interlocutores, isto é, eles vivem a totalidade de seu tempo dentro da instituição.

O Campus Sede da universidade se localiza no bairro Camobi, a 10 quilômetros do centro da cidade, onde a universidade conta com mais um prédio e a primeira Casa do Estudante Universitário (CEU I) da instituição. De acordo com Machado (2012), a CEU I foi construída no mesmo ano de fundação da universidade, assim como a proposta dos complexos residenciais do campus. Ainda segundo a autora citada, até meados dos anos de 1980 não havia um regimento para o acesso ou permanência nas casas universitárias e também existia uma “casa feminina” num prédio alugado com apenas oito vagas. É somente em 1986 que estudantes criam os quartos mistos e ampliam-se as vagas para o sexo feminino na CEU. Nos anos 1990, respondendo

as pautas do movimento estudantil, a universidade cria a CEU para estudantes de pós-graduação. Em dezembro de 2018, atendendo às reivindicações estudantis, foi inaugurada a Casa do Estudante Indígena, um bloco destinado especialmente para os estudantes de comunidades indígenas. A CEU é um espaço de articulação política dentro da universidade, como mostra Machado (2012), capaz de criar grupos organizados, como os movimentos estudantis. Apesar disso, as casas estudantis que existem até o momento garantem apenas que pouco mais de 10% dos estudantes da universidade tenham acesso a esse benefício.

Para ingressar na casa, o estudante solicita o Benefício Socioeconômico (BSE) através do portal do aluno, respondendo ao questionário socioeconômico. A etapa seguinte é a realização de entrevista com as assistentes sociais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) a fim de analisar os documentos comprobatórios da renda *per capita* (por pessoa) no máximo 1,5 salário mínimo e, outros fatores que afetam a avaliação socioeconômica do grupo familiar do estudante, como doença, acesso à educação básica pública, as condições de moradia, o estudante trabalhador que não depende mais do grupo familiar e outras situações. Enquanto espera pelo processo de aprovação do BSE, o estudante fica alojado na União Universitária, localizada acima do Restaurante Universitário em Camobi, em quartos grandes que suportam em torno de 60 pessoas, separadas por sexo ou no quarto comunitário da Casa do Centro.

No ano de 2018, por uma superlotação da União de Camobi, alguns alunos foram alocados no Centro de Eventos da universidade. A espera para transferência aos apartamentos oscila bastante. Por exemplo, a casa do Centro consegue distribuir em aproximadamente 2 meses todos os novos inquilinos. Por outro lado, a de Camobi tem mais tempo de espera pela concentração de apartamentos e estudantes. Atualmente, a distribuição nos apartamentos é feita de forma autônoma pelas direções das Casas através de assembleias após a aprovação do BSE pela PRAE. É muito importante pontuar que, para o ingresso de um estudante num apartamento, os moradores mais antigos têm que concordar, ou seja, o estabelecimento depende das afinidades pré-estabelecidas. Isso foi um ponto de dificuldade para os ingressantes do ano de 2017, quando muitos ficaram um semestre na União a espera de vagas nos apartamentos, seja pelos empecilhos em constituir negociações com os antigos moradores – casos específicos como Faustin e a esposa, que esperavam por um quarto de casal – ou pela esperança em compartilhar o apartamento com seus conterrâneos.



Durante o período o qual meus interlocutores estiveram na União, tentei entrar uma vez para convidá-los a uma roda de conversa sobre racismo no ano de 2017. Entretanto, o vigia me deteve na porta do quarto masculino alegando que eu não poderia adentrar sendo mulher. Sentei no sofá na frente dos quartos juntamente com a Alessandra e esperamos que passasse um dos ingressantes para chamar os demais que estavam no quarto para finalmente conversarmos com eles. A União é um lugar privilegiado para dialogar com os ingressantes, porque muitos encontros deles são marcados na sala de convivência coletiva no segundo andar, no Hall do Restaurante Universitário ou no gramado em frente ao RU, conforme se observa na Figura 5.

Figura 5 – União Universitária e Hall do Restaurante Universitário



Fonte: UFSM (2018).

Assim que o estudante ingressa na União, ele já é beneficiado com a gratuidade das refeições no Restaurante Universitário, o qual serve refeições até sábado e distribui alimentos nesse dia e em vésperas de feriado. Algumas das conversas que realizei com meus interlocutores aconteceram no sábado entre o período anterior e posterior da distribuição. Sentada em uma das mesas que tem no Hall do RU, eu ficava esperando por eles enquanto a distribuição acontecia. Nesse espaço, eu conversava informalmente com todos os ingressantes porque o Hall dá acesso à entrada da União e é o caminho para as Casas Estudantis, ou seja, é um lugar de trânsito de estudantes. O Hall é onde acontecem as manifestações estudantis organizadas por diversos coletivos, dado que a fila para entrar no Restaurante

Universitário se concentra ao seu redor, assim como a porta de saída. Apesar desses espaços físicos de interação coletiva com os demais estudantes ao longo dessa pesquisa, percebi que, em sua maioria, meus interlocutores preferiram apoiar-se entre os seus. Com isto, reitero a constituição das redes sociais haitianas se fortalece na busca pelo conforto nesse mundo novo que se abre a eles, a universidade e o ambiente acadêmico.

As bibliotecas também são espaços físicos por onde circulam meus interlocutores. Há na UFSM 12 bibliotecas setoriais distribuídas nos 5 campi e nos centros educacionais e uma biblioteca central. Meus interlocutores circulam pela Biblioteca Central, próxima ao Restaurante Universitário, na Biblioteca do Centro de Ciências Naturais e Exatas e na Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Esta última fica ao lado dos prédios 74, onde há os cursos de Relações Internacionais, Economia, Psicologia, Administração, História, Ciências Sociais, Filosofia, Arquivologia e algumas aulas da Comunicação Social.

Figura 6 – Prédios 74 A,B,C e Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Humanas



Fonte: UFSM (2016b).

Como minhas atividades acadêmicas são entre esses prédios, é onde encontro mais facilmente os sujeitos que circulam por eles, como é o caso dos estudantes de Relações Internacionais e Economia. Encontrei algumas vezes casualmente Faustin,

Josaphat e Louverture na biblioteca do Centro de Ciências Sociais. Os estudantes dizem que preferem esse ambiente para o estudo por causa da sua estrutura, como ar condicionado, sinal forte de internet, mesas e cadeiras confortáveis e salas individuais. Há dias em que a internet não funciona na Casa do Estudante, por isso muitos se dirigem aos locais com melhor conexão, como as bibliotecas setoriais.

A despeito dos prédios da universidade, devo destacar o quão encantados os estudantes ficam com a estrutura universitária brasileira e a UFSM. No início de 2018, conversei com Loverture sobre as expectativas e a adaptação dele ao ambiente acadêmico naquela época ele estava esperando vagar um apartamento, estando provisoriamente no Centro de Eventos. Na trajetória de Loverture e na sua fala, há demarcada a perspectiva de estar realizando um sonho que foi sonhado há muito tempo. Ele tem 28 anos é da cidade de Gonaives, casado<sup>23</sup>, estudante do curso de Relações Internacionais, ingressante do ano de 2018. Veio para o Brasil em 2013, pois o tio havia lhe falado das oportunidades de empregos por causa da Copa do Mundo de 2014. A primeira cidade brasileira a se estabelecer foi São Paulo, onde ficou por 2 anos e meio trabalhando no Carrefour. No final de 2016, veio para Porto Alegre, onde trabalhou no Hotel Master Cosmopolitan como mensageiro.

Desisti do emprego para realizar **meu sonho: ser um internacionalista**. Eu comecei a estudar Relações Internacionais na UNIRITTER, no primeiro semestre consegui bolsa de 70%, no segundo não consegui. O hotel prometeu pagar 50% da bolsa, mas eu só conseguiria fazer menos disciplinas, então eu não consegui a bolsa porque para eles pagarem 50% eu teria que fazer 5 disciplinas e levar o comprovante de matrícula antes das aulas. A ideia de eu me inscrever aqui veio de um amigo que viu o edital e me passou o e-mail do MIGRAIDH. **Tudo isso é um sonho**. Eu tive esse sonho faz tempo, eu tinha vontade de conhecer o mundo, porque meu pai me deu essa oportunidade. Fui três vezes para a República Dominicana, aprendi o espanhol como língua “enamorada”, o Francês como língua bonita e o inglês como comercial. **No meu país, quando você termina o ensino médio, só tem uma opção: estudar, porque não tem emprego** (ANOTAÇÕES DE CAMPO, março de 2018, grifo meu).

Acompanhando as redes sociais de Loverture, percebi que os prédios da UFSM eram algo muito importante para ele. Reproduzo abaixo algumas das imagens que me chamaram atenção, seja pela foto em si ou pelas legendas. A primeira a legenda era: “apprendre, c'est se ressouvenir de ce que l'on avait oublié<sup>24</sup>”. Na segunda, a legenda estava em português e era “atrás de meu sonho”. Outra imagem que não coloquei

<sup>23</sup> A esposa de Loverture mora em Porto Alegre com o filho do casal e trabalha no Hospital Divina Providência.

<sup>24</sup> Aprender é lembrar o que havíamos esquecido.

nessa dissertação tinha a seguinte legenda: “educação também é investimento, quem gosta dessa ideia compartilha”. Analisando essas legendas e o formato das fotos, percebo que elas são uma tentativa de demonstrar àqueles que estão no Haiti ou na diáspora que ele está conseguindo obter sucesso na migração. Loverture escolheu o capital educacional, essencial para ascender no Haiti, em vez de continuar seu emprego formal para sustentar a família, a esposa e o filho. A educação é um capital cultural e simbólico importante para quase todos os ingressantes que tive a oportunidade de dialogar. A partir de Bourdieu (2008b), penso capital cultural como o acúmulo da herança cultural familiar e o adquirido na socialização escolar. A educação é um capital simbólico, pois determina distinção entre agentes possuidores do título acadêmico. Além disso, o investimento necessário resulta no aumento do prestígio daqueles que tiveram acesso ao ensino superior. O caso de Loverture não é uma exceção. Muitos dos que estão na UFSM abandonaram seus empregos porque, como mostrei no capítulo anterior, o acesso ao Ensino Superior no Haiti é restrito, transformando a educação num capital importante para ascensão social. Ademais, o diploma estrangeiro apresenta um capital simbólico importante, como Jean Max-Júnior Bendy (26 anos, Relações Internacionais) ressaltou diversas vezes. Apesar de ser graduado em Economia no Haiti, sentia a necessidade de um título no estrangeiro e foi estudar Engenharia Civil na República Dominicana. Estando no país vizinho, sentia a necessidade de viajar para mais longe e buscar um “diploma melhor”. Quando soube do Pró-Haiti através de um amigo que estudava na UFSC, não pensou muito, se inscreveu e quando foi aprovado voltou a Porto Príncipe apenas para retirar o visto. Entrou em contato com a família quando já estava no Brasil estudando geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Jean Max-Júnior Bendy relatou que passou 8 meses sem falar com família, pois os familiares se chatearam com a decisão de abandonar o curso em andamento. A educação é o principal capital que os meus interlocutores escolheram. Essa busca pelo “diploma melhor” demonstra que para esses jovens, o diploma não é somente um papel, mas sim uma categoria moral que os diferencia dos familiares no Haiti e dos demais haitianos na diáspora. O diploma tornar-se um objeto central na migração dos meus interlocutores ao ser o símbolo do sucesso da diáspora e de todos os desafios que a migração representa para eles.

Em muitas das conversas que tive com Loverture, perguntei sobre a universidade, a parte física da UFSM, e ele me disse: “A universidade é muito bonita, lá no meu país não temos toda essa estrutura. É muito bonito caminhar dentro da universidade. Acho que estou no caminho certo do meu sonho”.

Figura 7 – Fotos de Loverture



Fonte: Facebook de Loverture 2018.

Nota: Todas as fotos foram autorizadas pelo interlocutor, contudo não quis deixar seu rosto tão evidente a fim de resguardar sua identidade.

Além de Loverture, outros estudantes utilizam suas redes sociais como uma ferramenta para demonstrar que estão alcançando sucesso na migração através da busca pelo ensino superior. Esse sucesso é ressaltado como uma justificativa para eles estarem estudando em vez de mandar remessas à família. Timas (25 anos, enfermagem) me disse uma vez: “se tu sai de casa, já é homem suficiente pra se bancar. Não tem que ficar pedindo dinheiro, tem que se manter”. Apesar de toda a assistência estudantil prestada pela universidade, esses estudantes tem o básico para manterem-se, o que afeta a relação de envio de remessas tão importante para a manutenção do vínculo com a família transnacional. Contudo, o que vi no meu trabalho de campo foi a exaltação por parte deles da oportunidade de cursar o ensino superior no estrangeiro, classificado como um investimento na carreira. Por isso, em suas fotos nas redes eles exaltam os eventos acadêmicos que participaram ao longo do ano e a estrutura física. A foto a seguir também é das redes sociais, na qual aparecem estudantes haitianos em frente ao Centro de Convenções após um evento internacional sobre energia nuclear. Lembro que os encontrei naquele dia no horário do almoço na calçada do 74A, uma vez que o Centro de Convenções fica próximo.

Como eu sabia um pouco sobre o evento através de colegas de Relações Internacionais, perguntei aos estudantes o que estavam achando do evento e as respostas foram todas positivas, especialmente pela oportunidade de participar de um evento acadêmico. Acredito que provavelmente a resposta tenha sido positiva porque eles sabem da minha formação acadêmica.

Figura 8 – Estudantes Haitianos em frente ao Centro de Convenções

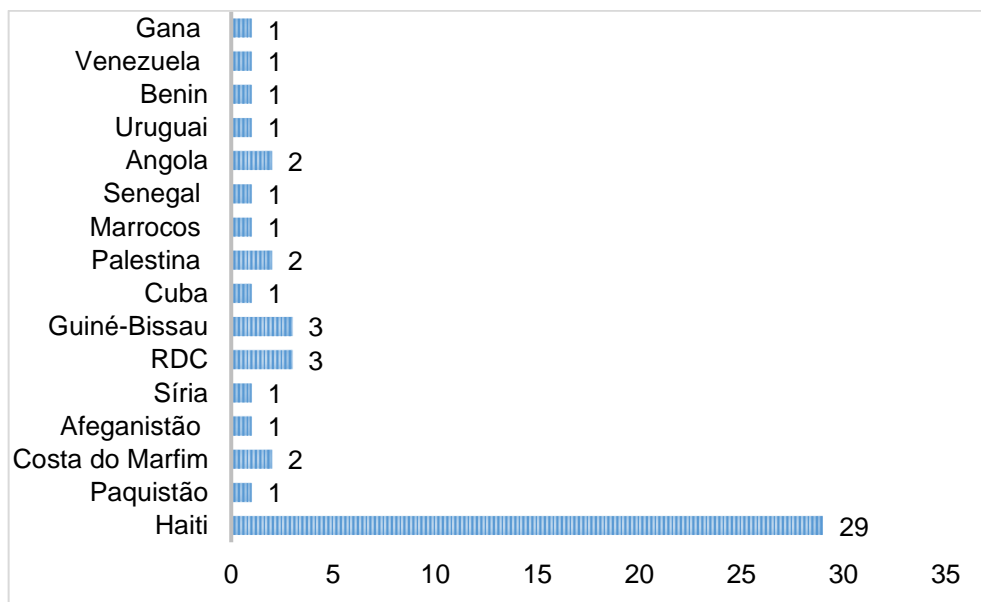


Fonte: Facebook dos interlocutores, 2018.

### 3.1.1 Dados sobre os ingressantes da Resolução 041/2016 até o ano de 2018

Ingressaram pela Resolução 041/2016 na UFSM até o primeiro semestre de 2018 cinquenta e dois<sup>25</sup> estudantes, cuja maioria é do Haiti, mas estão divididos entre diversas nacionalidades, como se observa no gráfico de número 1. Ressalto que é impossível, pelo menos durante o mestrado, realizar uma pesquisa que envolva todos e todas que ingressaram pela resolução, haja vista a enorme quantidade de informações e trajetórias possíveis num conjunto de cinquenta e duas pessoas, fora os próximos ingressantes. Essa dissertação apresenta um número limitado de interlocutores a fim de compreender a complexidades por trás de cada perspectiva. Contudo, isso não significa que não mantive contato com uma significativa parcela dos ingressantes, seja através das reuniões do MIGRAIDH ou do Comitê e também pelo curso de iniciação científica. Os dados dos gráficos que serão apresentados nesta seção estão até o primeiro semestre de 2018 porque durante o segundo semestre não houve edital de seleção de novos ingressantes.

Gráfico 1 – Nacionalidades dos ingressantes da Resolução 041/2016 até o primeiro semestre de 2018



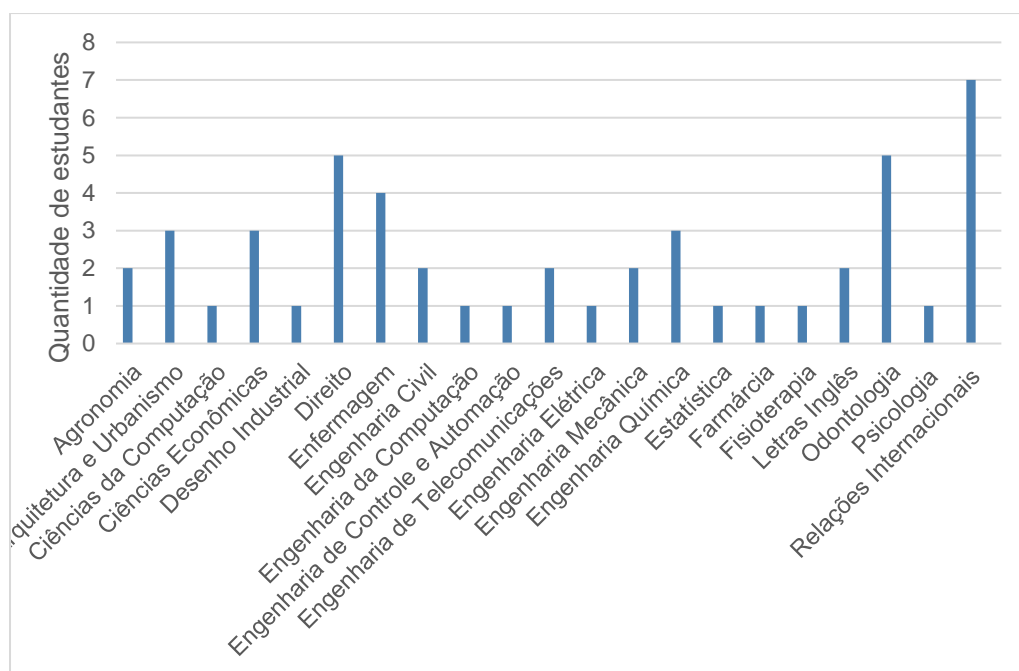
Fonte: Elaborado pela Autora baseados nos dados fornecidos pelo PROGRAD<sup>26</sup> (2018).

<sup>25</sup> Este número irá variar, pois há processos em andamentos com os documentos ainda nas coordenações dos cursos. Além disso, há um estudante que aparece nos dados informados pela PROGRAD como processo indeferido, mas esse estudante encontra-se matriculado em outro curso, então ressalto que os dados podem apresentar falhas.

<sup>26</sup> Tive acesso aos dados por intermédio do MIGRAIDH, que me repassou as informações fornecidas pela PROGRAD.

Todos os ingressantes estão matriculados nos cursos de graduação. Há um único caso de uma ingressante que conseguiu aproveitar disciplinas cursadas em outra universidade brasileira e se formou ao final de 2017 representando, portanto, uma exceção do perfil dos ingressantes da resolução. Sobre o sexo dos ingressantes, a maioria é constituída de homens. Há 11 mulheres até o momento, sendo que no ano de 2017 eram apenas duas, por isso a maior parte dos interlocutores são homens. Destas mulheres, há uma ingressante natural do Benin que veio com um bebê pequeno para universidade, há a esposa do Faustin e as demais, até onde eu sei, são solteiras. Quanto aos cursos, destaco que a maioria escolheu cursos da área de exatas, principalmente as engenharias (conforme expostas no gráfico 2), localizadas no Centro de Tecnologia (CT) da UFSM, prédio situado na entrada da universidade onde eu pouco transito, portanto, tenho menos encontros ocasionais com os interlocutores que estão nesses cursos.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes nos cursos na UFSM até o primeiro semestre de 2018



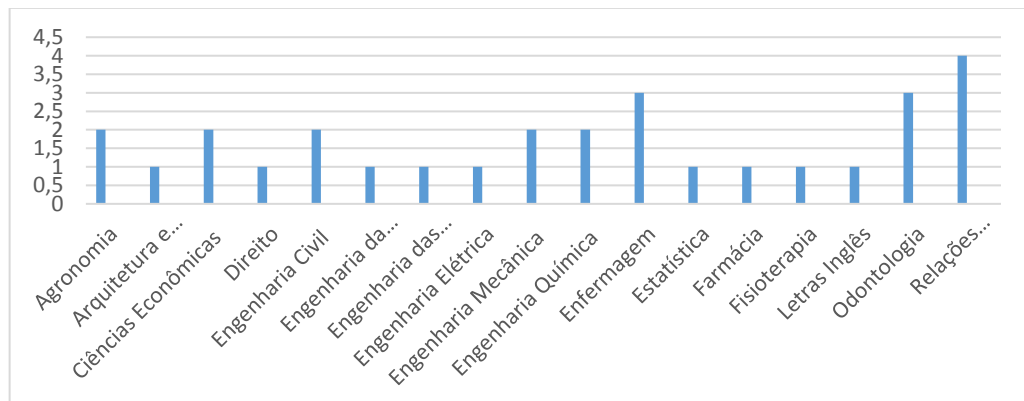
Fonte: Elaborado pela Autora baseados nos dados fornecidos pelo PROGRAD (2018).

Os sujeitos que participam desta pesquisa salientam sua esperança em estudar algo que servirá para o ingresso no mercado de trabalho, seja no Brasil ou no seu país de origem. Conforme o abordado no capítulo anterior, as dificuldades que eles encontraram para acessar o Ensino Superior no Haiti refletem no sonho em



adquirir o estudo no Brasil e voltar com uma distinção no país de origem. “Todos os haitianos que entram aqui querem fazer faculdade porque eles querem voltar com o diploma. Se você sai, tem que voltar com diploma para não se envergonhar da posição” (Joan Luck Joseph, 25 anos, Engenharia da Computação).

Gráfico 3 – Cursos dos estudantes Haitianos na UFSM



Fonte: Elaborado pela Autora baseados nos dados fornecidos pelo PROGRAD (2018).

Sobre a área de saúde, uma das mais prestigiadas no Brasil, há poucos ingressantes porque muitos dos processos foram indeferidos pela coordenação do curso almejado. É o caso do curso de medicina, em que os estudantes foram realocados para outros cursos da área da saúde. Como o número de pedidos indeferidos pela medicina alcança quase 30, poucos foram os que conseguiram ser realocados em outros cursos da saúde. A respeito da situação da medicina, discutirei melhor na seção quatro deste capítulo.

### 3.2 O COMITÊ REPRESENTATIVO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS DA UFSM

Nesta seção, me dedicarei à criação e funcionamento do Comitê Representativo de Imigrantes e Refugiados da UFSM. Por isso, lançarei uma breve discussão sobre estrutura e agência nas Ciências Sociais. Tendo em vista a situação de vulnerabilidade dos estudantes ingressantes da resolução, o jogo entre estrutura e agência está presente nas interações que foram analisadas para esta dissertação. Em primeiro lugar, o conceito de agência que utilizo nesta pesquisa é de Sherry Ortner, a qual propõe que devemos observar a agência a partir da subjetividade envolvida. Para a autora, a agência é “moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de

uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados (culturalmente constituídos)” (ORTNER, 2007, p. 380).

A partir da proposta de Ortner sobre a agência como resultado da subjetividade acionada por sentimentos e significados, começo a descrever a construção do Comitê Representativo de Imigrantes e Refugiados da UFSM. A proposta surgiu a partir de estudantes haitianos e congolezes com o objetivo de criar uma representação dos ingressantes a fim de promover um espaço de interação e busca de melhores condições para os ingressantes dentro da universidade. Esse grupo de estudantes haitianos que propôs o Comitê se encontrava com frequência aos sábados com o objetivo de discutir questões ligadas ao país natal ou mesmo para dificuldades em Santa Maria. As reuniões de sábado eram marcadas no *WhatsApp* através de um grupo cujos participantes são somente os ingressantes.

Bom, como você sabe, a gente tem dificuldades de se adaptar ao Brasil. Como o português, por exemplo, para nós é mais difícil assistir as aulas. Precisamos que a universidade nos ajude e a gente pensou no Comitê para ajudar nisso. Também para mostrar aos brasileiros como é o Haiti. E claro o país dos outros ingressantes. Temos uma variedade de gente agora em 2018 (Timas, agosto de 2018).

As eleições do Comitê foram propostas nas reuniões que aconteciam aos sábados e os estudantes divulgaram como ocorreria as eleições por meio do *WhatsApp*, grupo no qual os ingressantes e alguns membros do MIGRAIDH participam. Solicitei aos membros da comissão eleitoral a minha participação neste dia tão importante para os ingressantes. O recebimento dessa mensagem por parte de alguns membros do MIGRAIDH causou espanto e, por vezes, desconcerto. Isto porque o MIGRAIDH presta assessoria aos estudantes e com essa nova configuração eles estavam demarcando seu desejo de ser agentes dentro do ambiente ao qual estão inseridos.

“E aí galera, espero que vocês todos estejam bem. Então, venho por meio desta mensagem para passar a programação de como vai acontecer as eleições. Vão ser 6 cargos disponíveis

- Presidente
- Vice- presidente
- Secretário
- Conselheiro
- Delegado
- Tesoureiro

\*As pessoas que querem se candidatar tem a partir de hoje dia 22/03 até sábado dia 24/03 às 14h00 para fazer isso

\*Depois no sábado dia 24 vai ter uma reunião onde cada candidato vai ter 5 minutos para se expressar para que todo mundo possa saber mais sobre ele e o que pode trazer para nós

\*E as eleições vão acontecer no sábado dia 31

E a equipe que vai organizar a eleição votou alguns pré-requisitos para se candidatar a alguns cargos e as regras que o candidato devem seguir:

- 1) Para se candidatar ao cargo de presidente o aluno deve ter cursado no mínimo um semestre letivo na UFSM
- 2) Não é permitido se candidatar a 2 cargos
- 3) Caso o candidato chegar não se apresentar ou chegar atrasado de 10 minutos (sem motivo) vai ser retirada sua candidatura
- 4) Não é permitido que uma pessoa vote por outra pessoa (até em caso de ausência com motivo)
- 5) Para vencer é preciso ter o maior número de votos (em caso de empate vai ser organizado o segundo turno somente com os candidatos que tiveram os maiores números de voto)
- 6) Caso tenha somente um candidato a um cargo, ele já vai considerado como eleito a esse cargo

Bom galera isso daqui é mais ou menos a programação de como vão ser as eleições, mas deixamos bem claro que pode acontecer algumas mudanças se for preciso para melhorar a organização. Para se candidatar ou se tiver alguma dúvida pode falar com Com Joan Luck Joseph, M, M e M<sup>27</sup> (Publicação de um dos ingressantes num grupo do aplicativo *WhatsApp* ao qual eu participo, sobre as regras para a participação nas eleições).

A votação do Comitê Representativo aconteceu no dia 31 de março de 2018 no Hall do RU Campus II. Estavam presentes onze estudantes ingressantes, sendo que dois eram da República Democrática do Congo, um da Costa do Marfim e os demais eram haitianos. Foi uma tarde longa de debate, pois a comissão organizadora previa que muitos fossem se inscrever para participar. No entanto, houve duas inscrições para presidente e uma para conselheiro, sendo que um dos candidatos a presidente não esteve presente na reunião. Os estudantes tiveram muita divergência sobre o que seria feito com os demais cargos que não tiveram candidatos. A maioria compreendia que o cargo de vice-presidente deveria ser passado ao candidato a presidente que não estava presente na reunião. Porém, Josaphat questionava que tomar uma decisão sem consultar o candidato seria antidemocrática. Creio que foram pelo menos 30 minutos de discussão sobre ditadura e democracia, pois Josaphat acreditava que deveriam seguir fielmente as regras feitas na reunião anterior à votação. Após as discussões, eles decidiram que a responsabilidade seria do Comitê Representativo em decidir o que fazer com os demais cargos. Este acontecimento demarca a demanda dos estudantes ingressantes por espaços de representação política dentro da universidade.

Ao final, a gestão 2018/2019 se constitui com: o presidente Timas, o vice-presidente Faustin, o tesoureiro Josaphat, o delegado ingressante da Costa do Marfim e o conselheiro ingressante de Cuba. Desses representantes, somente

---

<sup>27</sup> Como os demais membros da comissão não estão participando diretamente desta pesquisa, coloquei só as iniciais de seus nomes.

Josaphat não participava de movimento estudantil da Universidade Estadual do Haiti. Em agosto de 2018, conversei com Timas antes de uma reunião entre o Comitê e o MIRGAIDH sobre a participação dele em movimento estudantil. Na ocasião, ele me mostrou seu cartão de estudante da UEH, o qual ainda carrega dentro de sua carteira, e falava orgulhoso de sua participação no movimento estudantil. Joan Luck Joseph, um dos proponentes da formação do Comitê, também já relatou sua participação no movimento estudantil: “Eu sou revolucionário. Eu li livros sobre o Che Guevara, Fidel Castro, Lenin, Maquiavel, Dessalines, meu pai, primeiro presidente do Haiti. Lá [Porto Príncipe] eu participava do Comitê e dos protestos organizados na UEH. Eu tenho oito primos que também estudavam lá e íamos juntos protestar”.

No ano de 2018, os representantes do Comitê realizaram algumas reuniões com representantes administrativos da universidade, como se vê na figura 6. A pauta principal para o ano de 2018 foi a acessibilidade linguística, tema recorrente nas falas dos meus interlocutores dadas as dificuldades em acompanhar as explicações dos professores em sala de aula. Na universidade há o Português para Estrangeiros, que em todos semestres tem ofertado cursos para os ingressantes. Contudo, a rigidez dos horários impedia muitos deles de participar. Com isso, há uma quantidade representativa de estudantes que não acessam o ensino formal do português, mantendo barreiras relevantes no processo de aprendizagem.

Figura 9 – Reunião do Comitê Representativo de Imigrantes e Refugiados da UFSM com a PROGRAD, PRAE e Coordenação do curso de Letras sobre Acessibilidade linguística

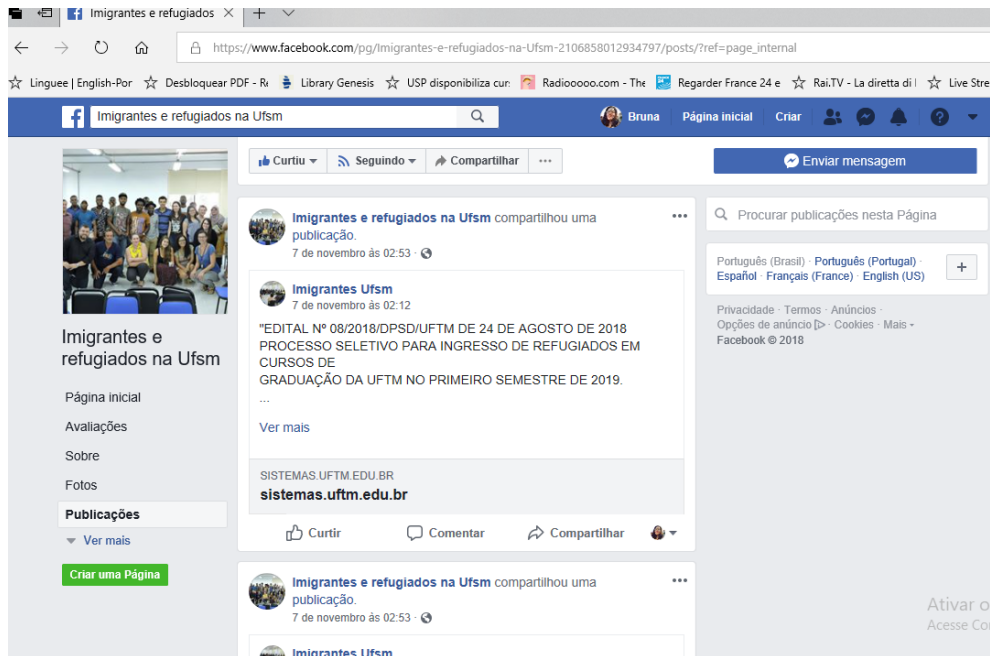


Fonte: Página do Facebook Imigrantes e Refugiados UFSM<sup>28</sup> (2018).

<sup>28</sup> Foto publicada na página da Prograd UFSM e compartilhada pela página dos Imigrantes e Refugiados UFSM.

Como o Comitê é uma iniciativa surgida dos estudantes e que ainda está em processo de constituição a ganhar seu espaço dentro da universidade, não há um espaço físico para a realização de suas atividades. Por isso, as reuniões do Comitê se mantêm como as anteriores, realizadas autonomamente pelos ingressantes no Hall do RU ou no gramado à frente do RU, embaixo do viaduto da universidade – como se pode observar na Figura 7. Além disso, os estudantes têm utilizado as redes sociais para divulgação de suas atividades através da página Imigrantes e Refugiados UFSM, que até o momento conta com 107 curtidas.

Figura 10 – Página do Facebook Imigrantes e Refugiados UFSM



Fonte: Perfil do Facebook: Imigrantes e Refugiados na UFSM. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/Imigrantes-e-refugiados-na-Ufsm-2106858012934797/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/Imigrantes-e-refugiados-na-Ufsm-2106858012934797/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 10 de dezembro de 2018

Figura 11 – Assembleia dos estudantes sobre o estatuto do Comitê Representativo de Imigrantes e Refugiados da UFSM



Fonte: Página Facebook Imigrantes e Refugiados UFSM (2018).

Há uma nítida diferença de gênero na participação nas atividades promovidas pelo Comitê percebida na figura acima, onde todos os participantes são homens. Essa diferença é marcada primeiramente pela quantidade menor de mulheres ingressantes. O número de ingressantes mulheres não é um dado isolado: ele reflete a realidade migratória das mulheres haitianas no Brasil, cujos números aumentaram significativamente desde a segunda geração da imigração, a partir de 2013, e continuam sendo um número pequeno se comparado com a imigração masculina (UEBEL, 2015). No estado do Rio Grande do Sul, dos 2503 imigrantes haitianos, até 2014, 640 eram mulheres – um percentual de 25% da imigração haitiana (UEBEL, 2015). Além dos dados quantitativos, é preciso levar em conta a constituição das desigualdades de gênero no Haiti, cuja participação das mulheres na política é baixa. Segundo Louis Dantil (2016), há um entendimento de que a política haitiana é suja, portanto, inapta à participação das mulheres, vistas como elemento indispensável para o equilíbrio do lar. Um dos fatores que alargam a diferença na participação das mulheres em espaços políticos é o acesso à educação, conforme se mostrou no capítulo anterior. São elas as mais prejudicadas no processo de exclusão sistemática promovido pelo Estado haitiano.

De acordo com Nascimento e Thomaz (2010, p. 22), a participação das mulheres haitianas em cursos superiores tem se mantido “extremamente baixo ao longo dos anos, e isso apesar de um desempenho escolar equiparável (ou mesmo melhor, diriam muitos) ao dos seus colegas”. Ainda de acordo com os dados apresentados por esses autores, apenas o curso de enfermagem, no caso da UEH, e medicina nas particulares que as mulheres tiveram presença significativa. Na UFSM, as ingressantes haitianas estão matriculadas em enfermagem, odontologia e fisioterapia. Dessas estudantes, uma havia tentado ingressar em medicina e foi realocada para a fisioterapia.

Durante meu trabalho de campo, priorizei ambientes de participação coletiva, como as reuniões promovidas pelo MIGRAIDH e pelo Comitê. Por isso, encontrei dificuldades em entrar em contato com as mulheres haitianas, tendo em vista a baixa participação delas nesses espaços políticos-coletivos. Uma hipótese para essa minha dificuldade em acessar as estudantes haitianas pode ser o fato da mulher haitiana ser mais reservada, conforme demonstra a pesquisa da professora Margarita Mejía no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, conversam bastante entre elas, são unidas, brincam, mas também choram, disse outra chefe de pessoal. Em comunidade, elas encontram forças reproduzindo laços tradicionais, ligados à família, à religião e aos penteados. [...] Elas não se inserem em espaços sociais de âmbito local, não fazem amizades com brasileiras. “A mulher é mais reservada, mais difícil fazer amizades”, comenta o chefe de pessoal de uma das empresas que as empregam. Elas têm bastante dificuldade de inserção. Papeis que na sociedade de acolhimento são desempenhados por mulheres, como levar os filhos ao médico quando estão doentes e à escola ou creche, no caso haitiano são desempenhados por homens (MEJÍA, 2015, p. 9-10).

No ano de 2017, havia apenas uma estudante haitiana que viera com o esposo, Faustin, com quem também busquei dialogar e aprofundar nossa relação de confiança. Em 2018, com o ingresso de mais três estudantes, todas solteiras, busquei dialogar com essas e não obtive muitas respostas. Até o período de qualificação desta pesquisa, mantive um contato escasso com uma das estudantes haitianas. Contudo, durante o ano os encontros foram muito situacionais e não consegui informações necessárias para mantê-la como uma interlocutora.

A escolha pelos ambientes coletivos também se deveu ao meu gênero, uma vez que, apesar da minha postura como pesquisadora, alguns dos meus interlocutores confundiram os reais objetivos das nossas interações, acreditando que o meu interesse em suas vidas privadas era amoroso e não acadêmico. Recebi abordagens

de todos os tipos, tanto em conversas pelas redes sociais ou em entrevistas pessoalmente na sala do Necon. Tenho a maioria dos ingressantes nas minhas redes sociais, onde minha vida social está exposta também e, apesar do “status” no facebook como relacionamento sério, ouvi propostas de relacionamentos, sendo obrigada a manter uma postura mais rígida e afastada nesses casos para continuar o meu trabalho de campo.

### 3.3 OUTRAS DIMENSÕES DA SOCIABILIDADE: RELIGIÃO E AFETOS

A dimensão religiosa é um aspecto importante para a sociabilidade haitiana. A maioria das religiões professadas no Haiti são cristãs. Contudo, de acordo com Hurbon (1987), a maioria dos haitianos que professavam o catolicismo, por exemplo, professavam para poder praticar o *Vodu*, que possui diversos estigmas resultantes da invasão estadunidense no início do século XX. Ainda segundo o autor, o *Vodu* se popularizou entre os camponeses excluídos da participação política, enquanto a elite conservava aspectos da cultura francesa, como o catolicismo. O *Vodu* haitiano tem a origem na África Ocidental e é um culto baseado em loas, espíritos do *vodu*.

A religião trazida pelos escravos africanos, o *vodu*, representa uma visão original do mundo e o esforço de um povo para se afirmar a despeito das condições dramáticas de sua história, que o fizeram passar da escravidão e da dominação estrangeira ao subdesenvolvimento e à ditadura política. É a —linguagem própria de um povo que só poderia sobreviver às condições históricas, econômicas e sociais em que se encontra há séculos caso descobrisse por si só sua própria resposta, afirmando-se em seus próprios modos originais de existência. Para as massas haitianas uma solução de sobrevivência por ajudá-las a tomar consciência de si e a garanti-las contra a existência infeliz recosturando os rasgos do tecido mundial (HURBON, 1987, p. 12).

Com a constituição de 1987, o *Vodu* foi reconhecido como religião oficial do Haiti. A diáspora haitiana foi responsável por levar o *Vodu* para outras partes do mundo. Durante o meu trabalho de campo, nas conversas com meus interlocutores, o *Vodu* foi reconhecido como uma religião oficial, mas todos negaram praticá-la. Brunel (27 anos, Direito), Timas (25 anos, Enfermagem) e Joan Luck Joseph (25 anos, Engenharia da Computação) falaram que no Haiti eles participaram em alguns momentos, mas que possuem “uma fé aberta, o que importa é crer no ser maior”, como caracterizou Timas. Essa fé aberta se deveu pelo fato de que as famílias desses interlocutores são professantes de religiões neopentecostais, enquanto os jovens



estudaram em escolas confessionais católicas e participaram do Vodou para socializar com colegas haitianos. Por conta desse sincretismo, esses interlocutores relataram não ter buscado se inserir nas igrejas que existem em Santa Maria.

Por outro lado, Loverture é cristão da Igreja Batista e participou duas vezes em cultos em Santa Maria. Loverture não se inseriu fortemente em Santa Maria porque viaja com frequência a Porto Alegre para estar com a esposa e lá que ele tem uma rede maior religiosa, onde participa dos cultos. Loverture se esquivou muitas vezes durante nossa conversa sobre o Vodou. Para ele, a religião deve ser respeitada, mas não deveria ser tão “enaltecida como os haitianos fazem quando estão fora”. Jean Max-Júnior Bendy foi educado numa escola adventista, relatou ter participado de cursos sobre como ler a bíblia e quando vai para o Haiti ajuda em ONGs religiosas para crianças. Sobre o Vodou, ele afirma que ele é uma parte cultural do Haiti, mas que já perdeu seu espaço entre o povo há muito tempo. Faustin e Josaphat declararam que seus pais são católicos e que eles próprios não têm uma religião definida. Além disso, ambos reconhecem a importância do Vodou na cultura haitiana, mas disseram não conhecer muito sobre a religião.

Apesar dos meus interlocutores não assinalarem explicitamente praticar o Vodou, alguns aspectos do Ethos haitiano ressaltam essa herança da religião africana. Como se verá no próximo capítulo, os interlocutores falaram bastante sobre Dessalines, um dos heróis da Revolução Haitiana que foi inserido no panteão do Vodou. Conforme Barbosa (2015, p. 193), o imigrante haitiano “expressa o ethos do vodou em valores como igualdade, partilha, solidariedade, respeito aos ancestrais e amor pela língua materna”. Durante o meu trabalho de campo, percebi o companheirismo, mas como ressaltei na seção anterior, entre os homens, um amor e respeito pelo Créole.

Sobre os relacionamentos, três dos meus interlocutores são casados: Faustin, cuja esposa se encontra em Santa Maria, Josaphat, cuja esposa encontra-se em Florianópolis e Loverture, a esposa está em Porto Alegre. Jospahat me relatou algumas vezes da dificuldade financeira em locomover-se para Florianópolis e que depende da ajuda financeira da esposa. Sobre essa dependência, ele mostrou que aceitava depender dela, pois era uma condição necessária para a realização do sonho em formar. Os outros interlocutores, Timas, Brunel, Jean Max-Júnior Bendy e Joan Luck Joseph são solteiros e todos mostraram-se abertos a relacionamentos com mulheres brasileiras. Timas no momento está se relacionando com uma estudante brasileira que conheceu enquanto estudava na Universidade Federal da Fronteira Sul.

### 3.4 PERSISTÊNCIA DA COLONIALIDADE E DO CONFINAMENTO RACIAL NA UFSM?

Timas tem 25 anos, é natural da ilha de La Gonâve e é estudante de enfermagem ingressante de 2017. Como mostrei no capítulo um, Timas migrou para Porto Príncipe para seguir os estudos. Ingressou aos 19 anos em Bioquímica na Universidade Estadual do Haiti, mas ressalta que seu sonho sempre foi cursar medicina e por tal razão tentou pela Université Quisqueya objetivando a oportunidade de migrar para França, onde vivia o seu pai e mais três irmãos. O pai de Timas sempre esteve na migração: primeiro em Guadalupe e depois na França. Com o passar dos anos, foi reunindo os filhos na França. Enquanto estava realizando os exames de admissão na Université Quisqueya, o pai faleceu na França, desestruturando a família que estava no Haiti, pois o pai era o responsável por mantê-los economicamente. Com isso, Timas decidiu vender o apartamento que o pai havia comprado para ele estudar em Porto Príncipe e decidiu vir ao Brasil em busca de estudar medicina, “procurar fazer a vida também”.

Como tinha o dinheiro do apartamento, veio direto para Caxias em 2014, onde começou enfermagem na Faculdade da Serra Gaúcha. Depois ingressou na Universidade Federal da Fronteira Sul pelo Pró-Haiti, também no curso de enfermagem. Timas tentou ingressar em medicina na UFSM no ano de 2017. O primeiro edital, com resultado parcial, conferiu o deferimento da sua vaga. Logo, ele se mudou para Santa Maria acreditando ter conseguido ingressar no curso dos seus sonhos, mas ainda faltava a aprovação do colegiado, que indeferiu o pedido. Por isso, ele foi realocado para a enfermagem.

A situação de Timas representa os mais 30 processos negados pelo curso de medicina, cuja explicação oficial é a infraestrutura do curso que não suportaria os 5% prometidos no edital, o que equivale a 3 estudantes. Segue abaixo alguns excertos das atas de reuniões do colegiado da medicina, onde foi discutido o ingresso por meio da Resolução 041/2016. Obtive acesso às atas através do portal de acesso a informação da UFSM, em conformidade com a Lei nº 12.537.

O Prof. Gilmor fez a abertura dos trabalhos fazendo um apanhado geral da situação referente as solicitações recebidas por essa coordenação de diversos pedidos de ingresso no curso de medicina na UFSM segundo os parâmetros da resolução 041/2016 [...] a impossibilidade, na atual situação de infra-estrutura física, operacional e de corpo docente de participação do edital permanente da PROGRAD. [...] O Professor Jeronimo apresentou

planilhas da PROGRAD em que constam apenas 717 alunos matriculados quando o número adequado seria 720 alunos. O Prof. Bassi solicitou esclarecimentos pois os números não conferem com os alunos que temos em sala de aula. **Observou que os indígenas que cursam Medicina na UFSM não estavam computados. Atualmente estão matriculados em torno de 6 indígenas mostrando um número total de alunos matriculados de 723, mostrando que temos hoje no curso de medicina um número maior de alunos do que de vagas existentes, e não 717 alunos como indicado pela PROGRAD.** O Prof. Jerônimo voltou a afirmar que as vagas indígenas são vagas a mais do que o número de 120 ingressos anuais, oficialmente considerados. [...] O Prof. Gilmore se manifestou ressaltando que independente dos indígenas serem vagas extras ou não, os mesmos são alunos regulares e devem ser computados como tal, sendo absurdo considerar que por terem seu ingresso de forma diferenciada os mesmos não sejam computados como alunos. **Por fim deixou claro que a forma de ingresso extra cotas para indígenas foi uma decisão institucional da UFSM, tomada a nível superior, mas que a UFSM tem sido insistentemente comunicada formalmente, na última década, da situação caótica, em que vive o curso de medicina.** Voltou a lembrar ao Pró-Reitor adjunto que no REUNI, em 2007, o curso de Medicina aumentou em 20% seu número de ingressante, com promessa de contrapartidas do MEC no de aumento de áreas física, salas de aula, laboratórios, aumento do número de professores e de servidores técnico administrativo, e passados 10 anos nenhuma dessas contrapartidas foi efetivada. [...] O Prof. Bassi se manifestou mostrando que se o colegiado do curso atendesse plenamente a resolução seriam 34 alunos mais. No que está sendo discutido, temos de nos manifestar de forma coerente, meu voto é contrário, não ao ingresso de alguma categoria de aluno, em especial, mas de mostrar que com estrutura que temos hoje, é impossível aceitar o aumento de vagas de qualquer natureza (UFSM, 2017, ata da reunião do colegiado de medicina no dia 19/12/2017).

Primeira reflexão que faço ao ler os trechos acima destacados é que o curso de medicina está numa situação problemática de infraestrutura, mas que durante toda a reunião do dia 19 a discussão pairou em cima de qual corpo incomoda menos. Parafrazeando Nilma Lino Gomes (2017), a discriminação no Brasil incide sobre o pertencimento étnico expresso em costumes e tradições circunscritos por sinais diacríticos inscritos no corpo, no caso o negro e indígena. O curso de medicina, desde a sua fundação em 1808, tem servido para a formação de uma elite profissional brasileira, cuja base epistêmica importada fora a francesa (CORADINI, 1997; 2005).

A partir do excerto acima exposto da ata, analiso a discussão do colegiado. Aqui, me refiro à instituição e não às pessoas como uma reafirmação do curso de medicina como um espaço formador de uma elite cujo fenótipo é esmagadoramente branco. Os poucos corpos indígenas que começam a ocupar esse espaço antes negado resultam, na perspectiva do colegiado, nos causadores do curso trabalhar com alunos acima da capacidade suportada. Além desses estudantes, as mudanças desde o REUNI também são apontadas como causa da situação “caótica” atual do curso da medicina.

Para melhor analisar esse caso, preciso recordar um passado não muito distante na história da academia brasileira, as cotas raciais nas universidades. Estou analisando as universidades brasileiras a partir dos trabalhos do professor José Jorge de Carvalho, que as identificou como um espaço de “confinamento racial”. Tendo em vista o quão prestigiado é o curso de Medicina no Brasil, há uma dificuldade de acesso universal a esse curso, mas assumo que o argumento do professor supracitado permanece mesmo tendo 6 ou em 10 anos de instituição das cotas. “O mesmo pode ser dito para o curso de Medicina e Direito, para citarmos apenas dois. Medicina é um curso completamente branco, Direito é um curso branco. A UnB não sabe quando foi a última vez que teve um aluno negro na Medicina, não se sabe se foram três, quatro ou cinco anos atrás” (CARVALHO, 2001, p. 17).

O número de 53 ingressantes pode representar pouco quando se analisa uma universidade com mais de 25 mil alunos. No entanto, quero destacar quão significativo é esse número analisando a composição étnica-racial dessa população de 25 mil estudantes na UFSM. Segundo o Relatório Anual de 2016 do Observatório das Ações Afirmativas (AFIRME), último até o momento sobre as ações afirmativas, mostraram algumas informações importantes para compreender a realidade racial que os ingressantes encontraram na universidade. Desde a implementação da Lei das Cotas nº 12711, no ano de 2013, a UFSM tem se aproximado do percentual de 50% dos alunos matriculados originários das políticas de ações afirmativas. Contudo, dos 11.319 estudantes cotistas matriculados na universidade até 2016, apenas 62 (0,25%) são indígenas e 2.832 (11,8%) pretos e pardos.

Tabela 2 – Ingressantes por cota na UFSM (2008-2016)<sup>29</sup>

| ANO DE INGRESSO | COTA |       |     |     |      |     |    |     |        |     |        |     |         |     |         |    |       |       |
|-----------------|------|-------|-----|-----|------|-----|----|-----|--------|-----|--------|-----|---------|-----|---------|----|-------|-------|
|                 | A    | %     | B   | %   | C    | %   | D  | %   | EP1/L1 | %   | EP2/L3 | %   | EP1A/L2 | %   | EP2A/L4 | %  | Total | %     |
| 2008            | 61   | 5,2   | 10  | 3   | 428  | 12  | -  | -   | -      | -   | -      | -   | -       | -   | -       | -  | 499   | 4,41  |
| 2009            | 276  | 23,6  | 48  | 15  | 604  | 17  | 2  | 3   | -      | -   | -      | -   | -       | -   | -       | -  | 930   | 8,22  |
| 2010            | 220  | 18,8  | 44  | 13  | 695  | 20  | 3  | 5   | -      | -   | -      | -   | -       | -   | -       | -  | 962   | 8,50  |
| 2011            | 299  | 25,6  | 46  | 14  | 869  | 25  | -  | -   | -      | -   | -      | -   | -       | -   | -       | -  | 1214  | 10,73 |
| 2012            | 313  | 26,8  | 36  | 11  | 926  | 26  | 5  | 8   | -      | -   | -      | -   | -       | -   | -       | -  | 1280  | 11,31 |
| 2013            | -    | -     | 21  | 6%  | -    | -   | 7  | 11  | 474    | 21  | 645    | 27  | 166     | 18  | 115     | 15 | 1428  | 12,62 |
| 2014            | -    | -     | 17  | 5   | -    | -   | 9  | 15  | 434    | 20  | 426    | 18  | 190     | 21  | 123     | 17 | 1199  | 10,59 |
| 2015            | -    | -     | 45  | 14  | -    | -   | 20 | 32  | 642    | 29  | 626    | 26  | 240     | 26  | 201     | 27 | 1774  | 15,67 |
| 2016**          | -    | -     | 61  | 19  | -    | -   | 16 | 26  | 661    | 30  | 667    | 28  | 323     | 35  | 305     | 41 | 2033  | 17,96 |
| Total           | 1169 | 100,0 | 328 | 100 | 3522 | 100 | 62 | 100 | 2211   | 100 | 2364   | 100 | 919     | 100 | 744     | 10 | 11319 | 100   |
| Total (%)       | 10%  | -     | 3%  | -   | 31%  | -   | 1% | -   | 20%    | -   | 21%    | -   | 8%      | -   | 7%      | -  | 100%  | -     |

(\*) Exclui-se sistema universal

(\*\*) Ingresso ENEM 2015(80%), Processo Seletivo Seriado (20%) e Vestibular EaD – matrículas modalidade presencial – confirmação de vaga

Fonte: Afirme (2016).

A UFSM implantou a política de cotas desde o ano de 2008 e, como se pode ver nos dados, com a instalação da Lei de Cotas o número absoluto de ingresso de estudantes negros caiu. Conforme Maria Rita Py Dutra (2018), a lei das cotas no caso da UFSM foi um retrocesso ao incluir na mesma cota estudantes pretos, pardos e indígenas, já que esses últimos com a cota D tinham reserva de vagas nos cursos indicados pela própria comunidade e, no caso dos primeiros, há uma flagrante perda de ingresso ao excluir pretos e pardos que estudaram em escolas privadas. Contudo, a autora aponta para a necessidade histórica da adoção das cotas por meio do resgate da dívida do Estado brasileiro com aqueles que foram impedidos de acessarem oportunidades iguais aos sujeitos brancos. Além disso, a autora destaca para a permanência do confinamento racial em cursos prestigiados na UFSM.

Perguntei a dezenas de estudantes de curso de maior procura, como medicina, odontologia, direito, farmácia, se conheciam algum estudante negro. A resposta foi negativa. Infelizmente o número de ‘cotistas negros formados’ que encontro nos dados de Relatórios examinados, não assegura que sejam estudantes fenotipicamente negros. Conversando com um médico, professor do curso de Medicina, ele me alertou que **há mais de 20 anos lecionando uma cadeira obrigatória, nunca passou por ele qualquer estudante negro, contudo há registro de que no período de**

<sup>29</sup> Segundo o relatório do Observatório de Ações Afirmativas (AFIRME), as cotas se distribuíram nas seguintes categorias: a) estudantes afro-brasileiros; b) necessidades especiais; c) escola pública; d) indígenas; EP1/L1) escola pública com renda per capita menor que 1,5 salários mínimos; EP2/L3) Escola pública com renda per capita maior que 1,5 salários mínimos; EP1A/L2) escola pública pretos e pardos com renda menor que 1,5 salários mínimos; EP2A/L4) escola pública pretos e pardos com renda maior que 1,5 salários mínimos.

**2008 a 2015, formaram-se 10 médicos negros** (DUTRA, 2018, p. 196, grifo meu).

Preciso analisar o contexto racial dentro da instituição, porque os ingressantes em sua maioria são sujeitos negros, haitianos e africanos, e encontraram uma universidade branca. Este fato não é uma especificidade da UFSM. Se analisarmos o histórico das universidades brasileiras, veremos que elas se basearam nos modelos europeus, excluindo os saberes indígenas e afro-brasileiros. Na década de 1930, com o surgimento das primeiras universidades, o pouco capital educacional que o negro tinha no pós-abolição não foi suficiente para competir com as pouquíssimas vagas existentes. Conforme José Jorge de Carvalho (2006), as universidades brasileiras viveram um “confinamento racial” em que as principais universidades apresentavam um percentual de 1% de professores negros, poucos estudantes negros na graduação e escassos na pós-graduação no início dos anos 2000. Esse “confinamento racial” é resultante da segregação racial que fundou o universo acadêmico brasileiro, que excluiu grandes intelectuais negros das universidades públicas, como é o caso de Guerreiro Ramos e Edson Carneiro, que tentaram ingressar na UFRJ; Clóvis Moura na USP; Abdias Nascimento (CARVALHO, 2006). Portanto, existe uma “exclusão racial fundante na universidade brasileira” (CARVALHO; SEGATO, 2002, p. 4). Segundo um levantamento feito pelo portal G1<sup>30</sup>, a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dos docentes das universidades públicas e privadas, apenas 16% se autodeclararam pretos e pardos. Com isso, ressalto que apesar do avanço, seguimos com as universidades como confinamento racial.

Trago para a reflexão o papel da UFSM como uma instituição reprodutora de diversas desigualdades, as quais também estão presentes na sociedade brasileira, uma vez que a universidade está condicionada à estrutura, apesar das atividades desenvolvidas pela instituição para diminuir tais desigualdades. Analisando precisamente a questão racial, retomo o conceito de racismo estrutural a partir da explicação de Silvio de Almeida.

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura previamente existente - com todos os conflitos que lhes são próprios -, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social

---

<sup>30</sup> Disponível em: [https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professoresuniversitarios.ghtml?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1&utm\\_content=post](https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professoresuniversitarios.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&utm_content=post). Acesso em: 8 de novembro de 2018.

ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: **as instituições são racistas porque a sociedade é racista** (ALMEIDA, 2018, p. 36, grifo meu).

As instituições de ensino superior no Brasil têm pouca capacidade reflexiva sobre sua constituição racial interna. Com os poucos docentes negros dentro dessas instituições, os questionamentos sobre as relações étnico-raciais não ocupam espaços privilegiados de discussão sobre a própria produção do conhecimento. Tensionar que as universidades públicas, apesar do sistema de cotas, continuam sendo instituições reprodutoras do racismo, é também questionar o conhecimento produzido nesse ambiente. Os corpos negros e indígenas que ingressaram desde 2008 trouxeram para dentro da UFSM outros saberes que se chocaram com o conhecimento tradicional. Pois, conforme Grosfoguel (2016, p. 28), “as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo”. Tornar uma universidade **pluriepistêmica** (CARVALHO; FLÓREZ; MARTÍNEZ, 2017) é um dos desafios que as universidades públicas e, no caso a UFSM, têm enfrentado com o ingresso de outros sujeitos nesse ambiente a partir da instituição das cotas. As universidades precisam compreender que “toda linguagem é epistêmica” (ASANTE, 2014, p. 54). Dessa forma, uma das reflexões que as instituições devem ter é que além do ingresso de imigrantes e refugiados, é preciso estar aberta aos novos saberes e corporeidade desses estudantes.





## 4 “QUEM É FILHO DE DESSALINES NÃO ABAIXA A CABEÇA”<sup>31</sup>: PERSPECTIVAS HAITIANAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO

Este capítulo é dedicado às explicações feitas pelos estudantes haitianos sobre as relações raciais no Brasil. Na primeira seção, apresento a Revolução Haitiana a fim de compreender a construção histórica da identidade haitiana. Na segunda seção, discuto as relações raciais brasileiras, entrelaçando-as com as migrações. A última seção é dedicada às explicações dos estudantes haitianos a partir de suas trajetórias sobre o racismo no Brasil.

### 4.1 REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO HAITIANA

A Revolução Haitiana ou Revolta de São Domingos (1794 – 1804) é o marco mais exaltado pelos meus interlocutores sobre a história do Haiti. Não foram poucas vezes que eles se referiram aos heróis<sup>32</sup> nacionais como “Papa L’Ouverture” ou “Papa Dessalines”. Esses heróis e a Revolução Haitiana entraram para a memória coletiva dos haitianos através de uma combinação entre o mito e a história. A partir de Halbwachs (2006), compreendo por memória a elaboração feita pelos sujeitos dessa pesquisa no presente de acontecimentos do passado. Ainda de acordo com o autor, as lembranças são sempre coletivas, mesmo que pertençam somente a um indivíduo, pois a memória individual está inserida em contextos sociais, sendo resultado da interseção da história e de identidades coletivas (HALBAWACHS, 2006). Para compreender esse ponto central das memórias ressaltadas pelos sujeitos dessa pesquisa, apresento os personagens dessa revolução nesta seção a fim de compreender as elaborações dos meus interlocutores sobre as relações raciais. Interessa-me compreender ao longo desta seção como esse espírito de insubmissão

---

<sup>31</sup> Frase dita por Timas quando perguntei como ele se sentia sendo um estudante negro no Brasil.

<sup>32</sup> A participação de mulheres na revolução haitiana é uma das nuances mais esquecidas de sua história. Aqui ressalto os heróis homens por corroborarem com minha pesquisa de campo. Contudo, não posso esquecer de Suzanne Sanité Bélair, sargenta e tenente do exército de L’Overture que liderou a revolução na região de Artibonite e casou-se com seu sobrinho em 1796, Charles Bélair. Foi capturada pelos franceses em 1802 e exigiu ser fuzilada como os demais soldados capturados na revolução. Em sua época, o castigo das mulheres capturadas era ser decapitada (ESPOSITO, 2018). Sanité Bélair foi a única mulher a estampar as notas comemorativas de 200 anos da revolução em 2004. Na Comissão de Reparação da Caricom (Comunidade do Caribe), iniciada em 2013, Sanité Bélair é uma das personalidades destacadas para o resgate histórico do Haiti.

constituiu-se como modo de ser haitiano, que está imbricado no pensamento dos sujeitos desta pesquisa.

A “Pérola das Antilhas”, apelido de *Saint Domigue*, durante o período colonial foi uma das colônias europeias mais lucrativas, sucesso fundado a partir do trabalho de escravizados, na monocultura, sobretudo o açúcar, e em grandes latifúndios. Para compreender esse período colonial haitiano, recorrerei a Frantz Fanon, cuja obra *Os Condenados da Terra* (1997) esclarece a estrutura colonial. Para o autor, o mundo colonial é dividido em dois e o que causa essa divisão é o pertencer ou não a uma espécie, uma raça.

A cidade do colono é uma cidade farta, indolente e está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos e de estrangeiros. A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes. O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de desejo. *Sonhos de possessão* (FANON, 1997, p. 34).

A permanência desse mundo dual é demarcada pela raça, elemento fundador da modernidade e o componente essencial para a colonização. Segundo Achille Mbembe (2014, p. 118), “no argumentário colonial, a raça aparecerá simultaneamente enquanto matriz material, instituição simbólica e componente físico da política e da consciência do império”. É a partir da percepção de que existem raças superiores e inferiores que o negro é desumanizado. Para Fanon, a colonização é um processo de animalização do negro “E, na realidade, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem **zoológica**. [...] O colono, quando quer descrever e encontrar a palavra justa, **refere-se constantemente ao bestial**” (FANON, 1961, p. 38, grifo meu). Além do mais, é no discurso colonizador que se constrói estereótipos e discriminação baseados na fixidez como signo de diferença cultural cuja ordem é imutável. De acordo com Homi Bhabha, o estereótipo é construído num processo ambivalente onde se constitui como uma forma de conhecimento e identificação de algo que está no seu lugar e algo que se espera que se repita. Por exemplo, a respeito do imaginário colonial sobre o negro, Bhabha demonstra como se concebe o estereótipo nesse processo ambíguo.

O negro é ao mesmo tempo **selvagem** (canibal) e ainda o mais **obediente** digno dos servos (o que serve a comida); ele é a encarnação da sexualidade desenfreada e, todavia, **inocente como uma criança**; ele é místico, **primitivo**, simplório e, todavia, o mais escolado e acabado dos mentirosos e manipulador de forças sociais (BHABHA, 2007, p. 126).

Conforme Michel-Rolph Trouillot (1995) para os intelectuais do iluminismo e para os colonizadores, uma revolução tal como aconteceu no Haiti era impensável, pois os negros escravizados não pertenciam à categoria universal de homem. Trouillot transcreve um texto de colono francês as vésperas da insurreição haitiana que demonstra como o estereótipo de obediente, inocente, primitivo e selvagem estava no imaginário colonial. O texto diz o seguinte: “Não há movimento entre os nossos Negros... Eles não pensam nisso. **Eles são muito tranquilos e obedientes**. Uma revolta entre eles é impossível... Não temos nada a temer por parte dos negros... **Os negros são muito obedientes e sempre serão**” (TROUILLOUT, 1995, p. 72, grifo meu). Essa perspectiva de docilidade e obediência imposta aos negros escravizados resultou na imprevisibilidade da Revolução Haitiana.

Consequência dessa cegueira colonial foi a irrupção da violência emancipadora do colonizado, em 1791, mostrando que “o povo, a quem se disse que não entendia outra linguagem que não fosse a da força, resolve expressar-se através da força” (FANON, 1997, p. 81). A revolução negra foi produzida por escravos, ex-escravos que tiveram a oportunidade de se alfabetizarem, como Touissant L’Overture e Jean-Jacques Dessalines. Conforme James (2010, p. 146) “Touissant tinha a primazia da liberdade e igualdade, as palavras de ordem da Revolução. Elas eram grandes armas em uma era de escravos, mas as armas devem ser usadas e ele as usou com a graça e a habilidade de um esgrimista”. L’Overture foi o grande artífice da Revolução Haitiana, negociando com franceses, ingleses, espanhóis e quanto à população haitiana, foi ao mesmo tempo admirado e temido.

À época de 1792, a ilha de *Saint Domingue* estava com um terço de seu território nas mãos dos escravos. A parte que hoje é a República Dominicana nas mãos dos espanhóis que contavam com o apoio inglês, visto que as guerras revolucionárias francesas resultaram na declaração de guerra entre França e Inglaterra durante esse período. Touissant e seus aliados negociaram seu apoio ao Estado francês desde que eles reconhecessem seus direitos civis e o fim da escravidão em 1793. O exército de L’Overture enfrentou de 1794 até 1800 as tropas britânicas. Em 1802, foi a vez de Napoleão Bonaparte fazer sua investidura na ilha de *Saint Domingue*. Napoleão

ordenou o reestabelecimento da escravidão e a prisão e deportação de L'Overture à França, onde morreu em 1803.

O novo líder da Revolução, Jean-Jacques Dessalines, derrotou o exército napoleônico em 1º de janeiro de 1804 na cidade de Gonaives, sob o lema de “liberdade ou morte” e concluiu o processo de independência do Haiti da França. A escolha do nome original da ilha de Aytí (Haiti) marca a recusa em permanecer sobre a dominação francesa. Imitando o colonizador, Dessalines se autoproclamou imperador implantando um Estado autocrático (BUCK-MORSS, 2011). A política econômica posta em marcha durante o governo de Dessalines desagradou grupos que foram apoiadores de Touissant. Este foi o caso de proprietários de terras mulatos cujos contratos de arrendamento da terra feita com os franceses emigrados se tornaram inválidos e somente aqueles que lutaram no exército insurgente tinham o direito de vender a safra do ano de 1804 (LUNDAHL, 1985).

Sobre a questão da terra, destacarei alguns artigos da Constituição haitiana de 1805, os quais demarcam a política agrária de Dessalines, entendida como uma das causas de seu assassinato em 1806. O primeiro ponto que destaco é: “nenhum homem branco, seja qual for a sua nacionalidade, deve, a partir de agora, pôr os pés neste país como senhor ou proprietário, nem no futuro adquirir propriedade aqui<sup>33</sup>”. Outra cláusula trazia a seguinte afirmação: “todas as propriedades que antes pertenciam a qualquer homem branco francês eram incontestavelmente e de direito confiscadas ao uso do Estado<sup>34</sup>”. O resultado dessa política foi que o Estado recebeu a propriedade de grande parte das terras. A respeito das intenções de Dessalines sobre o domínio público das terras há algumas controvérsias<sup>35</sup>, contudo, irei me ater à explicação que corrobora com os relatos de meus interlocutores. Segundo essa explicação, Dessalines, preocupado com a segurança do território haitiano, monopolizou as terras a fim de conseguir custear o material bélico para a proteção do país numa provável tentativa de retorno dos franceses. Para as classes mais populares haitianas, Dessalines estava ao lado dos desprovidos de propriedade objetivando realizar a reforma agrária, conforme o discurso abaixo exposto.

---

<sup>33</sup> Do original: No whiteman of whatever nation he may be, shall put his foot on this territory with the title of master or proprietor, neither shall he in future acquire any property therein.

<sup>34</sup> Do Original: All property which formerly belonged to any white Frenchmen, is incontestably and of right confiscated to the use of the state.

<sup>35</sup> De um lado temos teóricos como James Leyburn argumentando que Dessalines deu início a uma sociedade de castas quando tomou as terras de mulatos, filhos de franceses que foram deserdados a partir de 1804. Por outro lado, autores como David Nicholls propunham que a intenção de Dessalines era promover uma justiça social através da redistribuição das terras.

Antes de pegarmos nas armas contra Leclerc, os homens de cor (mulatos) não receberam qualquer herança de seus pais. Porque, então, depois de afugentarmos todos os plantadores, seus filhos reivindicam suas propriedades: os negros cujos pais estão na África, eles deveriam receberem nada? [...] Tenham cuidado, negros e mulatos, nós todos lutamos contra os brancos: as propriedades que conquistamos ao derramar nosso sangue pertencem a todos nós: eu pretendo que eles sejam compartilhados com equidade (LUNDAHL, 1985, p. 92).

Se nas classes populares Dessalines entrou para a memória coletiva como um herói, para a aristocracia haitiana ele deveria ser esquecido. Após seu assassinato em 1806, o Haiti foi dividido em dois países com regimes diferentes: Alexandre Pétion (presidencial) e Henri Christophe (reinado). O primeiro foi o responsável pelo apoio militar a Símon Bolívar quando este foi derrotado na Venezuela e se refugiou no Haiti, na parte Sul. Já o segundo, no Norte do Haiti, realizou grandes obras arquitetônicas, como Citadelle Laferrière. Segundo relato de um dos ingressantes haitianos, com o qual tive muito contato e não cheguei a entrevistá-lo, depois do assassinato de Dessalines o povo ficou proibido de falar o nome dele por 60 anos.

**Para nós, filhos daqueles que sofreram as humilhações e o martírio da escravidão, só podemos ver a primeira manifestação do sentimento de igualdade racial, sentimento de que Dessalines permaneceu a personificação simbólico no Haiti. É necessário honrar a memória deste homem de ferro que uniu a bravura inigualável, o temperamento do vigilante e o heroísmo do libertador.** No culto patriótico dos haitianos, culto que todas as nações devotam aos grandes homens que lhes deram uma glória ou uma benção inapreciável, seu nome deve brilhar por cima de todos seus companheiros na glória, porque o seu papel histórico é desproporcionalmente maior, como ele estava no primeiro cargo nos momentos mais críticos. Ele foi o primeiro, ele deve ser o primeiro a ser honrado (FIRMIN, 1885, p. 544-545, tradução minha)<sup>36</sup>.

A Revolução Haitiana ocorreu ligada às estruturas étnico-religiosas, sendo Dessalines uma das únicas figuras públicas a ser absorvido no panteão do *Vodu* (JENSON, 2012). No *Vodu*, Dessalines é associado à divindade Ogou Desalin, o espírito guerreiro cuja mensagem principal é “o mais poderoso também pode ser o mais vulnerável e vice-versa” (DAYAN, 1995, p. 33). No *Vodu* haitiano, muitos *Iwa*

---

<sup>36</sup> Do original: Pour nous, fils de ceux qui ont souffert les humiliations et le martyre de l'esclavage, nous ne pouvons voir que la première manifestation du sentiment de l'égalité des races, sentiment dont Dessalines est resté la personnification symbolique en Haïti. Il faut bien honorer la mémoire de cet homme de fer qui unissait à une bravoure sans égale le tempérament du justicier et l'héroïsme du libérateur. Dans le culte patriotique des Haïtiens, culte que toutes les nations doivent aux grands hommes qui leur ont procuré une gloire ou un bienfait inappréciable, son nom doit briller au-dessus de tous ses compagnons de gloire, car son rôle historique a été démesurément plus grand, puisqu'il fut au premier poste dans les moments les plus critiques. Il a été le premier à la peine, il doit être le premier à l'honneur.

(divindades) são retratados como figuras importantes na história militar do país, como é o caso da linha de Ogou<sup>37</sup>, deus da guerra. Conforme Elizabeth McAlister, a Revolução Haitiana, única revolução escrava bem-sucedida, “resultou num feroz nacionalismo haitiano que tem orgulho e consciência como nenhum outro país afro-atlântico. Os haitianos combatem seu status como um dos grupos mais baixos na escala econômica em Nova York reiterando símbolos da independência<sup>38</sup>” (MCALISTER, 2002, p. 204, tradução minha). Ainda de acordo com a autora, heróis nacionais, como Dessalines, receberam status mítico tanto no Haiti como na diáspora, sendo constantemente invocados à unidade haitiana.

Ela [Revolução haitiana] é uma referência aos outros povos que sofriam com o sistema escravagista. As grandes potências da época não queriam reconhecer a independência. Mesmo a Igreja Católica demorou, só lá em 1860, por aí, eles enviaram um monsenhor para reconhecer o país. O Haiti foi boicotado desde a independência. Nós ajudamos a Bolívia, Peru e Venezuela a pegar a independência (Faustin, 37 anos, Estatística).

Isso as pessoas não falam sobre o meu país. Nós demos as armas e comida para o Simon Bolívar lutar pela independência da Colômbia também. Se você for um dia para lá [Colômbia] vai ver que tem uma estátua do Alexandre Pétion.

-Além do Alexandre Pétion, vocês têm outro herói nacional que vocês têm muita ligação?

-Ah claro! Nós haitianos somos muito ligados aos soldados que lutaram pela independência. Tem o L'Overture, que acabou com a escravidão, o Dessalines é o nosso pai, ele declarou a independência em 1804, como você disse antes. Ele era nacionalista, nosso primeiro líder, **morreu pela reforma da grande propriedade**. Para você entender melhor é parecido com o cercamento da Inglaterra, o Dessalines queria titular as terras das pessoas. No começo ele não queria dividir as terras em pequena propriedade, aí ele foi morto. Depois dele, o Pétion que eu te disse antes dividiu as terras (Josaphat, 38 anos, Economia).

Você vai ter que conhecer a história do nosso país para nos entender. Você vai ver que a história é bonita. Todo mundo fala do Simon Bolívar, mas ninguém fala que ele foi no Haiti buscar ajuda. Foi o Haiti que deu munição para ele. A bandeira da Venezuela foi feita no Haiti. Quando você começar a ler sobre nossa independência, vai ver como L'Overture e Dessalines conseguiram o fim da escravidão e derrotar o exército de Napoleão Bonaparte. Todo mundo aqui na faculdade sabe quem é Napoleão. **Quando eu digo que Dessalines o derrotou, ninguém sabe** (Brunel, 27 anos, Direito).

---

<sup>37</sup> Ogou é um Lwa, deus do *Vodu*, cuja origem é a África Ocidental, onde hoje é a Nigéria. Deborah Jensions discorre sobre como a tradição oral *Vodu* se transforma em outra forma de historiografia, que mantém vivo o conhecimento cultural das nações escravizadas durante o processo de colonização e independência no Haiti.

<sup>38</sup> Do original: [...] has resulted in a fierce Haitian nationalism: a pride and an awareness that no other Afro-Atlantic country shares their achievement of revolutionary success. Haitians combat their status as one of the lowest groups on the economic ladder in New York by reiterating these symbols of independence.

Quando meu **papa Dessalines declarou a independência em 1804**, o internacional nunca perdoou. Tivemos que pagar para ter nossa independência reconhecida e depois disso o internacional cobrou cada branco que morreu na nossa revolução. Pode pesquisar a história do meu país, tem muito golpe lá. Se o internacional não gosta do presidente, ele arruma um jeito de desestabilizar o país.

- Quem é esse internacional que tu tá dizendo?

-É o Estados Unidos e França. Eles derrubam o presidente quando ele se nega a cumprir alguma ordem deles. Mas nós somos um povo de resistência desde a nossa independência. Por isso eu te disse antes é obrigação de todo haitiano saber sua história porque ela é muito bonita e nós não temos medo de contar. **Somos da resistência** (Joan Luck Joseph, 25 anos, Engenharia da Computação).

A partir das falas dos sujeitos desta pesquisa, busco evidenciar o nacionalismo haitiano, que é acentuado na diáspora. Esse nacionalismo recupera a memória do momento da independência como episódio inicial do modo de ser haitiano marcado pela resistência. Com isso, a Revolução Haitiana é o ponto inicial da narrativa da “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008). Durante a realização dessa pesquisa, escutei repetidas vezes a história da independência contada pelos meus interlocutores com muita paixão e orgulho, mesmo aqueles que acreditam que o Haiti está fadado a obedecer ao internacional. Quando Brunel diz que todo mundo sabe quem é Bonaparte e ninguém sabe quem é Dessalines, entramos na discussão de Michel-Rolph Trouillot sobre o silenciamento da historiografia sobre a Revolução Haitiana. Segundo o autor, isso acontece porque a história foi produzida pelo Ocidente por meio de duas fórmulas: o apagamento dos fatos e a banalização (TROUILLOT, 1995). Outra causa do “silenciamento da Revolução Haitiana também se ajusta ao rebaixamento num segundo plano histórico dos três temas aos quais estava ligada: racismo, escravidão e colonialismo<sup>39</sup>” (TROUILLOT, 1995, p. 98, tradução minha). Esse silenciamento produzido pelo Ocidente, principalmente pela França, que perdeu muito durante a revolução, também se reflete na América Latina. No caso do Brasil, “o medo do haitianismo” foi uma das causas de nossa independência numa busca de conter a revolta escrava no país (SILVA, 2009). Com esse medo, o Brasil também silenciou esse episódio da história latino-americana.

Retornando as falas acima expostas, destaco o significado que a Revolução tem para esses jovens haitianos. Ela é um símbolo de resistência e de exemplo para a comunidade negra, que naquela época estava sob o jugo da escravidão. Meus interlocutores ressaltam esse episódio para recordarem-se dos feitos que deram

---

<sup>39</sup> Do original: [...] the silencing of the Haitian Revolution also fit the relegation to an historical backburner of the three themes to which it was linked: racism, slavery and colonialism.

liberdade ao seu povo e, principalmente, do que o Haiti já foi, uma potência militar capaz de derrotar Bonaparte. Eles têm a consciência que as mazelas do Haiti de hoje vêm do “internacional”, que nunca perdoou essa revolução. Durante essa pesquisa, aprendi muito através das conversas que tive com esses estudantes, descobri um povo resiliente exemplificando aqueles versos “un pueblo sin piernas, pero que camina<sup>40</sup>”.

## 4.2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Para compreender a sociedade que os estudantes ingressantes encontram na universidade é necessário resgatar o histórico das relações raciais no Brasil. No capítulo anterior, destaquei o papel da universidade como reprodutora das desigualdades da sociedade como um todo. Nesta seção, pretendo discutir o entrelaçamento entre raça e migração na história brasileira. A começar pela instituição do mito da democracia racial e pelo branqueamento da população através do incentivo das migrações europeias.

As teorias racialistas do século XIX produziram a máxima de desigualdade entre as raças que inferiorizaram o negro. Teóricos daquele século acreditavam que o progresso da humanidade estava fundado numa luta de raças em que venceriam os mais aptos, no caso, os brancos. Apesar dessa luta de raças que “pensavam que a operação da seleção natural criaria raças puras a partir da diversidade que então era dominante” (BANTON, 1977, p. 89), o resultado dessas teorias foi a negação da humanidade do negro. Mesmo que insistisse em demonstrar sua humanidade, os brancos reinventavam a humanidade deles próprios, afirmando que “ele era mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro” (ARENDRT, 2012, p. 225).

A noção de raça permite que se representem **as humanidades não europeias como se fossem um ser menor**, o reflexo pobre do homem ideal de quem estavam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuportável (MBEMBE, 2014, p. 39, grifo meu).

O homem negro, portanto, era visto como uma subcategoria de humanos aptos a todo tipo de exploração, consolidando a lógica colonialista que categorizou os povos colonizados como incapazes de desenvolver o pensamento crítico e por consequência

---

<sup>40</sup> Referência a música Latinoamerica de Calle 13.



serviam apenas como trabalho braçal (FANON, 1997; MBEMBE, 2014; MEMMI; SARTRE, 2003; QUIJANO, 2005). Em vista disso, o argumento racial foi desenvolvido para a dominação colonial e “naturalizou as diferenças” entre as sociedades ocidentais e não-ocidentais.

Um dos fundadores desse pensamento é Arthur de Gobineau, que no seu **Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas**, publicado em 1855, defende que progresso civilizatório advinha da raça branca, enquanto que a mestiçagem causava a degradação (BANTON, 1977; SEYFERTH, 1996). Segundo Cohen (2003), esse ensaio foi uma das bases teóricas para a fundação da Sociedade Francesa de Antropologia em 1859, mesmo ano de publicação **A Origem das Espécies** de Charles Darwin. O foco inicial de debates dentro da Sociedade foi a poligenia<sup>41</sup> e monogenia<sup>42</sup>, sendo a primeira apreciada pela maioria dos membros (BERNASCONI, 2008). O final do século XIX, o racismo científico se intensifica motivado pelo imperialismo no continente africano e essas teorias sobre as desigualdades entre as raças humanas se tornam o paradigma dominante da ciência.

Em contraponto a proposta de Gobineau, Anténor Firmin publica em 1885 **Da igualdade das raças humanas. Uma antropologia positiva**. Este livro fundamental para discussão racial foi ignorado dentro do cânone acadêmico da Europa e dos Estados Unidos até sua tradução para o inglês nos anos 2000. Aqui no Brasil, infelizmente, o livro continua sendo desconhecido de acadêmicos e da sociedade. Firmin era diplomata e advogado e foi um dos fundadores da Escola de Direito do Haiti (MARQUES, 2017; NASCIMENTO; THOMAZ, 2010). Com seu prestígio intelectual e defensor do positivismo, Firmin foi convidado a ingressar na Sociedade Francesa de Antropologia em 1884. Apesar de membro da Sociedade, sua voz dentro da organização foi muitas vezes silenciada pelo pensamento hegemônico da antropologia física racialista. Há registro de dois momentos em que Firmin levantou-se contra os colegas: o primeiro foi quando Clémence Royer, tradutora da Origem das Espécies para o francês, questionou sua capacidade intelectual se devia a algum ancestral branco (FLUEHR-LOBBAN, 2008). Sobre a sua participação na Sociedade, onde a maioria dos membros era defensor das ideias de Gobineau, Firmin escreve em seu prefácio

Não pude dissimular. Meu espírito ficou em estado de choque quando li diversas obras onde se afirmava dogmaticamente a desigualdade das raças

---

<sup>41</sup> Segundo essa explicação existem diversas origens para os seres humanos.

<sup>42</sup> A monogenia acredita numa única origem dos seres humanos.

humanas e a inferioridade nata dos negros. Uma vez aceito como membro na Sociedade Antropológica de Paris, a discussão não me deveria parecer ainda mais incompreensível e ilógica? É natural ver compor uma mesma associação e dotar-se de um mesmo título, homens que a própria ciência - de que supõem-se representantes - parece declarar desiguais? Eu poderia ter, no final do ano passado, na retomada do nosso trabalho, provocado dentro da Sociedade uma discussão sobre natureza para lançar luz sobre o assunto, para me construir pelo menos nas razões científicas que autorizam a maioria dos meus sábios colegas para dividir as espécies humano em raças mais altas e mais baixas, mas eu não seria considerado um intruso? (FIRMIN, 1885, p. 8-9, tradução minha)<sup>43</sup>.

Anténor Firmin utiliza como exemplos para combater a noção da inferioridade da raça negra a Revolução Haitiana, analisando o papel dos grandes líderes, principalmente L'Overture, também recorre a importância da nação etíope para a tradição greco-romana. A conclusão de Firmin é que “as raças são iguais; todas são capazes de escalar as mais nobres virtudes, ao mais alto desenvolvimento intelectual, como cair na mais completa degeneração” (FIRMIN, 1885, p. 662).

Anténor Firmin é um fundador esquecido da antropologia, cuja contribuição para a antropologia francesa poderia ter sido frutífera, mas foi ignorada. Parece que os membros da Sociedade Francesa de Antropologia nunca abriram *De l'égalité des races humaines*, e não foram capazes de receber sua mensagem. A publicação de Firmin se perdeu na antropologia francófona e é apenas lembrado no Haiti e entre os estudiosos pan-africanistas e reivindicantes da cor. Seu sinal e contribuições pioneiras para uma antropologia empírica e crítica, especialmente no que diz respeito à raça, foram perdidos para o desenvolvimento mainstream dessa disciplina na Europa e na América do Norte nos anos de formação do século XIX e, portanto, décadas de consolidação e crescimento da antropologia no século XX (FLUEHR-LOBBAN, 2008, p. 7, tradução minha, grifo meu)<sup>44</sup>.

O Brasil, como os demais países colonizados, apresenta grandes heranças das teorias racialistas na sua estrutura social. Como permanência da nossa colonialidade

---

<sup>43</sup> Do original: Je n'ai pas à le dissimuler. Mon esprit a toujours été choqué, en lisant divers ouvrages, de voir affirmer dogmatiquement l'inégalité des races humaines et l'infériorité native de la noire. Devenu membre de la Société d'anthropologie de Paris, la chose ne devait-elle pas me paraître encore plus incompréhensible et illogique? Est-il naturel de voir siéger dans une même société et au même titre des hommes que la science même qu'on est censé représenter semble déclarer inégaux? J'aurais pu, dès la fin de l'année dernière, à la reprise de nos travaux, provoquer au sein de la Société une discussion de nature à faire la lumière sur la question, à m'édifier au moins sur les raisons scientifiques qui autorisent la plupart de mes savants collègues à diviser l'espèce humaine en races supérieures et races inférieures mais ne serais-je pas considéré comme un intrus?

<sup>44</sup> Do original: Anténor Firmin is a forgotten founder of anthropology whose contribution to French anthropology could have been fruitful, but was ignored. It appears that the members of the Paris Anthropological Society never opened *De l'égalité des races humaines*, and were not able to receive its message. Firmin's tome was lost to francophone anthropology and only remembered in Haiti and among Pan-Africanist and vindicationist scholars of color. His signal and pioneering contributions to an empirical and critical anthropology, especially as regards race, were lost to the mainstream development of that discipline in Europe and North America, in the formative years of the 19th century, and thus to the decades of consolidation and growth of anthropology in the 20th century.

(QUIJANO, 2005), principalmente a do saber, ignoramos toda a importância acadêmica e social de Anténor Frimin e importamos o paradigma hegemônico do século XIX, pensando raça a partir da divisão entre inferiores e superiores. Conforme Clóvis Moura (1994), um legado deixado pela colonização portuguesa foi a criação filosofia étnica hierárquica no processo de miscigenação.

Esse processo foi resultado das interpretações dos teóricos brasileiros quanto ao pensamento do século XIX, pois “negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração” (SCHWARCZ, 2010, p. 3). Acreditava-se que a miscigenação levaria ao progresso por meio do branqueamento da população brasileira, haja vista que em fins do século XIX o Brasil era um país negro, portanto, para o pensamento da época, um país sem chances de progredir. Segundo Lélia Gonzáles (1988), o racismo latino-americano foi eficaz em manter negros e índios subordinados à exploração através da ideologia do branqueamento.

Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALES, 1988, p. 73).

A construção da identidade nacional brasileira está fundada nesse mito da superioridade branca. Segundo Chauí (2000) o mito fundador da nação brasileira estaria fundada em três elementos: “a visão do paraíso”<sup>45</sup>; “a história teológica providencial”<sup>46</sup>; e “o governante como rei pela graça de Deus”<sup>47</sup>. O resultado desses

---

<sup>45</sup> A visão do paraíso refere-se ao jardim perfeito, ou seja, a abundância beleza das vegetações. Assim, o Brasil era visto como o Éden terrestre, por isso nas muitas cartas enviadas a metrópole o novo mundo é caracterizado como tal devido a um retorno da perfeição presente na criação do mundo (CHAUÍ, 2000, p. 59). Assim, essa visão do Brasil como país jardim remete a um estado de Natureza pacífico. Portanto, o modelo exposto por Hobbes de um estado de guerra de todos contra todos aqui não se aplica, pois o Brasil, no momento da colonização, está num estado de natureza paradisíaco onde seus habitantes são pacíficos por natureza e não estão naquele estado de guerra (ibidem, p. 61).

<sup>46</sup> A história teológica e providencial é a realização dos planos de Deus. De acordo com Chauí (2000, p. 69), a história passa a ser a ação de Deus no tempo sendo, portanto, providencial por ser dotada de sentido de cumprimento do plano divino (ibidem, p. 69).

<sup>47</sup> O governante escolhido pela graça de Deus para cuidar do rebanho na terra recebendo, portanto, a marca própria desse poder, que é a vontade pessoal absoluta (ibidem, p. 82). Assim, a ligação sagrada do governante interfere na relação entre ele e os governados, uma vez que estes últimos o percebem como representantes do Estado, aos quais o povo apenas procura para solicitar privilégios (ibidem, p. 84).

três elementos representa a democracia racial resultante do modelo assimilacionista de identidade nacional, a qual fundou política e socialmente a ideia de um encontro harmonioso entre as três raças formadoras do Brasil: branco, índio e negro. Assumindo um sistema hierárquico baseado nas diferenças intransponíveis, pelo menos na visão hegemônica sobre as relações raciais, entre essas três raças, a sociedade brasileira fundou-se num complexo de desigualdades imobilizaram negros e indígenas na pirâmide social brasileira até os dias atuais (MOURA, 1994).

[...] o modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista (MUNANGA, 2003, 2005-2006). **Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica.** [...] Por outro lado, **o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal de branqueamento.** Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto seguimento politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (MUNANGA, 2010, p. 446, grifo meu).

Os esforços para construir a identidade brasileira pela elite política datam dos anos finais do século XIX, com os incentivos para imigração europeia a fim de branquear a população. Nesse processo violento, as populações compreendidas como inferiores tiveram suas contribuições à cultura e história brasileira apagadas ou minimizadas ao serem classificadas como “folclore nacional” (GONZALES, 1988). O branqueamento da população era pensando como uma característica que faltava para constituir a nação.

[...] o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que dentro, de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma *raça*, ou um tipo ou, ainda, um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para a definição de nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação (SEYFERTH, 1996, p. 49).

O Estado Novo concretizou a política restritiva da imigração, classificando em imigrantes desejáveis os de fenótipo branco e os indesejáveis, que seriam negros, japoneses e judeus. Como candidato à presidência em 1930, Getúlio Vargas anunciava: “Durante anos, pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos. É oportuno obedecer agora ao critério étnico” (KOIFMAN, 2012, p. 28).

De acordo com Hélio Povo Neto (2007), quando o migrante ou refugiado é visto como indesejável, estes se tornam objetos de políticas restritivas do Estado mais radicais no controle das fronteiras e barreiras físicas, restringindo a mobilidade migrante. O decreto Lei 3.010 de 1938 exigia a apresentação pessoalmente do imigrante às autoridades consulares a fim de verificar se o candidato se enquadrava nas quotas migratórias.

Art.38- Não será aposto o visto se o estrangeiro não satisfazer as exigências dos artigos anteriores; for aleijado ou mutilado, inválido, cego, surdo e mudo; for inadmissível em território nacional a juízo da autoridade consular apresentar passaporte viciado; tiver sido anteriormente expulso do Brasil, salvo si já revogado o ato de expulsão; ou si a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerá-lo indesejável.

Parágrafo único. As condições relativas a lesões orgânicas - insuficiência funcional, aleijão (deformidade) ou mutilação, invalidez, cegueira, surdez, mudez - serão dispensadas si o estrangeiro vier ao Brasil em caráter temporário (BRASIL, 1938).

Segundo Fábio Koifman (2012, p. 27), a elite política do Estado Novo “acreditavam que o problema do desenvolvimento brasileiro estava relacionado à **‘má formação étnica do povo’**. Achavam que trazendo ‘bons’ imigrantes, ou seja, brancos que se integrassem à população não branca, o Brasil em 50 anos se transformaria em uma sociedade mais desenvolvida”. Além da característica fenotípica, o imigrante ideal deveria ser católico e apolítico. O tipo ideal escolhido pelo Estado Novo foi o português, que constituía a matriz cultural do Brasil e afinidade étnica, justificada pela aparente facilidade em casamentos dos portugueses com os “não brancos” brasileiros. Dessa forma, os portugueses eram bem vistos pela perpetuação do branqueamento da nação brasileira. Ainda de acordo com o autor, a política migratória restritiva brasileira exigia que os diplomatas analisassem “os aspectos físicos e morais” dos estrangeiros que pretendiam vir ao Brasil com base no discurso científico, da eugenia, da racionalidade e não do racismo (KOIFMAN, 2012). Os imigrantes indesejados a partir da classificação eugênica eram os sujeitos negros, indígenas, judeus, ou seja, os não brancos e como exposto no excerto do decreto 3.010/38, as pessoas com limitações físicas.

Cabe lembrar que, juntamente com as políticas, havia o trabalho de intelectuais na consolidação das ideias de eugenia. Em 1934, saía a segunda edição de *Raça e Assimilação* de Oliveira Viana, um dos principais intelectuais que acreditava na inferioridade dos negros. Gilberto Freyre contribuiu para a construção da identidade nacional brasileira baseada na ideologia da democracia racial ao propor uma

perspectiva otimista do resultado da miscigenação. Com uma visão culturalista, ele consolida uma etiqueta das relações raciais brasileiras, cuja ordem é o privado.

Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. Essa é sem dúvida uma maneira problemática de lidar com o tema: ora ele se torna inexistente, ora aparece na roupa de outro alguém [...] Em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo e pelo clientelismo, **o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente** (SCHWARCZ, 2012, p. 16-17).

Para Lélia Gonzales, esse racismo que se manifesta nas relações privadas é conceituado como denegação e seria uma das características das sociedades “latinoamefricanas” que produziram a forma mais eficaz de alienação, comparada com o racismo explícito (GONZALES, 1988). Como já apresentei o argumento de Kabengele Munanga, o ideal branco é perseguido por negros a fim de escapar da discriminação. No caso brasileiro, a norma social resultante da democracia racial é que ninguém é racista, mas conhece alguma história de racismo é aquela velha máxima “não sou racista, até tenho um amigo/a negro/a”. Isso porque no Brasil existe “quase como uma etiqueta, uma regra implícita de convivência, no Brasil, cor combina com prestígio e com lugar social, e apesar de silenciosa é eloquente em sua aplicação” (SCHWARCZ, 2012, p. 59). Essa etiqueta racial se manifesta nas nossas interações cotidianas através de atitudes que tentam invisibilizar os corpos negros, independentemente de suas posições de poder na nossa sociedade, como é o caso relatado por Nilma Lino Gomes quando era ministra da Secretária da Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR).

O que que o racismo faz? Ele nos desumaniza, ele nos retira do lugar da humanidade, ele nos inferioriza, ele olha pra nós e sempre acha que nós somos incapazes ou não merecedores de estarmos naquele lugar. [...] O que é ser uma mulher negra ministra? O que é ser uma mulher negra numa sociedade com 54% da população negra e que vive a maioria numa situação de desigualdade e que essa desigualdade não é só econômica, ela é racial também. Significa viver situações como: uma posse de uma colega ministra, feita em Brasília, ao ar livre. Eu, como ministra, vou a posse honrar, prestigiar essa colega. E os meus assessores falam:  
 - Ministra, a senhora não pode ir sozinha.  
 E eu falo:  
 - Tudo bem! Eu vou com o motorista.  
 - Não, tem que ir o chefe de gabinete e o assessor com a senhora.  
 Eu chego nesse espaço. Na hora de entrar, todos os colegas entram, ministros e ministras. E quando eu chego, a pessoa da portaria barra minha entrada. E o assessor vira e fala:  
 - Está aqui a ministra Nilma, da Igualdade Racial que precisa entrar.  
 E a pessoa que estava na porta olha para mim e diz:

- Onde está a ministra? (GOMES, 2018).

Situações como essa, narrada por Nilma Lino Gomes, exemplificam o racismo disfarçado que existe no Brasil. Segundo Oracy Nogueira (2007), o preconceito racial no Brasil se caracteriza pela marca, isto é, pelas características fenotípicas a partir dos traços físicos do indivíduo. Compreender essa estrutura que formou o racismo no Brasil é importante para entender como se desenvolvem as relações sociais entre os migrantes que apresentam esse fenótipo rejeitado. Convém destacar o conceito de estigma como “um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso na realidade é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 2008, p. 13). O atributo é algo que caracteriza alguém, no caso a cor/ raça, mas que se utiliza de uma linguagem depreciativa para destacar e estigmatizar essa pessoa. Para o autor supracitado, existem três tipos de estigma: as abominações do corpo, culpas de caráter individual e tribais de raça, nação e religião (GOFFMAN, 2008). Dessa forma, a estrutura racial brasileira contribui para que o estigma de raça recaia sobre estudantes de fenótipo negro. Além disso, o estigma sobre os estudantes negros haitianos está também pautado na nacionalidade, uma vez que na maioria das vezes, nós brasileiros, por desconhecimento, associamos o Haiti apenas com a imagem de uma pobreza insuperável.

[...] estabelecidos se acharem superiores foi constante entre os moradores de Lajeado, alguns se consideravam superiores, especificamente por terem uma cultura que diziam ser melhor, diferente da dos imigrantes haitianos que para eles era pior. Os casos de racismo contra os haitianos então ocorreram mais nos ambientes do trabalho, principalmente por ser um dos únicos locais onde os haitianos e os estabelecidos possuíam uma espécie de interação direta. Neste espaço, houveram ofensas, piadas e alguns casos de agressões. Já nos outros espaços da cidade, em sua maioria o racismo ocorria a partir da ofensa, mas principalmente nas conversas e fofocas que a população estabelecida fazia entre si falando sobre os imigrantes (DIEHL, 2017, p. 135).

A chegada do novo contingente de imigrantes no estado do Rio Grande do Sul desvelou o racismo que está presente na sociedade brasileira. No caso do estado do Rio Grande do Sul, esse fenômeno teve maior impacto devido às suas características históricas de migração europeia e branca, que ao longo dos anos criaram e recriam identidades e pertencimentos a italianidade (ZANINI, 2006), que por vezes são evocadas como superioridade frente às demais regiões do Brasil, bem como referente aos migrantes negros.

### 4.3 CONSTRUÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS BRASILEIRAS PELOS ESTUDANTES HAITIANOS

No meu trabalho de campo, as relações entre os estudantes haitianos e brasileiros não apresentou as ofensas citadas no excerto acima. Na perspectiva dos meus interlocutores na universidade, eles foram melhor recebidos do que no trabalho, segundo aqueles que tiveram experiências laborais. Há apenas um caso de um estudante que foi mal recebido por um técnico administrativo ao buscar uma disciplina complementar de graduação (DCG). Conforme o relato de Timas, ao buscar a DCG no curso de medicina, foi mal recebido pelo responsável por atender esses pedidos. Segundo ele, o técnico nem olhou em seu rosto, jogou o papel numa pasta e disse: “a turma já está lotada”. E ele disse: “mas outros colegas do meu curso deixaram hoje o pedido e o resultado oficial é só daqui dois dias”. Timas diz não lembrar-se muito bem o que técnico teria respondido, mas que era algo como: “nesse curso você não irá cursar nenhuma disciplina”. Conversando com Timas, ele disse que talvez compreendia o motivo do acontecimento: “essas coisas que a gente sabe né, o racismo. Mas não posso afirmar nada. Talvez ele tivesse num péssimo dia. Não quero me complicar com a universidade. Ainda quero conquistar o meu lugar no curso do meu sonho”.

Descrevi o processo de independência do Haiti e o histórico das relações raciais no Brasil para compreender os relatos das experiências dos estudantes haitianos. Nas relações com os brasileiros na universidade, recaí sobre eles dois estigmas: o racial e a nacionalidade. Quando comecei a discutir a questão racial com meus interlocutores, percebi que não poderia continuar seguindo o roteiro que havia preparado. A decisão por não seguir o roteiro não significa que abandonei o rigor metodológico, contudo, refleti sobre a trajetória de cada um dos meus interlocutores e analisei quais deles já tinham aberto espaço para que eu discutisse esse tema.

Percebi que suas trajetórias influenciavam muito em suas perspectivas sobre as relações raciais no Brasil, mas que seguiam um padrão explicativo comparativo com experiências de parentes e amigos em outros países de migração haitiana. “Aqui no Brasil nunca viveu racismo, mas meu parente que tá na França diz que lá sim tem. Lá eles são violentos, tem as coisas físicas. Eu aqui estou bem” (Loverture, 28 anos, Relações Internacionais). Avançando no diálogo, eu pergunto se ele conhecia algum caso de racismo no Brasil de outro conterrâneo e a resposta é: “Sim, eu tem um amigo



em São Paulo que uma vez me disse que um brasileiro falou umas palavras feias pra ele, tipo: volta pra tua terra preto preguiçoso”. E então eu pergunto, mas isso não é racismo? “Sim, eu só disse que eu não sei dessas coisas. Não vivi isso aqui. No caso que te falei, meu amigo disse que brasileiro gritou isso pra ele na rua, mas ele não se importou porque nós haitianos somos trabalhadores, viemos aqui pra fazer a vida. Não temos tempo pra ficar pensando nisso”.

A maioria dos meus interlocutores negou ter vivido alguma situação de racismo no Brasil e na UFSM. Contudo, nos relatos, aparece uma “solidão” dos estudantes haitianos com relação aos colegas brasileiros. Essa solidão que eu caracterizo é a mesma sofrida por estudantes cujo fenótipo negro é mais acentuado, onde nas relações sociais esses negros brasileiros são preteridos pelos colegas. Lembro mais uma vez Fanon (2008) sobre a experiência vivida do negro. Ele nos mostra como nas relações o sujeito negro vai sendo relegado à categoria inferior de humanos a partir dos olhares do sujeito branco. “Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto!” (FANON, 2008, p. 108). O esquema corporal desse homem transforma-se, na perspectiva de Fanon, num “esquema epidérmico racial”, ocupando lugar determinado por terceiros (FANON, 2008, p. 105).

Durante os dois anos do mestrado, circulei entre os prédios 74A e 74C para cursar as disciplinas, estudar na sala do NECON, realizar reuniões com os participantes do programa Afroriente e alguns eventos das Ciências Sociais e de Relações Internacionais. Nesse fluxo por esses prédios, como demonstrei no capítulo anterior, não foram poucas as vezes que encontrei com os ingressantes do curso de Relações Internacionais pelos corredores. Um desses encontros ocasionais foi em novembro de 2018, na ocasião do I Seminário sobre a Temática das Relações Étnico-Raciais. Quando voltei do almoço fiquei no auditório do prédio 74C organizando as pastas para inscrição no evento. Como tinha uma concentração de alunos no lugar onde eu iria organizar o credenciamento, saí para ajeitar a mesa no corredor em frente ao auditório, resolvo ir para tomar uma água e esperar que eles entrassem nas salas para que eu possa organizar a mesa. Para minha surpresa, no outro lado do corredor estavam sentados três estudantes haitianos da mesma turma. Quando eu cheguei, eles estavam conversando entre si em créole e não compreendi qual era o tema da conversa. Parei para conversar com eles, pois dentre eles estavam Loverture e Jean Max-Júnior Bendy. Enquanto eu conversava com eles, analisava o ambiente: uma

roda de jovens da turma conversando pareciam bem entrosados e do outro lado os três haitianos sentados sozinhos.

Com esse relato, quero trazer algumas reflexões: porque todas as vezes que encontro esses estudantes é com esse cenário que me deparo? Porque os estudantes haitianos não são tão integrados à turma, como acontece quando vem um intercambista? Recordo que quando estudava Relações Internacionais, a turma toda corria para se aproximar dos intercambistas para praticar idiomas e trocar experiências. Pelo que observei em 2018, os haitianos no curso de Relações Internacionais não conseguiram interagir com a turma. Há que investigar quais são as causas disso, mas adianto que os três alunos que citei acima sempre circulam pela universidade juntos. Já o quarto haitiano, que ingressou posteriormente no início do semestre, interage com alguns poucos colegas. Quando em diálogo com eles, perguntava como eram as aulas e o que os colegas falavam sobre o Haiti, a resposta era: “Os colegas não sabem muita coisa do Haiti, nem os professores, mas é porque o Haiti não importa para as Relações Internacionais. Quem manda no Haiti é o internacional” (Loverture, 28 anos, Relações Internacionais). Perguntei então se ele explicava a história do Haiti e a resposta foi: “Eu sei a história do meu país. Se meus colegas perguntam eu conto, mas ninguém pergunta. Você é de R.I sabe que tem país que não importa. O Haiti não é um país forte nas Relações Internacionais”.

Essa fala de Loverture é importante para refletir algumas análises que venho construindo nesta dissertação: o estigma do Haiti arcaico ou do estado falido. É através desse último conceito que muitos estudantes de Relações Internacionais “conhecem” o Haiti. Segundo Robert Jackson, Estados falidos são aqueles “que não podem ou não irão assegurar as condições civis mínimas como paz, ordem, segurança, etc”<sup>48</sup> (JACKSON, 1998, p. 2). Os Estados ditos falidos são apresentados como incapazes de solucionar problemas internos, necessitando da intervenção externa. Além desse conceito, a participação brasileira na MINUSTAH contribuiu para construção de um Haiti “vazio”, à espera da intervenção internacional. O Haiti é imaginado a partir dessas concepções difundidas pelos centros hegemônicos seja academicamente, como é o caso do conceito de Estado falido, seja pela mídia e pelas agências multilaterais.

---

<sup>48</sup> Do original: I shall be referring exclusively to states which cannot or will not safeguard inimal *civil* conditions, i.e., peace, order, security, etc.

Os jornalistas vivem de vender o seu jornal. Quando eles vão para o meu país ele não vai falar da praia bonita, não vai chamar os outros para vir lá no verão, não vai falar coisa positiva. O que o jornalista vai falar do meu país é a pobreza, a fome, só coisa ruim. Vai fazer propaganda para ajudar para eles ganharem. Ninguém vai lembrar que o Haiti tem praia, tem beleza, que é o Caribe<sup>49</sup> (Joan Luck Joseph, 25 anos, Engenharia da Computação).

Essa fala de Joan Luck Josepeh exemplifica a denúncia que muitas vezes meus interlocutores fizeram sobre o lugar do Haiti na mídia internacional. A mídia produz estereótipos que ajudam a materializar as imagens do Haiti como um Estado Falido. O Haiti é Orientalizado pela mídia ao mostrar apenas aspectos que contribuem para configuração da imagem de um país “irracional, depravado, infantil” (SAID, 2007, p. 73). Tal como exposto por Edward Said (2007), o Oriente é uma construção histórica e discursiva pelo Ocidente. Segundo esse autor, o Orientalismo “é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’” (SAID, 2007, p. 29). Como resultado, o Orientalismo é “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29). Apesar do Brasil também ser orientalizado em alguns aspectos, não estamos livres de categorizar outros países a partir dos parâmetros hegemônicos ocidentais.

Analisando a relação entre os estudantes haitianos com os colegas de turma, conversei com Josaphat e Faustin sobre isso num dos nossos primeiros encontros e ambos relataram um afastamento com a turma. “Eu antes não perguntava na aula porque era tímido. Não estava acostumado com o clima da universidade aqui. Agora já estou mais maduro, se tem trabalho em grupo e não encontro pessoas pra fazer junto, vou lá e faço sozinho. Não me importo se a pessoas não querem falar comigo. Antes eu sentava no fundo, agora sento na frente, se não entendo faço perguntas” (Josaphat, 38 anos, Economia). “Já estou acostumado com a universidade. O problema é com a comunidade do curso, porque entra pouca pessoa e quando tem aula com outras turmas ou cursos eles ficam entre eles. Se escolhem entre os amigos para fazer trabalho em grupo. Eu fico sozinho para fazer o trabalho. Não tenho muito contato com o pessoal do curso” (Faustin, 37 anos, estatística). No caso de Josaphat e Faustin, essa desconexão com a turma pode ser explicada: i) pela diferença

---

<sup>49</sup> As falas dos interlocutores não estão entre aspas porque muitas vezes coloquei palavras para que a frase fizesse sentido. Dessa forma, não anotei exatamente a fala dos interlocutores e sim uma interpretação das falas, pois pelo fato de não permitirem que eu gravasse as entrevistas, tive que escrever as falas de acordo com as minhas lembranças. Tentei ser fiel às ideias dos entrevistados.

geracional, pois a maioria dos colegas tem entre 17 e 25 anos; ii) pela nacionalidade, ambos relataram ter ouvido de companheiros de turma: “nossa! Você é haitiano e está na universidade! Lá não é todo mundo analfabeto?”; iii) pelo fenótipo, ambos possuem os traços negroides acentuados. Um último elemento a explicar a desconexão com os colegas é a união com os demais ingressantes da resolução, como no caso dos estudantes haitianos do curso de Relações Internacionais que estavam entre si falando *créole*. Por uma busca de fazer o “aqui” e o “lá”, vejo os estudantes haitianos buscando o aconchego entre os seus e se distanciando por vezes dos brasileiros.

Por exemplo, o brasileiro acha que se uma pessoa não senta com outra isso é racismo, eu acho que não. Talvez sim, talvez tenha discriminação na universidade, mas pra mim quem não quer falar comigo é porque não quer falar. Tô aqui pra estudar, se formar e ir embora, se a pessoa não quer falar comigo não tem problemas. Agora se ela me xingar e for fisicamente aí sim eu sei que é racismo, aí vou buscar me defender” (Joan Luck Joseph, 25, Engenharia da Computação).

A partir dessa fala de Joan Luck Joseph, analisarei as concepções que a maioria dos meus interlocutores tem sobre as relações raciais no Brasil. Como já resaltei anteriormente, muitos dizem não sofrer racismo, contudo, relatam situações de não interação com os estudantes brasileiros. Primeiro ponto que resgato é que como a maioria da população haitiana é negra, muitos se descobrem negros no estrangeiro, repetindo assim a experiência de Frantz Fanon ao descobrir-se negro na França. “Algumas coisas eu achei diferente do que eu imaginava. Quando pegou o ônibus, todo mundo era branco. Pesquisei na internet e dizia que tinha mais negro do que branco. Achei estranho! Saí de um país onde todo mundo é negro igual” (Josaphat, 38 anos, economia). Esse relato é sobre a experiência de Josaphat nos primeiros dias em Florianópolis. Ele conta que pesquisou um pouco sobre a população brasileira porque o amigo que o recebeu em Florianópolis tinha relatado atitudes hostis por parte de brasileiros. Em nossas conversas, Josaphat não explicou quais seriam essas atitudes.

Um segundo ponto que já tratei ao longo dessa seção é a experiência haitiana na diáspora. Como demonstrado por Handerson (2015), há um sonho dos haitianos em partir para buscar uma melhor qualidade de vida. Conforme apresentado no capítulo um, houve quatro fluxos migratórios de haitianos para diversos destinos. Os meus interlocutores são filhos de pessoas que estiveram ou ainda estão na diáspora, como é o caso de Timas, Jean Max-Júnior Bendy e Joan Luck Joseph, ou tem

parentes que estão na diáspora, é o caso da maioria. As experiências vividas por esses parentes na França, nos Estados Unidos e na República Dominicana são usadas como exemplos para comparar a situação dos haitianos no Brasil com os que estão ou estiveram naqueles lugares. De acordo com Handerson (2015), muitos haitianos viveram situações de racismo generalizadas em outros lugares, cujos direitos básicos foram negados, inclusive a cidadania, ao negarem certidões de nascimentos para os filhos de haitianos nascidos nesses lugares.

Com essa “bagagem” da memória coletiva sobre a diáspora, o Brasil é visto e narrado pelos haitianos como um lugar sem racismo, uma democracia racial. No meu campo, foi complicado adentrar nas discussões sobre racismo porque todos sabiam do meu envolvimento com o movimento negro e pressupunham que eu queria uma resposta adequada as minhas expectativas. Às vezes, eles pediam desculpas por não concordarem com “o jeito que o negro brasileiro pensa o racismo”. Ao longo da pesquisa, fui descobrindo o nacionalismo e a história haitiana, expostos na primeira seção deste capítulo, e eles foram o suporte necessário para compreender esse entendimento dos meus interlocutores. Apesar da negação do racismo, encontrei nas nossas conversas casos que para mim, como brasileira, era racismo, mas que na perspectiva deles não era.

Voltando aos relatos expostos nesse capítulo, compreendo a partir dos meus interlocutores que há uma priorização no que se importar através das experiências vividas. Com isto, argumento que meus interlocutores expressaram um nacionalismo como escudo de proteção para as situações de discriminação, seja ela racial ou pelo país de origem. Eles evocam os heróis da independência para resgatar esse passado glorioso, que para eles não deve ser esquecido mesmo que estejam vivendo no estrangeiro. Por outro lado, existe também a pressão para continuar os estudos, pois como todos estão na Casa do Estudante eles se esforçam ao máximo para cumprir com as exigências acadêmicas para permanecer com o BSE. É pelo peso que representa uma reprovação nas disciplinas que eles focam “apenas no que é importante” e não dão muita significância para as relações com os colegas brasileiros e assim vem relatos como o de Joan Luck Jospeh: “Tô aqui pra estudar, se formar e ir embora, se a pessoa não quer falar comigo não tem problemas”.

Eu não dou importância para onde eu for. Eu sou de viagem tenho minha identidade definida e minha história. Sabemos hoje que xenofobia e do racismo existem, e isso afeta os direitos humanos. Quando acontece e se sabe que acontece tem que lutar. Eu não tenho problema em ser eu. Sou

estrangeiro e tenho minha história e minha identidade. **Acredito que qualquer haitiano que tem sangue de Papa Dessalines tem que ter orgulho de sua identidade, de sua pele e de sua história.** Não é porque tu vai mudar que vai destruir tua história. [...] Todo dia olho no espelho e digo: Obrigado Deus por ter nascido um negro tão bonito assim! (Timas, 25 anos, Enfermagem).

A experiência haitiana na migração confere aos meus interlocutores recursos para driblar as adversidades que aparecem nas relações dentro da universidade. O acúmulo de relatos de parentes e amigos das dificuldades vividas nos diversos países da diáspora haitiana e a própria experiência daqueles que passaram por outros países antes de fixarem-se no Brasil permite que o “sou de viagem” seja um dos elementos centrais na resiliência haitiana. No relato de Timas, há uma positivação do estigma racial a partir da experiência da viagem e do orgulho da história nacional. Esses três elementos garantem a ele e a muitos dos meus interlocutores um alento para enfrentar as adversidades que encontram vivendo no Brasil. Assim como Timas no relato acima, ouvi de Brunel (27 anos, direito) após uma reunião de pesquisa do MIGRAIDH, onde aconteceu uma discussão calorosa com outros estudantes sobre a política migratória do Brasil e alguns repetiram estereótipos de pobreza e miséria sobre o Haiti, demarcando que o país era muito mais do que isso e que era dever dos acadêmicos buscar e não apenas repetir informações ditas na mídia. Na colocação de Brunel ele foi muito educado, apesar de ter se sentido incomodado. Depois que a reunião acabou, desci conversando com ele enquanto ele marcava seu descontentamento:

O Haiti é a primeira república negra. Nós derrotamos Napoleão, será que não se esforçaram o suficiente? Meu país vem sofrendo com o internacional, mas eu não saio por aí de cabeça baixa, eu sou haitiano com orgulho da minha história. Não vou aceitar as pessoas na universidade ficar falando só da pobreza do meu país. Tem que estudar sim, pra falar. Saber mais coisas do país não é o que a globo conta (Brunel, 27 anos, Direito).

Compreendo que a não-importância para o racismo do dia-a-dia é uma estratégia desses estudantes para sobreviverem no ambiente acadêmico e manter o foco na formação acadêmica. Quando eu questionava sobre as situações que a mim eram relatadas e soavam como racistas, muitos diziam: “você não sabe metade do que eu já passei na vida, se cada vez que alguém virar a cara para mim na faculdade eu me importar gastaria o tempo que tenho pra estudar”. Meus interlocutores secundarizam o racismo e as discriminações que sofrem cotidianamente como uma estratégia para permanecerem atentos ao objetivo de conseguir um diploma no

estrangeiro. Mas a afirmação de que no caso de eventualmente sofrerem alguma violência, eles tomarão uma atitude.

O fato de estar na universidade garante a esses estudantes um status privilegiado na sociedade brasileira também. A título de exemplo, há a situação que Brunel (27 anos, Direito) relatou sobre quando ainda morava em Porto Alegre e teria ido ao banco retirar uma quantia que sua irmã teria enviado. Segundo ele, a atendente no banco teria sido grossa com ele e não estaria acreditando no comprovante de endereço que ele tinha levado consigo. “Eu tive que mostrar minha identidade, minha carteirinha da universidade pra ela ver que eu era estudante e que o dinheiro estava certo e era meu. Ela ficou fazendo um monte de perguntas desconfiando se eu era eu mesmo. Quando viu que eu era estudante da UFRGS, começou me tratar diferente”.

O orgulho de sua história, identidade e pele é encontrado em diversos graus entre os meus interlocutores, pois cada um tem uma perspectiva diferente sobre esses elementos. Os meus interlocutores vieram ao Brasil buscando melhores oportunidades e, principalmente, o sonho de cursar o ensino superior. Alguns trabalharam, como foi o caso de Joan Luck Joseph, Loverture, Josaphat e Faustin. Outros como Brunel e Timas, tiveram a oportunidade de apenas estudarem. Como meu trabalho de campo se deu dentro do ambiente acadêmico, poucos foram os relatos de racismo explícito por parte de professores e colegas, o que o diferencia de outros trabalhos empíricos que lidaram com migrantes trabalhadores, como é o caso de Handerson (2015), Guilherme (2017), Diehl (2017). Contudo, o ambiente acadêmico não está isento do racismo. Apenas ressalto uma das estratégias de proteção tomadas pelos estudantes haitianos, que é a de preferirem ignorar pequenos acontecimentos, como o caso de os colegas não aceitarem fazer trabalho em grupo. No caso que relatei no início dessa seção, Timas disse que sabia que o funcionário poderia estar sendo racista com ele, mas que preferia não o acusar a fim de garantir uma harmonia num possível acesso ao curso almejado.

Um dos resultados que encontrei nesse trabalho de campo foi que a memória social da Revolução Haitiana é a base da “comunidade política imaginada<sup>50</sup>” (ANDERSON, 2008), que é recriada a cada narração que esses estudantes fazem do

---

<sup>50</sup> Na perspectiva de Benedict Anderson, toda Nação é imaginada porque “os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32).

passado de seu país. Esses jovens querem o direito de migrar em busca de melhores oportunidades, mas também demonstram o amor que sentem pela comunidade haitiana e o desejo de ver a pátria com condições de ser um país além dos estereótipos.

Procurei, com suas trajetórias, demonstrar que esses seis jovens vieram ao Brasil com muitos sonhos, os quais pretendem continuar buscando seja onde puderem. Contudo, devo nuançar que as experiências deles são diversas e que a mobilidade é um marco cultural presente, mas não determinante de suas perspectivas. Tentei demonstrar a diversidade existente de sujeitos e trajetórias durante essas páginas e trazer um pouco sobre novas possibilidades de análise da migração haitiana através da busca pelo ensino superior.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou, ao longo dos capítulos, responder a seguinte pergunta: como as trajetórias dos estudantes haitianos emergem explicações sobre as relações raciais no Brasil? Através da realização de um trabalho etnográfico com estudantes haitianos que ingressaram na UFSM por meio da Resolução nº 041/2016 nos anos de 2017 e 2018, por meio do aprofundamento de trajetórias de sete desses estudantes. Nas trajetórias, aliadas aos relatos e as discussões teóricas sobre imigração, educação, transnacionalismo e redes, busquei construir possíveis respostas à pergunta inicial. Retorno a cada capítulo para compreender como o objeto da presente pesquisa foi construído.

No capítulo “Da África ao Haiti: o itinerário da pesquisa etnográfica com haitianos na UFSM”, destaquei elementos importantes para contextualizar o meu objeto, a localização geográfica e histórica da pesquisa, assim como uma análise reflexiva da pesquisa realizada. Esse exercício reflexivo me levou a refletir sobre a minha própria trajetória acadêmica de encontro com o Haiti a partir da aproximação com os meus interlocutores. Também foi necessário apresentar a mobilidade haitiana a partir dos fluxos que se desenvolveram no século XX, assim como o precário sistema de ensino haitiano para compreender qual o lugar de fala dos sujeitos que fazem parte desta pesquisa.

Em “Minha família é a UFSM no Brasil: socibailidade dos estudantes haitianos” objetivei apresentar o espaço físico onde se desenvolveu a pesquisa a fim de contextualizar as interações sociais dos ingressantes, que aconteceram quase totalmente na instituição. Esse capítulo buscou discutir principalmente a agência haitiana dentro da estrutura universitária, seja uma agência coletiva representada pelo Comitê ou casos individuais. Também foi necessário refletir sobre as políticas de ações afirmativas nas universidades para compreender a permanência do “confinamento racial” nesse ambiente.

Já em “Quem é filho de Dessalines não abaixa a cabeça: perspectivas haitianas sobre o racismo brasileiro” busquei compreender as teorias dos estudantes sobre as relações raciais no Brasil a partir da perspectiva haitiana. Retomei a Revolução Haitiana porque ela é fundante do que os meus interlocutores compreendem como identidade haitiana. Foi necessário retornar a bibliografia sobre o racismo no Brasil para retomar alguns mitos que permeiam as interações sociais, como o mito da democracia racial. Ao longo do trabalho, de campo percebi que a maioria dos

estudantes, baseados em experiências anteriores de colegas e familiares na diáspora, relataram casos de conhecidos, mas todos afirmaram que não passaram por situações de racismo. Ser de viagem, como eles se definem, é o elemento central para compreender porque meus interlocutores muitas vezes relevam situações de preconceito racial. A bagagem que trazem de migrações anteriores suas e de pessoas próximas, em conjunto com o enaltecimento da história haitiana, são as ferramentas de sobrevivência dos estudantes haitianos para combater situações de estigmas quanto ao país de origem e a raça.

A presente pesquisa destacou também que, apesar das condições socioeconômicas do Haiti, os estudantes apontam o sonho de cursar uma universidade como uma das causas da escolha em migrar. O Brasil tornou-se uma possibilidade para a migração haitiana a partir dos grandes eventos esportivos (a Copa e a Olimpíada) que atraíram mão-de-obra, assim como o crescimento econômico vivido pelo Brasil no início da segunda década do século XXI. Com o Programa Pró-Haiti, iniciado em 2010, o sonho de cursar o Ensino Superior no Brasil se tornou ainda mais próximo daqueles que viram seus sonhos destruídos pelo terremoto daquele ano.

Os estudantes haitianos, mesmo inseridos no universo da universidade brasileira, apresentam alguns aspectos da identidade haitiana, que são reconstruídos na migração. No caso estudado, este foi um dos aspectos retomados como um *habitus*, um modo de ser haitiano que é demarcado pela valorização da independência haitiana e de seus heróis negros.

Os estudantes haitianos na UFSM poderiam ser pensados como um grupo étnico. Conforme a categorização de Fredrik Barth (2000), os grupos étnicos são um tipo organizacional cujas interações, sejam elas situacionais ou de longo prazo, tem efeitos simbólicos nas interações cotidianas de diferentes grupos étnicos. O créole é usado como um sinal diacrítico para se diferenciar dos demais ingressantes francófonos. A Revolução Haitiana acaba também como fundadora de um mito de origem, Jean-Jacques Dessalines, dito por muitos como “pai”. Segundo Max Weber (1994), essa crença na origem comum continua existindo ao longo do tempo e no caso dos migrantes, quando estão em um país desconhecido, são retomadas com mais força. Ainda de acordo com Weber (1994), os grupos étnicos podem se converter em grupos políticos. Um exemplo disto é o Comitê Representativo dos Imigrantes e Refugiados da UFSM, cujo objetivo é ser uma ponte de diálogo entre os estudantes e as autoridades da universidade.

A política de ingresso de imigrantes e refugiados é uma ação afirmativa importante para fundar uma universidade pluriepistêmica, mas como apresentado nessa dissertação, ainda é um dos grandes desafios da UFSM. Não resta dúvidas que a política de cotas tem mudado o cenário nas universidades públicas, contudo, resta um pouco do “confinamento racial”, conforme Jorge Carvalho (2006). Na própria UFSM, nos cursos de prestígio, esse confinamento permanece conforme demonstrou a pesquisa de Maria Rita Py Dutra (2018).

Outro dado importante que a presente pesquisa demonstrou foram as estratégias escolhidas pelos estudantes haitianos para sobreviver no contexto acadêmico, que por vezes os excluí seja pelo estigma quanto ao país de origem ou pelo seu fenótipo. A maioria dos meus interlocutores defendeu que não sofreu nenhum caso de racismo, que na conceptualização deles o racismo se expressaria em atitudes mais violentas. Contudo, eles relataram casos de racismo sofrido por outros conhecidos. Nesses relatos, o que chamou atenção foi a não-importância do racismo, pois eles tinham que focar no objetivo principal, no caso os estudos. Percebeu-se também que os estudantes haitianos, em casos específicos, têm dificuldades em inserir-se em trabalhos em grupo com colegas brasileiros, existindo uma “solidão” haitiana na sala de aula, causada também pela necessidade desses estudantes em buscar o aconchego nos seus conterrâneos. Resulta disso também a dificuldade que muitos deles têm com português mesmo estando no Brasil há mais de quatro anos. O convívio com mais haitianos e o conforto em falar a língua materna acaba sendo um grande empecilho para o desenvolvimento do português, apesar de estarem na universidade. A acessibilidade linguística foi a principal pauta do ano de 2018 de negociação entre o Comitê Representativo e a UFSM.

Sei que os interlocutores aqui apresentados não representam a população haitiana, que tem sérios índices de subdesenvolvimento e de baixo acesso à educação. Contudo, com a trajetória desses sujeitos busquei apresentar a pluralidade que existe na mobilidade haitiana, os sonhos que atravessam fronteiras. Encerro esse trabalho com preocupação com o cenário que se aproxima no Brasil de cortes dos investimentos públicos em educação, fazendo com que o sonho do Ensino Superior se torne mais distantes para os haitianos. No segundo semestre de 2018 não houve ingresso de imigrantes e refugiados, haja vista os cortes no orçamento e consequentemente na assistência estudantil da universidade. O caminho certo é uma educação plural que se abra para as diferenças.



## REFERÊNCIAS

- ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Relatório Anual 2017**: Cátedra Sérgio Vieira de Mello. 2017. Disponível em: <[http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/03/Cátedra-Sérgio-Vieira-De-Mello\\_Relatório-Anual\\_ACNUR-2017.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/03/Cátedra-Sérgio-Vieira-De-Mello_Relatório-Anual_ACNUR-2017.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- AFIRME. **Relatório anual do Programa de Ações Afirmativas de inclusão racial e social**: relatório de dados 2016. Santa Maria: Observatório de Ações Afirmativas para ingresso e permanência nas universidades públicas da América do Sul, 2016.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALPHONSE, F.; MACEDO, J. R. O Programa Pró-Haiti nas universidades públicas brasileiras (2011-2016). Campinas: **Temáticas**, ano 25, n. 49-50, p. 233-270, fev./dez. 2017.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTOINE, R. **La littérature franco-antillaise**: Haïti, Guadeloupe et Martinique. Paris: Karthala, 1992.
- APPADURAI, A. “Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional”. **Revista Novos Estudos do CEBRAP**, n. 49, nov. 1997. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236364/mod\\_resource/content/1/Appadurai-notas\\_para\\_uma\\_geografia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236364/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASANTE, M. **Afrocentricidade**: A teoria da mudança social. Philadelphia: Ed. Afrocentricy Internacional, 2014.
- BANTON, M. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, L. S. **Migrantes haitianos no Rio Grande do Sul**: uma etnografia de sua inserção no contexto sociocultural brasileiro. 2015. 201 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**, 2000.
- BERNASCONI, R. A Haitian in Paris: Anténor Firmin as a philosopher against racism. **Patterns of Prejudice**, v. 42, n. 4-5, 2008.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.
- BOURDIEU, P. “A Ilusão Biográfica”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 2008b.
- BRASIL. **Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938**. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 1938.
- BUCK-MORSS, S. Hegel e Haiti. Tradução Sebastião Nascimento. **Novos Estudos**, p. 130-171, 2011.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Emergencial Pró-Haiti**. 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- CARVALHO, J. J.; SEGATO, R. L. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. **Série Antropologia**, Brasília, n.314, 2002.
- CARVALHO, J. J. As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 13-30, jul./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. O confinamento racial no mundo acadêmico brasileiro. São Paulo: **Revista USP**, n. 68, p. 88-103, 2006.
- CARVALHO, J. J.; FLÓREZ, J.; MARTÍNEZ, M. El Encuentro de saberes: hacia una universidad pluriepistémica. In: AYALA, N. A. C.; RESTREPO, C. A. **Saberes Nómadas**: derivas del pensamiento propio. Bogotá: Ediciones Universidad Central, 2017.
- CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COHEN, W. B. **The French Encounter with Africans**. White Response to Blacks, 1530-1880. Bloomington and London: Indiana University Press, 2003.
- CORADINI, O. L. Grandes famílias e elite "profissional" na medicina no Brasil. **História, ciências, saúde**: Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ. v. 3, n. 3 (nov. 1996/fev. 1997), p. 425-466, 1997.
- \_\_\_\_\_. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 35, p. 3- 22, 2005.
- COSTA DE SÁ, P. R. **As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte**: análise dos laços relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho. **Cadernos OBMigra**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 99-127, 2015.
- DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DANTIL, L. **Desigualdad y participación política de las mujeres en Haití**: entre luchas, obstáculos y logros. Buenos Aire: Clacso, 2016.

DAYAN, J. **Haiti, history and gods**. Berkley: University Of California Press, 1995.

DIEHL, F. **Estrangeiro em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

DUTRA, M. R. P. **Cotistas negros da UFSM e o mundo de trabalho**. 2018. 221 p. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

ESPOSITO, E. The Social media campaign for caribbean reparations: a critical multimodal investigation. In: ESPOSITO, E.; PÉREZ-ARREDONDO, C.; FERREIRO J. (Eds.). **Discourses from Latin America and the Caribbean**. Palgrave Macmillan. Cham, p. 175-209, 2018.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIRMIN, A. **De l'égalité des races humaines**, Lib. Cotillon, Paris, 1885.

FLUEHR-LOBBAN, C. Anténor Firmin and Haiti's contribution to anthropology: Anténor Firmin et sa contribution à l'anthropologie haïtienne. **Gradhiva**, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/gradhiva/302>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FRANCOIS, P. E. Système éducatif et Abandon social em Haïti: Cas des enfants des jeunes de la rue. Université de Paris 10 Nanterre. **Sciences de l'éducation**. Paris, 2009.

GEERTZ, C. O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo nos países novos. In: GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge ZZahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Interpretação das culturas**. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz-corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Autêntica, 2017.

\_\_\_\_\_. **Nilma Lino Gomes na #Clacso2018**. 2018. (10m15s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ru2T2p0SivE>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GUBER, R. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001.

GUILHERME, A. J. **Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre – RS.** 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

HAITI. **La Constitution de la République d'Haïti.** Port-au-Prince, 1987. Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/mla/fr/hti/fr\\_hti-int-txt-const.html](http://www.oas.org/juridico/mla/fr/hti/fr_hti-int-txt-const.html)>. Acesso em: 4 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministère de L'éducation Nationale et de La Formation Professionnelle. **La Stratégie Nationale d'action pour l'éducation pour tous.** Port-au-Prince, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministère de L'éducation Nationale et de La Formation Professionnelle. **Plan Opérationnel 2010-2015 Des Recommandations du Groupe de Travail sur l'Éducation et la Formation.** Port-au-Prince, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HANDERSON, J. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** 2015. 429 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

HOBBSAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HURBON, L. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano.** São Paulo: Paulinas, 1987.

JACKSON, R. **Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and "Failed States".** Vancouver: The University of British Columbia, 1998.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Overture e a revolução de São Domingos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

JOINT, L. A. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 56, mai./ago. 2008.

KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas.** Campinas: Mercado de letras, 2001.

KOIFMAN, F. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEVITT, P.; JAWORSKY, B. Nadya. "Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends". **Annual Review of Sociology**. v. 33, p. 129-156, 2007. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.33.040406.131816>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

LOGAN, R. W. Education in Haiti. **The Journal of Negro History**, v. 15, n. 4, p. 401-460, 1930.



LUNDAHL, M. Defense and distribution: Agricultural policy in Haiti during the reign of JeanJacques Dessalines, 1804-1806. **The Scandinavian Economic History Review**, v. 32, n. 2, p. 77-103, 1985.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984.

MARQUES, P. M. **Pelo direito ao grito: as lutas silenciadas da Universidade Pública Haitiana por reconhecimento, independência e democracia**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

MASSEY, D. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, v. 14, p. 383-413, 1988.

MBEMBE, A. **Crítica a Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MCALISTER, E. **Rara! Vodou, Power and Perfomance in Haiti and Its Diaspora**. Los Angeles: University of California Press, 2002.

MEJÍA, M. R. G. Relato da experiência migratória de mulheres no Sul do Brasil. Ciudad de México: **IV Congreso Latinoamericano de Antropología**, 2015.

MEMMI, A.; SARTRE, J. P. **The Colonizer and the Colonized**. London: Earthscan Publications Ltd, 2003.

MIGRAIDH. Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional. **Galeria de fotos**. 2015. Disponível em: <<http://www.migraidh.ufsm.br/index.php/2016-03-29-11-36-24/2016-03-29-11-40-26>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ed. Anita 1994.

MUNANGA, K. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

NASCIMENTO, S.; THOMAZ, O. R. Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti. Brasília: **Ministério da Educação/Capes**, 2010.

NETO, H. P. Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia. **Estudos Migratórios, Núcleo Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

OLIVEN, R. G. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 6, n. 15, p. 40-52, 1991.

ORTNER, S. B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PIERRE-CHARLES, G. Haiti: a crise ininterrupta (1930-1975). In: CASANOVA, P. G. (Org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REDIN, G. **Direito de Imigrar: direitos humanos e espaços público na sociedade contemporânea**. 2010. 197 f. Tese (Doutorado em Direito)—Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, PR, 2010.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARAIVA, J. F. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 30, n. 118, p. 219-236, abr./jun. 1993. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9130/1/ARTIGO\\_ConstrucaoDesconstrucaoDiscurso.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9130/1/ARTIGO_ConstrucaoDesconstrucaoDiscurso.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **O lugar da África: a dimensão Atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **África parceira o Brasil Atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SASSEN, S. **Cities in a World Economy**. Second edition. Newbury Park: Pine Forge Press, 2000.

SAYAD, A. **A Imigração: ou os paradoxos de alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLACN-SZANTON, C. **Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered**. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1992.

SCHILLER, N. G.; FOURON, G. Laços de sangue: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, 1997.

SCHWARCZ, L. M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. **Mal- Estar na Cultura**, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEYFERTH, G. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, M. et al. **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

SILVA, M. O. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** 2. ed. São Paulo: Alameda, 2009.

SIMMEL, G. O estrangeiro. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, 2005.

TOGETHER. **Our aim.** 2018. Disponível em: <<https://together.un.org/our-aim>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

TROUILLOT, M. R. **Haiti, State against nation: the origins and legacy of Duvalierism.** New York: Monthly Review Press, 1990.

TROUILLOT, M. R. **Silencing the Past: Power and the Production of History.** Boston: Beacon Press, 1995.

UEBEL, R. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o RS no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa.** 2015. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

UFABC. Universidade Federal do ABC. **Refugiados e Solicitantes de Refúgio terão reserva de vagas na graduação.** 2017. Disponível em: <<http://www.ufabc.edu.br/noticias/refugiados-e-solicitantes-de-refugio-terao-reserva-de-vagas-na-graduacao>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Prazo para refugiados políticos solicitarem vagas na UFES começa quinta, 25.** 2018. Disponível em: <<http://www.ufes.br/conteudo/prazo-para-refugiados-politicos-solicitarem-vagas-na-ufes-comeca-quinta-25>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **UFPR publica edital com normas para ingresso de migrantes e refugiados.** 2018. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfufpr/noticias/ufpr-publica-edital-com-normas-para-ingresso-de-migrantes-refugiados-e-pessoas-com-visto-humanitario-no-primeiro-semester-de-2018/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **UFRGS abre processo seletivo especial para refugiados.** 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-abre-processo-seletivo-especial-para-refugiados>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. **Resolução n. 71/2015**. Dispõe sobre o ingresso de refugiados nos cursos de graduação da UFSCAR. Disponível em: <<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/arquivos-graduacao/refugiados/Resolucao%207115%20de%2011%20de%20maio%20de%202015.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Resolução n. 041/2016**. Institui o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade e revoga a Resolução n. 039/10. 2016a. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/uploads/8de07789-d9fb-439c-9bf5-89a378954a4.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **UFSM na mídia**. 2016b. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=32694>. Acesso em: 23 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **UFSM na mídia**. 2018. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=43087>. Acesso em: 23 mar. 2018.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: an introduction**. Durham: Duke University, 2006.

WEBER, M. **Relações Comunitárias Étnicas. Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 3. ed. 1994.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS**. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2006.

## APÊNDICE



## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA

- 1- Identificação Pessoal:
  - Nome:
  - Idade:
  - Curso que ingressou na UFSM:
  - Cidade natal:
  - Tempo no Brasil:
- 2- Histórico familiar:
  - Onde nasceu?
  - Os pais ainda são vivo? Vivem onde?
  - Qual a ocupação dos pais? Ainda recebe ajuda financeira deles?
  - Quantos irmãos tem? Onde eles vivem?
- 3- Trajetória Anterior:
  - Onde morou antes de chegar em Santa Maria?
  - Trabalhou ou estudou em outros lugares?
  - Porque decidiu migrar?
  - Algum membro da família migrou antes?
  - Alguém te incentivou ou ajudou a migrar? Algum parente ou amigo?
- 4- Educação:
  - Como foram os seus estudos no Haiti?
  - Iniciou faculdade no Haiti? Se fez faculdade no Haiti, qual universidade?
  - Participou de movimento estudantil?
  - Você teve dificuldades financeiras para estudar?
  - Sua família te incentivava para estudar? O que eles pensam sobre isso?
- 5- Inserção na UFSM:
  - Como se inscreveu para o edital da resolução?
  - Como é a relação com os colegas e professores do curso?
  - Como está a adaptação as aulas?
  - Como está a moradia e a assistência estudantil?
- 6- Relações Raciais:
  - Você conhece algum caso de racismo no Brasil?
  - O que você pensa sobre as relações raciais no Brasil?
  - Como é ser um estudante haitiano no Brasil?

7- Religião:

Você professa alguma religião?

Se sim, é a mesma que seus pais?

Soube que o Vodou é uma das religiões mais tradicionais do Haiti, o que você pensa sobre o Vodou?

8- Inserção na cidade de Santa Maria:

Como tem vivenciado a cidade, quais locais mais visita, quais são as atividades de lazer que desenvolvem.

9- Imagens e Representações sobre o Brasil antes da migração:

Quais eram as imagens que tinham sobre o Brasil antes da migração e os impactos que a migração teve nessas imagens, como percebem os brasileiros e especificamente os colegas brasileiros.